



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FÁBIO LUIZ ZANARDI COLTRO

“ANIMAL GEOGRAPHIES”:
REFLEXÕES SOBRE O NÃO-HUMANO NO PENSAMENTO
GEOGRÁFICO ANGLO SAXÃO CONTEMPORÂNEO

Londrina
2016

FÁBIO LUIZ ZANARDI COLTRO

“ANIMAL GEOGRAPHIES”:
REFLEXÕES SOBRE O NÃO-HUMANO NO PENSAMENTO
GEOGRÁFICO ANGLO SAXÃO CONTEMPORÂNEO

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dra. Rosana Figueiredo Salvi.
Co-orientador: Prof. Dr. Philip Howell.

Londrina
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Coltro, Fábio Luiz Zanardi.

“ANIMAL GEOGRAPHIES” : REFLEXÕES SOBRE O NÃO-HUMANO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO ANGLO SAXÃO CONTEMPORÂNEO / Fábio Luiz Zanardi Coltro. - Londrina, 2016.
152 f.

Orientador: Rosana Figueiredo Salvi.

Coorientador: Philip Howell.

Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Geografia. Animais. - Tese. 2. Não-humanos. - Tese. 3. Agência - Tese. 4. Relações de Poder - Tese. I. Salvi, Rosana Figueiredo. II. Howell, Philip. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. IV. Título.

FÁBIO LUIZ ZANARDI COLTRO

“ANIMAL GEOGRAPHIES”:

REFLEXÕES SOBRE O NÃO-HUMANO NO PENSAMENTO
GEOGRÁFICO ANGLO SAXÃO CONTEMPORÂNEO

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Estadual de
Londrina, como requisito parcial à obtenção do
título de Doutor em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dra. Rosana Figueredo Salvi
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Co-orientador: Prof. Dr. Philip Howell
University of Cambridge

Prof. Dr. Guillaume Marchand
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dra. Yohsiya N. Ferreira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Londrina, 20 de julho de 2016.

Dedico este trabalho a meu pai **Wagner José Coltro**, que sempre esteve e sempre estará comigo.

A minha companheira e esposa **Flávia A. Cloclet da Silva** e a meu filho peludo **Teodoro Patrick**, sem cujo amor não poderia ter realizado a tese.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, meu falecido pai **Wagner José Coltro**, que tornou possível esse sonho, partilho com ele este mérito. Minha mãe **Clotildes Lúcia Zanardi Coltro**, minhas irmãs **Luciana Zanardi Coltro** e **Heloísa Zanardi Coltro**, meus cunhados **Ana Rosa, Rodrigo e Rogério**, meus sogros **Neno e Lica** a quem dedico todo o meu afeto e agradecimento pela compreensão e participação nesta tese. Agradeço principalmente a minha sobrinha **Laura** (cujo nascimento não pude estar presente por conta da tese), meu filho peludo **Teodoro** (que compreendeu que o pai não podira ficar o tempo todo com ele) e, principalmente minha amada esposa, companheira e amiga **Flávia Clochet** que, não só me incentivou, mas apoiou sempre e compreendeu quando necessário as minhas loucuras, raivas, frustrações. Muita gratidão!

Agradeço a minha orientadora Profa. Dra. **Rosana Figueiredo Salvi** não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade, compreensão e carinho.

Ao professor Dr. **Philip Howell**, meu co-orientador, por todo apoio e pelo crescimento acadêmico e pessoal que me auxiliou. Pela amizade e pelas conversas, simpatia e receptividade.

Ao professor Dr. **Cris Wilbert** pela receptividade e críticas fundamentais para a conclusão desta tese.

Ao professor Dr. **Guillarme Marchand**, pela iniciativa de continuar minha jornada acadêmica pelos caminhos da Animal Geographies. Professora Dra. **Yoshiya N. Ferreira**, por ter iniciado essa jornada a tanto tempo e com tanto empenho que não tenho palavras para expressar minha eterna gratidão. Ao professor **Francisco de Assis Mendonça**, pelo apoio e consideração a minha pesquisa.

Aos amigos **Kelton Garbiel, Wesley Arcassa, Bruno Frank** e **Ricardo Carolas**, companheiros de doutoramento e amigos fiéis aos quais boa parte de minhas alegrias e tristezas foram compartilhadas.

Aos amigos Prof. Dr. **Luis Miguel Luzio dos Santos**, Dr. **Benilson Borinelli**, Dr. **Luis Carlos Bruschi**, Dr. **José Eduardo de Siqueira**, Dr. **Leonardo Prota**, Dr. **Bernard Rollin**, Dr. **Peter Singer**, com os quais aprendi (e continuo aprendendo) constantemente.

Aos colegas que do doutorado e mestrado em geografia da UEL. Aos colegas professores da UNOPAR (tantos e tão queridos que seria injusto mencionar apenas alguns), aos amigos e demais familiares, a força, compreensão, apoio e carinho é a prova de que podemos ainda acreditar nos humanos.

Gostaria de agradecer também algumas pessoas que contribuíram para a tese: **Rogério Boratim, Anderson e Regina** (secretária de pós da CCE), Professores e secretárias do Departamento de Geociências da UEL.

Amigos, companheiros de luta, companheiros do Dhamma e tantos outros aos quais estamos ligados, minha imensa Gratidão!.

Agradeço também a CAPES pelo financiamento e a University of Cambridge e a Anglia Ruskin University pela acolhida no período sanduiche.

Sem vocês nada disso seria possível, a tese não é minha, é de todos nós!

Most people in this world are unable to see
They cannot see reality properly.
Of those, only a handful are capable of insight.
Only they see well.
A fell, like a stray bird escaping the net, can reach heaven.
Dhammapada. (v 174)

COLTRO, Fábio Luiz Zanardi. “*Animal Geographies*”: Reflexões sobre os Nãohumanos no pensamento geográfico contemporâneo. 2016. 152 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

As relações humano-animal sempre estiveram permeando a construção do pensamento científico. A proximidade, distância, semelhanças e diferenças com os animais moldaram o que chamamos de humanidade. Essa relação humano-animal no pensamento geográfico é o objeto de estudo desta tese. Desde as relações com a natureza, descrições da fauna dos naturalistas (1ª fase), passando pelas relações matéricas com os não-humanos (2ª fase) e chegando a discussão contemporânea de como nos relacionamos com esse outro (3ª fase), apresentou-se o surgimento da *Animal geographies*, discussão anglo-saxã na década de 1990 que revisitou as relações da geografia com os animais, e numa tentativa de mapear as origens teóricas deste ressurgimento. Buscou-se uma revisão deste pensamento geográfico e uma análise sobre o cerne de suas discussões. A tese apresenta dois grandes temas para as discussões: 1) as relações de poder entre humanos e animais; e 2) a agência dos animais. Temas correlatos, ora independentes, ora interdependentes, formam o cerne da discussão da Geografia Animal.

Palavras-chave: Geografia. Animais. Não-humanos. Agência, Relações de Poder.

COLTRO, Fábio Luiz Zanardi. “*Animal Geographies*”: Reflections on Non-human in contemporary geographical thought. 2016. 152 p. Thesis (Doctoral Degree in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ABSTRACT

The human-animal relations have always been permeating the construction of scientific thought. The proximity, distance, similarities and differences with the animals shaped what we call humanity. This human-animal relationship in geographical thought is the study object of this thesis. Since the relationship with nature, wildlife descriptions of naturalists (1st phase), through the relations materials with non-humans (phase 2) and coming contemporary discussion of how we relate to this other (3rd phase), performed the emergence of animal geographies, Anglo-Saxon discussion in the 1990s that revisited the geography of relations with animals, and an attempt to map the theoretical origins of this resurgence. We sought to review this geographical thought and analysis on the core of their discussions. The thesis presents two main themes for discussion: 1) the power relations between humans and animals; and 2) the agency of animals. related issues, sometimes independent, sometimes interdependent, form the core of the discussion Animal Geography.

Keywords: Geography. Animals. Nonhumans. Agency Power Relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Diagrama Ilustrando a Relação da Geografia com as Ciências Sistemáticas	27
Figura 02: Níveis de abordagem da Animal Geography	55
Figura 03: Trajetória da “ <i>Animal Geography</i> ”	69
Figura 04: Cerne da discussão em Geografia Animal	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Eixos temáticos da Geografia Animal.....	45
Quadro 02: Eixos da terceira fase da Geografia Animal	82
Quadro 03: Autores da antropologia brasileira e os eixos da geografia animal	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 GEOGRAFIA MAIS-QUE-HUMANA: UMA TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS ANIMAIS NA GEOGRAFIA	21
1.1 A INSERÇÃO DA GEOGRAFIA ANIMAL PELA BIOGEOGRAFIA: A primeira fase da geografia animal.....	25
1.2 A GEOGRAFIA ANIMAL COM BASE NA GEOGRAFIA CULTURAL: A segunda fase da geografia animal.....	30
1.3 O DESLOCAMENTO ANTROCENTRICO DA GEOGRAFIA ANIMAL: A terceira fase da geografia animal.....	34
2 A GEOGRAFIA ANIMAL ANGLO-SAXÃ: Destacando obras e autores	46
2.1 CONCEITOS PRÉVIOS: As primeiras obras e abordagens da terceira fase da geografia animal.....	47
2.2 CONSOLIDAÇÃO DA TERCEIRA FASE DA GEOGRAFIA ANIMAL NA ESFERA ANGLO-SAXÃ.	63
2.3 A REVISÃO DA TERCEIRA FASE DA GEOGRAFIA ANIMAL.....	76
3 AUTORES E IDÉIAS DA GEOGRAFIA ANIMAL: UMA APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA NA PERSPECTIVA ANGLO-SAXÃ	86
3.1 CHRIS PHILO: A exclusão na construção da cidade e da sociedade vitória	87
3.2 ZOOPOLIS E PLANEJAMENTO URBANO DE JENNIFER WOLCH: PROPOSTAS DE UMA URBANIZAÇÃO TRANSESPÉCIE.	92
3.3 NOVOS OLHARES E PERSPECTIVAS: As relações de poder, identidade e outras abordagens da geografia animal anglosaxã contemporânea.....	104
4 ANIMAIS E A GEOGRAFIA MAIS-QUE-HUMANA: A AGÊNCIA E AS TEORIAS CONTEMPORÂNEAS	112
4.1 O lugar da geografia animal na geografia contemporânea	112

4.2	O problema da agência e poder	114
4.3	Traduzindo “animal agency”	118
4.4	Problemas da geografia animal no Brasil:	119
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
6	REFERÊNCIAS	131

INTRODUÇÃO

“The wheel is turning and you can't slow down
You can't let go and you can't hold on
You can't go back and you can't stand still
If the thunder don't get you then the lightning will”
(The Wheels - Jerry Garcia, Robert Hunter & Bill Kreutzmann)

A contemporaneidade trás consigo uma nova roupagem acerca dos estudos que envolvem animais; sua atuação e importância para as sociedades.

Pensar a respeito dos animais hoje pressupoe que cada uma das espécies instiga uma constelação de imagens, experiências e emoções. Afinal, nos alimentamos deles, vestimos, vivemos, lutamos e trabalhamos com eles; tentamos salvá-los, mimamos, caçamos, compramos, vendemos, trocamos, amamos, tememos e odiamos. Nossa vida cotidiana está intrinsecamente ligada aos animais, tornando-os agentes de nossas práticas sócio-espaciais.

Não obstante questionamos: _ onde, como e porque nos relacionamos com diferentes animais? Nós lhes devemos obrigações? Porque eles importam?

Com base nesses questionamentos direcionamos nossa tese, trazendo as perguntas primárias: _ como repensar os animais? Como a geografia pode incluí-los? Como a tentativa de construção sócio-espacial é influenciada por relações humano-animais?

A construção social do espaço está ligada ao nosso relacionamento com os animais, assim como as associações entre nós, animais e a abjeção aos lugares. Permite-se que animais de companhia - associando-os a características como fidelidade, carinho e confiança -, transitem pelo espaço íntimo e privado de nossas casas. Da mesma forma, proíbe-se, ou pelo menos não se deseja que

animais andem em nosso meio, por motivos desde a repulsa (por ratos e baratas, por exemplo) até a exclusão de nossa paisagem dos animais dos quais nos alimentamos. Também não se deseja contato com animais em espaços supostamente exclusivos para humanos, tais como as cidades, criando grande conflito ao nos depararmos com a proliferação de animais nesse meio, a exemplo dos pombos.

Na busca por tais respostas investigou-se acerca dos estudos dos animais na ciência geográfica refletindo, sobretudo, na origem e nas ramificações do pensamento geográfico anglo-saxão, especialmente num campo da geografia cultural que se denominou “*Animal Geographies*”. Tal campo se estabelece a partir da relação entre humanos e não-humanos e tem como foco não mais a geografia dos animais pautada na biogeografia e zoogeografia, um subcampo da distribuição populacional, mas sim na relação dos animais não-humanos com a humanidade.¹

A preocupação com a relação humano-animal não é nova e nem recente. Estudos realizados no início do séc. 20 (HARTSHORNE, 1939; NEWBIGIN, 1913; PRENANT, 1933; SORRE, 1947; VEYRET, 1951) apresentam, na geografia, essa questão. Entretanto, no cenário atual, o estudo dos animais para a ciência geográfica se faz como resultado de nossa cultura e de nosso convívio.

A temática vem tomando corpo teórico em vários campos do saber, principalmente nas décadas de 1970 e 1980 com os trabalhos de filósofos como Peter Singer (2004), Tom Regan (2004) e Bernard Rollin (2006) e a revisão na literatura, mesmo que breve, apresenta-nos uma preocupação com destaque para a sociologia dos direitos dos animais (TESTER, 1992); a história da relação humano-animal (RITVO, 1987, 2006; THOMAS 1983); a antropologia social das relações

¹ A relação entre humanos e animais (não-humanos) tem como foco algo que podemos chamar de “humanimalia”, uma intersecção entre os animais e os humanos numa perspectiva contemporânea (BIRKE, Lynda. Naming names—or, what’s in it for the animals?, *Humanimalia*, 1 (1). 2009).

humano-animal (CARTMILL, 1993; INGOLD 1994); animais como comida e nas dietas (BOUDIEU, 2011; DOUGLAS 1975; FIDDES, 2004; GOODMAN & REDCLIFT, 1991; MENNELL 1993; TWIGG 1983; VIALLES 1994); animais de companhia ou PET (SERPELL, 1995, 1996; SERPELL & PAUL, 2006). A relação humano-animal é, também, uma importante dimensão nos recentes artigos na agenda da sociologia da natureza (MACNAGHTEN & URRY, 1995; MURPHY, 1995).

Estes estudos revelam que os animais sempre estiveram presentes, no entanto, os pesquisadores apontam para uma nova abordagem na qual os animais deixam de ser um elemento puramente natural para serem vistos como atores (agentes) da construção sócio-espacial. Buscam entender a lógica de dominação do outro não-humano e como o legado cultural hoje molda nossas interações com outras espécies.

Os trabalhos dos geógrafos anglo-saxões como Wolch e Emel (1995) e Philo e Wilbert (2000) abriram caminho para uma reinterpretação das relações humano-animal na década de 1990, ao repensarem conceitos, discutindo a subjetividade dos animais e a necessidade de resignificar questões acerca da dicotomia Cultura/Natureza (THRIFT, 2008). Em particular, com foco no papel dos animais na construção social da cultura e do indivíduo, da natureza da subjetividade animal e sua ação como agente, incluíram a dicotomia humano-animal na construção social do tempo e do espaço; nas formas das representações animais e a sua influência sobre a identidade pessoal e coletiva (ANDERSON, 1997; ELDER, WOLCH, & EMEL, 1995). Supondo o espaço relacional, como afirmam Doreen Massey (2008) e Jonathan Murdoch (2005), sua concepção depende de nossa relação com os não-humanos (principalmente animais).

Advindos de uma interpretação mais contemporânea, os geógrafos

anglo-saxões que se dedicam ao estudo dos animais têm a raiz de seus pensamentos nas teorias pós-estruturalistas de poder de Foucault (1979), do devir-animal de Deleuze e Guatarri (1988); nas teorias feministas e pós-colonialistas de Val Plumwood (1991); na teoria ator-rede de Latour (1994) e Law (1999); entre outras de cunho pós-moderno. Trazem uma mudança epistemológica fundamental na qual as ações de construção, desconstrução e reconstrução sócio-espacial são agora compartilhadas por humanos e não-humanos, não havendo exclusividade de nenhum dos dois, mas um processo relacional entre si.

Procurando situar a perspectiva da Geografia Animal (*Animal Geography*)², organizamos o trabalho dividindo-o em duas partes, na qual a primeira destaca o estudo dos animais na Geografia tendo por base uma divisão detalhada por Urbanik (2012) e procurando acompanhar os eixos epistemológicos que promoveram o estatuto de cientificidade das ciências humanas colocados por Hilton Japiassu (1978), por meio do pensamento matemático, do pensamento evolucionista e biológico e do pensamento histórico e cultural. A segunda parte é dedicada a compor a trajetória da Geografia Animal propriamente dita, elencando os principais trabalhos e as temáticas a eles relacionadas.

Também buscou-se acentuar a compreensão das relações assimétricas de poder que definem o espaço. Nesse sentido, uma análise das “lógicas de dominação” apresenta-nos similaridades entre as dualidades e discursos dominatórios como homem x mulher, colonizadores x colonizados, cultura x natureza, humano x animal.

Percebe-se, então, e a busca por essa percepção é um dos objetivos da tese, que a construção (colonizada) de um projeto de nação brasileira,

² A partir daqui, adotaremos o termo Geografia Animal como tradução e sinônimo de *Animal Geographies*, por não haver na língua portuguesa termo equivalente.

utiliza desses discursos dominatórios para excluir populações marginalizadas (humano e não-humano), numa tentativa de sanitizar, gerando uma resistência e uma transgressão contrária a anti-proposta.

Busca-se justificar o presente estudo pela abundância de relações cotidianas com os animais, a partir de três pontos fundamentais identificados nas relações humano-animal:

- O primeiro é o fato de que as fronteiras entre humanos e animais não é consistente. Somos biologicamente animais, assim a própria idéia de uma antropomorfização dos animais não se sustenta. Mesmo assim, a maioria das sociedades faz uma separação entre humanos e animais, frequentemente de forma contraditória, ofuscando nossas semelhanças e projetando nossas diferenças. Como exemplo, podemos citar o uso dos animais como modelos de experimentação científica por serem semelhantes biologicamente com os humanos, mas não lhes damos (ou pelo menos não tanto quanto se poderia) atenção moral para tal fato.
- O segundo é que os animais são mais do que meros coadjuvantes da vida humana, ou melhor, são mais do que meros panos de fundo no qual a evolução humana se desenrola. De fato, ele tem um papel central na vida de todos os humanos.
- o terceiro é a questão cultural que envolve as relações humano-animal. Onde e quem somos, como humano, no mundo molda os tipos de interações que temos com os

animais. Assim pode-se adorar cães como animais de companhia (pet) e, em outros lugares, esses mesmos cães são criados em gaiolas para a alimentação humana.

A relevância da temática para a Geografia contemporânea pode ser apontada por Wolch e Emel (1998) e Urbanik (2012):

- Os humanos, por meio de sua economia, produção e padrões de consumo, estão contribuindo para os problemas ambientais, e assim, nosso impacto em outras espécies está mais nítido.
- Vindo de diferentes campos acadêmicos, principalmente da área social, que aponta uma maior complexidade nas relações sociais, criticando a “*revolução científica*”, mas dando-lhe créditos para os avanços tecnológicos, essa nova visão, podendo ser chamada de pós-moderna, apresenta hoje uma releitura e uma revisão da sociedade, desde a questão de gênero até a questão de espécie.
- A política engloba e afirma o aumento de debates e grupos de defesa dos animais e modificações legais na relação humano-animal em vários países. Considera-se que muitas de nossas leis são baseadas em questões religiosas e o afastamento (ou pelo menos, a discussão sobre) entre estado e religião pode ser considerado como fato político relevante.
- A questão afetivo-emocional em torno das relações humano-animal. A preocupação ambiental, os movimentos de defesa dos animais e a descentralização do sujeito humano tem um

forte componente emocional, a exemplo do crescimento do mercado Pet no mundo.

Considerando o exposto, buscamos apresentar um estudo das relações humano-animais na Geografia, expondo sua trajetória e principais obras e autores. A ênfase dada em tais estudos é derivada de relações de poder, gerando inclusão ou exclusão de grupos marginalizados na construção social do espaço.

Os objetivos da tese são: a) apresentar as propostas teórico-filosóficas da “*Animal Geographies*”; b) analisar os trabalhos recentes da “*Animal Geographies*” explicitando uma trajetória para os estudos selecionados, realçando os conceitos e temas que a eles se vinculam e estipulando seus principais autores e obras.

Como metodologia, embasou-se os estudos em fontes primárias que forma pesquisadas em estágio de doutoramento sanduiche realiza na Inglaterra de fevereiro a dezembro de 2013, tendo como co-orientador o Professor Dr. Philip Howell.

Esse estágio começou com o contato e posteriormente com pesquisa, junto ao Professo Dr. Chris Wilbert da Anglia Ruskin University em Cambridge. Em seguida fizemos contato com o Prof. Dr. Philip Howell da University of Cambridge que nos aceitou como *visiting academics*. Nesse período, de fevereiro a dezembro de 2013, discutimos, primeiramente com Prof. Dr. Chris Wilbert sobre o início da *Animal Geographies* no Reino Unido e apresentamos trabalho na **BASN – British Animal Studies Network** em Glasgow, onde tivemos contato com a Profa. Dra. Erica Fudge, cujas conversas foram fundamentais para a tese e para o incentivo de novos estudos no Brasil. O acesso a inúmeros trabalhos e pesquisas na Universidade de Cambridge foi essencial para o desenvolvimento da tese e para o

entendimento da extensão deste campo. As discussões com o Prof. Dr. Philip Howell tiveram participação decisiva e fundamental para o direcionamento desta tese. As possibilidades vislumbradas no Reino Unido são imensas e a vinda destes estudos para o Brasil, bem como parcerias com acadêmicos britânicos, deve ser elemento de introdução e fomentação da Geografia Animal no Brasil.

Desta forma o trabalho resultou em traduções de obras de origem anglo-saxônica. A partir das obras selecionadas estabeleceu-se a leitura procurando uma organização do trabalho em que pudessemos levar o leitor à exaustão dos seus conteúdos. Compomos os capítulos como se fossem construídos na forma de uma espiral, na qual, primeiro, procurou-se apresentar as obras de maneira geral, situadas numa sequência de fases no tempo e procurando discernir os principais campos em que a *Animal Geographies* se desenvolveu. Num segundo momento, estreitamos o olhar para elas, procurando acentuar a discussão na perspectiva dos autores selecionados, porém evidenciando a mais recente fase da Geografia Animal. Por último, aprofundamos as leituras, buscando extrair as essências contidas nessas produções e obras.

A estrutura do trabalho consistiu, portanto, em apresentar no primeiro capítulo um histórico da Geografia Animal, trazendo uma subdivisão em três fases. A primeira marcada pela biogeografia e zoogeografia; a segunda marcada pela interpretação dos animais pela geografia cultural, como elemento cultural; e por fim a terceira caracterizada pela reinterpretação social dos animais.

O segundo capítulo discorre acerca da Geografia Animal, apresentando suas bases teórico-filosóficas e seus avanços nos últimos 20 anos. Para tal, buscou-se referenciar os autores que iniciaram essa nova fase e as releituras mais recentes deste campo de estudo.

A aplicação da teoria e os estudos mais relevantes, amplamente citados na literatura, compõe o terceiro capítulo da tese.

Por fim tem-se as considerações finais que trazem as perspectivas para esse campo de estudo no Brasil.

Assim, pensou-se em apresentar para a geografia brasileira a abordagem da *animal geographies* em sua perspectiva Anglo-saxã, observando que na ciência geográfica “ [...] a roda continua girando” (como na canção de Hunter e Garcia). E não podemos nos acomodar, pois novas perspectivas e abordagens estão sempre surgindo e renovando nosso olhar sobre as questões do espaço.

1 GEOGRAFIA MAIS-QUE-HUMANA: UMA TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS ANIMAIS NA GEOGRAFIA

“A mente é precursora de todos os eventos.
Liderados pela mente, fabricados pela mente.
Portanto, se com uma mente corrompida
Alguém fala ou age,
O sofrimento o segue,
Como a roda da carroça segue as pegadas
do animal que a puxa.”
(DHAMMAPADA, verso 1)

Os seres humanos são, e sempre foram enredados em relações sociais com animais. Estes constiuem parte integrante e fundande das sociedades humanas em seus diferentes tipos de formas. A humanidade, desde os primórdios, apresenta uma dependência ecológica em relação aos animais, principalmente, no que concerne a fontes de alimentos, vestimenta e muitos outros elementos essenciais à existência dos indivíduos. Os versos do Dhammapada nos trazem essa perspectiva, não devemos esquecer que nossa mente também é produto de nossas relações com os não-humanos.

Pode-se considerar que as relações humano-animal são ao mesmo tempo de cunho biológico, cultural, econômico, ético, geográfico e político.

Desde que a *“Animal Geography”* foi identifica como um ramo da ciência geográfica, o que data da publicação do texto homônimo em 1913, de autoria da geógrafa escocêsã Marion Newbiggin, essa tem contribuído significativamente para a construção histórico-cultural das relações entre humanos e não-humanos.

Esta construção continua objetivando demonstrar cientificamente que as relações humano-animal não derivam de lei natural, nacionalismo, tradicionalismo ou alguma outra fonte de misticismo (EMEL, WILBERT e WOLCH,

2002), mas de uma geografia dos animais, ao invés de uma geografia antropocêntrica dos humanos em relação aos animais (PHILO e WILBERT, 2000). De forma mais simplificada, busca-se inserir os animais como agentes das relações que fundam e representam nosso conceito de espaço e, por consequência nossa concepção geográfica. Pode-se chamar essa perspectiva de “virada animal”, fazendo alusão ao termo usado em inglês (animal turn) por diversos geógrafos contemporâneos desta corrente.

Essa tem sido a tarefa realizada na fase atual da “*animal geography*”, a qual ampliou o seu campo de estudo. Os estudos anteriores dessa geografia concentravam atividades de catalogação de espécies, para a partir daí, formular perguntas acerca das interações humano-animal, bem como sobre a vida dos indivíduos e dos grupos animais (URBANIK, 2012).

Na obra, “*Placing Animals*”, Julie Urbanik (2012) demonstra que ao longo dos últimos milênios, os geógrafos se detiveram em observar espécies estranhas e documentar os comportamentos das diferentes culturas junto aos não-humanos. Embora a grande maioria destas obras exponha os animais como objetos naturais (e não indivíduos) sob o controle humano, sem dúvida, consistem em ricas fontes que permitem considerar o tipo de relação desenvolvida em cada porção do planeta ao longo do tempo.

Os pensadores antigos responsáveis pela edificação do conhecimento geográfico, em um período de pré-sistemização da geografia, já desenvolviam análises das relações humano-animal baseando-se principalmente na observação e relato do que viviam e experimentavam em torno de si. Este fato elucidou a importância conferida à geografia, como instrumento/ferramenta, para a plena compreensão dessas relações.

Heródoto (484-425 a.C.), historiador grego, ao escrever a obra “*As Histórias*” versando sobre as origens da guerra greco-persa, foi capaz de combinar a história com descrições sistemáticas de outras terras e povos. Os comentários sobre as relações humano-animal são abundantes nessa obra. Dessa forma, Heródoto lançou, sumariamente, as bases para as descrições de animais, bem como das relações humano-animal que se seguiriam nos séculos posteriores.

Eratóstenes (285-205 a.C.), pensador responsável por cunhar a palavra “*Geografia*”, apesar de não existir cópia completa dos três volumes, em sua obra “*Geographia*”, traz fragmentos que revelam a tentativa de combinar uma compreensão da natureza da superfície terrestre com as porções habitadas pelos humanos.

Com o aumento contínuo do contato entre diferentes culturas e paisagens na antiguidade, houve conseqüente ampliação com o transcorrer do tempo, das comparações entre lugares e povos. A descrição e catalogação continuaram a ser norma vigente.

Estrabão (63 a.C. - 24 d.C.), mais famoso por sua “*Geographica*” organizada em dezessete volumes, realizou uma compilação das informações existentes sobre o mundo conhecido. Escreveu, simultaneamente, sobre os povos, paisagens e animais. Nesse sentido, pode-se considerar que a sua obra seguiu os parâmetros já estabelecidos por Heródoto e Eratóstenes. Embora este estilo de documentação tenha sido necessário e útil, em termos da “*animal geography*”, representa o primeiro nível de análise das relações humano-animal.

Alexander von Humboldt (1769-1859), naturalista e explorador alemão, viajou extensivamente pela América Latina na virada do século XVIII ao XIX. Excelente escritor, Humboldt foi capaz de realizar detalhados relatos dos aspectos

naturais (Geografia Física) observados, compilando-os em forma de catálogos. Trechos de seu livro “*Aspectos da Natureza*” (1850) elucidam o impacto dos seres humanos sobre animais por meio da domesticação, além de expor as diferentes maneiras desse processo em cada parcela do globo, o que autor aponta como decorrência da biogeografia dos locais. Ele realiza uma abordagem das formas animais como objetos exótico-naturais que respondem, instintivamente, aos estímulos externos. Uma visão recorrente em sua obra, consiste na exposição dos animais como objetos de uso do homem durante este período de exploração e colonização européia, demonstrando a visão de mundo desses exploradores.

Outro precursor dos estudos no campo da “*animal geography*” foi o americano George Perkins Marsh (1801-1882). Frequentemente considerado como o primeiro ambientalista, Marsh é mais conhecido por ter preconizado que os seres humanos podem ocasionar uma enorme impacto sobre o meio ambiente, caso não seja cuidadoso. No entanto, em um livro escrito após suas longas viagens (“*O Camelo*”, 1856), ele demonstra, no que seja talvez a primeira obra geográfica com enfoque voltado a uma única espécie não-humana (camelo), como esta poderia ser uma espécie útil a ser introduzida nos Estados Unidos. Marsh aborda as duas espécies de camelos (*Dromedarius* e *Bactrianus*), sua fisiologia, temperamento, distribuição e adaptações, junto a amplas descrições das formas pelas quais os diferentes grupos humanos utilizaram o camelo historicamente. Assim, conforme as reflexões de Urbanik (2012), a obra de Mash mais se aproxima do tipo de “*animal geography*” que se desenvolverá quase cem anos depois. Isso devido a sua capacidade de combinar as variadas relações humano-animal com um esforço mais concentrado na figura do camelo como um sujeito, não mais como um mero objeto, o que representa uma drástica mudança no foco de estudo dessas relações.

Ao demonstrar como os geógrafos têm estudado a relação humano-animal ao longo do tempo, além de documentar essa evolução, Urbanik (2012) realiza uma análise cronológica das três fases que compõem a história da “*Animal Geography*”.

1.1.A INSERÇÃO DA GEOGRAFIA ANIMAL PELA BIOGEOGRAFIA: A primeira fase da geografia animal

Com a institucionalização da Geografia na segunda metade do século XIX, os estudos sobre os animais foram considerados como parte fundamental da disciplina. Este campo do saber geográfico ficou conhecido como “*zoogeografia*”, vernáculo grego que significa “*descrição/escrita dos animais da Terra*”.

Allee e Schmidt (1937, *apud* URBANIK, 2012, p. 29) consideram esta como a primeira fase dos estudos na área de “*animal geography*”, sendo a zoogeografia definida como “*o estudo científico da vida animal, com referência à distribuição dos animais sobre a superfície terrestre e a influência mútua do meio ambiente e dos animais um sobre o outro*”. Entretanto, a vida animal referida não inclui os seres humanos.

O campo dos estudos da zoogeografia foi fortemente influenciado pelos trabalhos de Charles Darwin (1859) e Alfred Russel Wallace (1871), por meio de suas teorias sobre a seleção e evolução natural das espécies, e Phillip Sclater (1858), em seu pioneiro trabalho, responsável por dividir o mundo em seis regiões zoogeográficas. Antes desses estudos, acreditava-se que cada espécie habitava a região do planeta que mais lhe convinha, tendo sido criadas para ocupar espacialmente esses lugares.

Na concepção de Emel, Wilbert e Wolch (2003), a maior parte destes trabalhos apresentam um enfoque dos animais como elementos da natureza (objetos naturais), devendo ser estudados separadamente dos seres humanos com o objetivo de se “*estabelecer leis gerais de como os animais se organizaram na Terra*”.

Richard Hartshorne, proeminente geógrafo americano, que passou a maior parte de sua carreira na Universidade de Wisconsin, demonstrou sua visão da geografia fundamentalmente por meio do estudo da diferenciação de áreas (HARTSHORNE, 1939). Ao estruturar um diagrama lógico da disciplina, o teórico incluiu a “*Animal Geography*” na confluência entre a geografia regional e a zoogeografia, recebendo o *status* de subcampo sistemático da geografia (figura 01).

No clássica obra de Hartshorne (1939), *The Nature of Geography*, à “*Animal Geography*” foi atribuída um papel como um dos subcampos “*sistemáticos*” da disciplina, juntamente com o clima, solos, plantas, topografia etc., aliado no campo externo à “*ciência sistemática*” da zoologia. De acordo com Hartshorne (1939), a investigação dos vários subcampos da ciência geográfica, tais como o da geográfica física e da humana, permitiu a elucidação da “*diferenciação das áreas*” ou das geografias regionais que serviu para distinguir diferentes áreas ou regiões da superfície da Terra. (PHILO; WOLCH, 1998, p. 104).

A visão de Hartshorne (1939) indica uma co-relação entre a distribuição das espécies animais e a distribuição de raças humanas, associando assim, a questão animal com aspectos de dominação de outros grupos humanos. Nesse sentido, a simbologia, ou a representação simbólica associada, entre humanos e animais fica evidente e usada como ferramenta de dominação.

Figura 01: Diagrama Ilustrando a Relação da Geografia com as Ciências Sistemáticas.

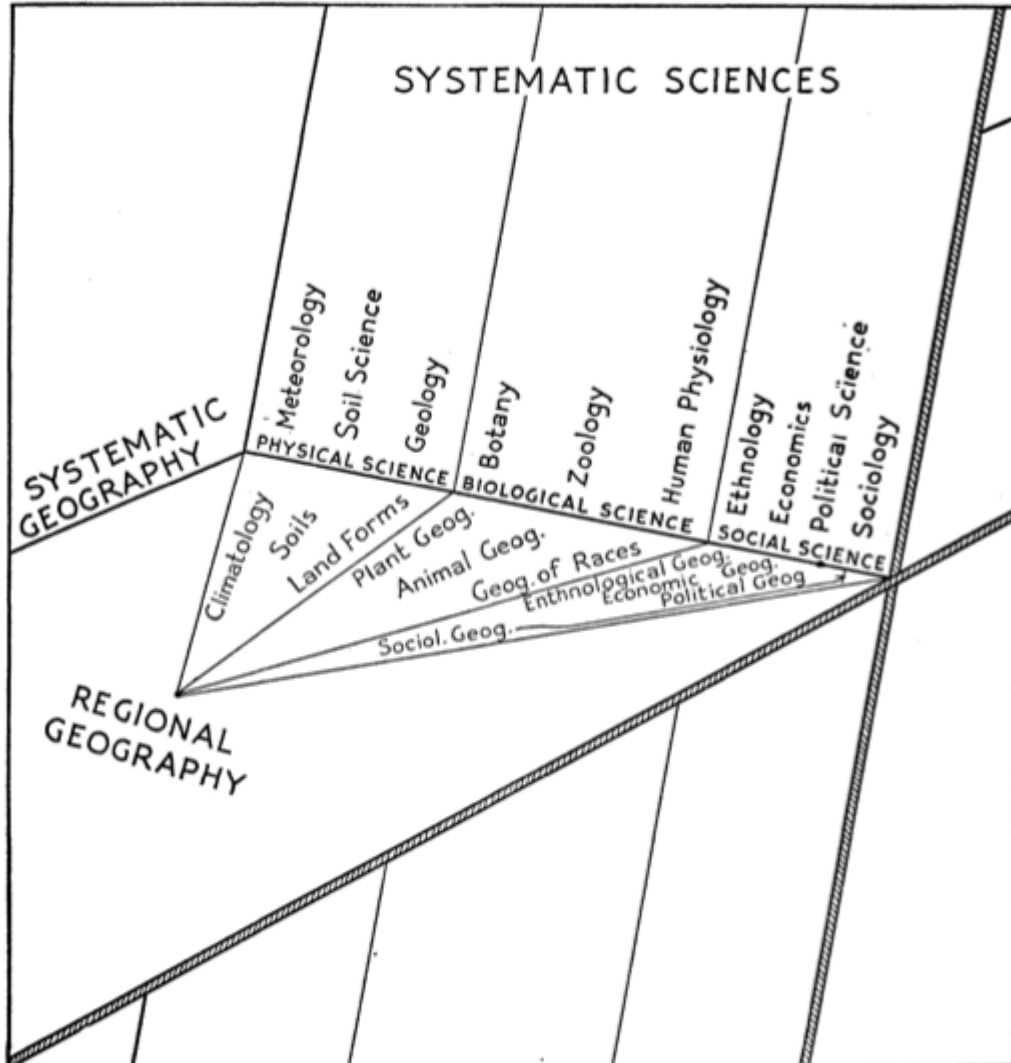


FIG. 1.—Diagram illustrating the relation of geography to the systematic sciences. The planes are not to be considered literally as plane surfaces, but as representing two opposing points of view in studying reality. The view of reality in terms of areal differentiation of the earth surface is intersected at every point by the view in which reality is considered in terms of phenomena classified by kind. The different systematic sciences that study different phenomena found within the earth surface are intersected by the corresponding branches of systematic geography. The *integration* of all the branches of systematic geography, focussed on a particular place in the earth surface, is regional geography. (See Sec. XI E.)

Fonte: HARTSHORNE (1939, p. 147).

Os geógrafos voltados à zoogeografia foram responsáveis pela catalogação das espécies, sua distribuição histórico-espacial, além de estudarem a

influência do ambiente sobre as adaptações das espécies. V. E. Shelford foi um dos primeiros, e talvez o único caso a realizar uma experimentação real com animais em geografia, em estudo desenvolvido em 1903, visando elucidar a relação entre a evaporação e os seus efeitos sobre os animais de sangue quente.

Segundo Stuart (1954), o início do século XX foi marcado pelo foco de atenção nos detalhes, em estudos que destacaram a evolução e circulação dos animais no espaço e no tempo. Um atlas e dois livros sobre “*Animal Geography*” publicado durante este período exemplificam essas abordagens zoogeográficas.

Cabe lembrar que em 1911, J. G. Bartolomeu, W. Águia Clarke e Percy H. Grimshaw publicam seu “*Atlas de Zoogeografia*”. Esta coleção de mais de duas centenas de mapas em cores, tendo como base as regiões zoológicas estabelecidas por Sclater e Wallace, ilustra as distribuições espaciais das espécies conhecidas na época, junto há uma breve catalogação e descrição individual das espécies. Os autores enfatizam que a abordagem geográfica foi fundamental porque, ao contrário dos catálogos de fauna ou estudos ecológicos, pelo viés da zoogeografia se tentou entender o porquê cada área física do planeta apresentava espécies muito diferentes entre si.

Em 1913, a geógrafa escocês, Marion Newbigin, professora de zoologia e biologia na *Edinburgh School of Medicine for Women*, e um dos fundadores da moderna geografia britânica, publicou a obra intitulada “*Animal Geography*”. Newbigin (1913) reconhece que os geógrafos haviam feito grandes progressos no estudo das plantas do mundo, defendendo a ideia de que os animais deveriam receber a mesma consideração. Em sua opinião, esse ramo da saber geográfico deveria reconhecer que os animais das diferentes regiões naturais da Terra fazem parte dos recursos dessas regiões, e, portanto, a atenção nos estudos

dos animais teria que ser enfatizada e direcionada às adaptações dos mesmos ao seu ambiente, ao invés de focar apenas nas relações entre as espécies.

W. C. Allee e Karl P. Schmidt, no livro "*Ecological Animal Geography*" (1937), realizam uma tradução dos escritos do geógrafo alemão Richard Hesse, presentes na obra "*Geografia Animalon an Ecological Basis*" de 1924. Preocupados com a escassez de publicações sobre a temática em língua inglesa, os autores acabam por seguir o mesmo formato estrutural empreendido por Newbigin, ou seja, catalogar as diferentes espécies animais dos biomas. Entretanto, também acrescentam capítulos detalhados sobre temas voltados às condições de existência dos animais, barreiras à distribuição, efeito do isolamento geográfico. Allee e Schmidt foram capazes de superar a catalogação, tendo trabalhado na direção da teorização científica de como os animais viviam e se adaptavam às diferentes condições.

Conforme os apontamentos de Urbanik (2012) pode-se inferir que Allee e Schmidt (1937) ao incluírem em sua obra o capítulo "*O Efeito do Homem na Distribuição dos Animais*", acabaram por prenunciar a segunda fase da geografia animal. Os autores descrevem as formas de impacto do homem civilizado, perante as outras espécies, as quais se dão por meio de casos de desmatamento, manejo de florestas, agricultura, jardins e parques, edifícios, transportes não intencional e erradicações diretas. Eles concluem, comentando:

Tão grande foram as mudanças na vegetação e vida animal mundiais com a disseminação do homem civilizado, que em vastas áreas selvagens os fenômenos naturais de zoologia geográfica e da ecologia, em geral, são completamente secundários, acessíveis a partir da agricultura ou do ponto de vista econômico e não do biológico.[...] A única esperança para a preservação das condições naturais no futuro, em latitudes temperadas, e, provavelmente, nos trópicos encontra-se na criação de parques estaduais e nacionais, em que as condições primitivas sejam mantidas, para servir como refúgios e santuários para a vida selvagem. (ALLEE e SCHMIDT *apud* URBANIK, 2012, p. 31).

Pode-se caracterizar essa primeira fase dos estudos dos animais na geografia como vinculada ao período em que Japiassu (1978) mostra como as ciências humanas em busca de sua cientificidade pautavam-se em modelos explicativos das ciências naturais, matematizadas e objetivas. Os estudos dos animais nessa fase do pensamento geográfico, apresentavam um distanciamento das relações entre humanos e animais de forma a colocar os animais como elementos meramente materiais e espacializados, seguindo padrões dentro de leis naturais universalizantes.

No entanto, estudos posteriores partem para uma maior relação entre humanos e não-humanos como veremos a seguir.

1.2.A GEOGRAFIA ANIMAL COM BASE NA GEOGRAFIA CULTURAL: A segunda fase da geografia animal

A partir da metade do século XX, os campos de estudo da Biologia e Zoologia começaram a adotar, cada vez mais, a catalogação tradicional de espécies animais, suas distribuições e ecologias. Entretanto, uma gama de “*geógrafos de esquerda*”, com interesse crescente em temas do “*mundo animal*”, começou a concentrar-se mais em analisar as relações humano-animal no lugar e espaço. Segundo Urbanik (2012), esta segunda fase não relegou a zoogeografia, mas apresentou um crescente interesse pelo impacto dos seres humanos sobre os animais selvagens.

Em relação a trabalhos sobre animais selvagens pode-se citar os estudos empreendidos por Michael Graham e Fraser Darling. Graham (1956) documentou a ascensão e queda da indústria baleeira em todo o mundo, defendendo que a extinção de alguns tipos de baleias consistia em um prenúncio do

que poderia acontecer com outras espécies selvagens, caso os seres humanos não regulassem efetivamente o uso dos animais como um recurso natural. Darling (1956 *apud* URBANIK, 2012, p. 39) também se levantou em defesa dos animais, argumentando que “o homem progrediu materialmente e, finalmente, em sua civilização, rompendo a riqueza armazenada pelos clímax ecológicos naturais do mundo”. Na sua visão geral da história do pastoril, o autor comenta as formas de controle do mundo natural e a remodelagem da paisagem pelos seres humanos.

Durante o período da 2ª fase da Geografia Animal, os geógrafos interessados na temática animal também se voltaram para a Escola de Berkeley, na Califórnia, liderados pelo geógrafo Carl Sauer. Para Sauer, a compreensão de como os seres humanos transformam o ambiente de “*paisagens naturais*” para “*paisagens culturais*”, constituía a base da geografia. Este estudo da paisagem cultural como ecologia cultural, envolvia, necessariamente, abordar a questão das relações humano-animal, principalmente por meio do estudo da domesticação.

Em seu livro “*Seeds, Spades, Hearths and Herds*” (1969), Sauer analisou como a domesticação dos animais ajudou a criar paisagens culturais, porque o uso de animais exigiu que os seres humanos alterassem significativamente seus ambientes locais. Conforme Urbanik (2012), esta nova abordagem da ecologia cultural foi útil para introduzir a idéia de que a cultura humana tem um enorme papel a desempenhar em termos de relações humano-animal.

Em 1960, o geógrafo Charles F. Bennett, que havia iniciado sua carreira na Universidade da Califórnia (Los Angeles), demonstrou preocupação com a crescente perda da zoogeografia tradicional para outras disciplinas acadêmicas, tendo apelado à “*cultural animal geography*” e ao renovado interesse no ensino sobre os animais como parte do currículo de geografia. Ele queria

[...] transmitir aos geógrafos e seus alunos, uma apreciação necessária da importância dos animais como um elemento na paisagem, bem como uma consciência de que o próprio homem é um animal e está intimamente envolvido com toda a panóplia de fenômenos biológicos (BENNETT *apud* URBANIK, 2012, p. 33).

Em sua obra, Bennett reconheceu três tipos existentes de estudos geográficos a respeito dos animais: fauna (estudo da distribuição espacial), histórico (estudo de evidências geológicas e fósseis) e ecológico (estudo da dinâmica ambiental que molda as distribuições de origem animal). Com base no trabalho de Sauer e de outros ecologistas culturais, examinando a domesticação animal, Bennett estabeleceu um quarto tipo de estudo dos animais, nomeando-o de “*cultural animal geography*”. Esse campo de estudos devia acumular, analisar e sistematizar dados relevantes das interações entre animais e culturas humanas. Seus exemplos de temas para pesquisa incluíam os seres humanos como um agente de dispersão de espécies e a caça de subsistência e pesca. Para Urbanik (2012), é preciso reconhecer que, para os ecologistas culturais, os animais representavam uma parte do que eles estudavam e Bennett estava tentando estabelecer uma área de especialidade dentro da geografia capaz de reunir elementos zoogeográficos com o reconhecimento de que os seres humanos e os animais interferem entre si de várias maneiras.

As próximas três décadas de pesquisa na área da geografia animal demonstram uma emersão na chamada “*cultural animal geography*”, mas sob o rótulo de ecologia cultural ou história cultural. Alguns exemplos demonstram que essa abordagem da ecologia cultural enfatizou os animais domesticados, bem como as mudanças na paisagem. A obra de Daniel Gade (1967), versando sobre o porco da Guiné, representa um excelente exemplo, embora ainda tradicional das relações humano com animais como sendo ferramentas materiais da humanidade.

Continuando a construção das complexas conexões culturais entre seres humanos e animais, e ainda num quadro antropocêntrico, Grossman (1984) documenta como variáveis culturais, valores e práticas locais podem ser forças fundamentais, capazes de moldar as práticas pecuárias contemporâneas. Em outras palavras, o uso humano dos não-humanos não é definido apenas pela utilidade econômica. Por meio de um estudo de caso sobre as ovelhas em Papua, Nova Guiné, na conclusão, Grossman (1984) demonstra que a cultura desempenha um papel nas relações humano-animal agrícolas.

Frederick Simoons e James Baldwin (1982), em uma pesquisa específica sobre mulheres e amamentação de animais, elucidam uma direção diferente a respeito da agricultura e relações humano-animal de gênero. Em sua revisão da literatura mundial acerca da prática de mulheres que amamentam outras espécies, o que já havia sido especulado por Carl Sauer, eles descobriram histórias documentadas a respeito do tema em vários lugares do planeta. Concluíram que há sobreposição de quatro razões para tal prática: afetiva, econômica, cerimonial e bem-estar humano. Acabaram, também, por especularem sobre um quinto motivo de cunho mais simbólico, o qual demonstra que o animal é sempre apresentado como um membro do grupo, havendo a construção de um vínculo de parentesco.

A obra “*Zoo Babies*” de G. S. Cansdale (1952), representa um dos exemplos principais da produção da segunda fase da geografia Animal durante a metade do século passado. Segundo Urbanik (2012), Cansdale, no período em que foi superintendente da “*London Zoological Gardens*”, empreendeu estudos focados especificamente nas formas em que os seres humanos e os animais interagem diante de uma variedade de situações. Com capítulos sobre a concorrência e conflitos, a introdução de animais estrangeiros pelos humanos, o papel dos animais

em serviço do homem, e em outras áreas tais como esportes, cativeiro e a religião, esta obra foi a primeira a demonstrar, por completo, as interseções entre as vidas humanas e animais. O estilo do livro é marcado pela catalogação de inúmeras relações, assemelhando-se a um fichário de espécies, porém, a inclusão de cruzamentos culturais, além da domesticação, revela o maior potencial da “*cultural animal geography*”.

Pode-se supor que esta fase tem fortes ligações com o eixo epistemológico de evolução das ciências humanas do pensamento evolucionista-biológico (JAPIASSU, 19978), em que as relações humano-animais são pautadas na utilização dos animais como ferramentas da evolução humana e como forma de suas representações sociais por meio de seus rebanhos e modificações na paisagem. Esta visão, ainda que aponte uma maior participação dos animais, não apresenta sua ação como agente nas relações com os humanos.

1.3.O DESLOCAMENTO ANTROCENTRICO DA GEOGRAFIA ANIMAL: A terceira fase da geografia animal

De acordo com Wolch, Emel e Wilbert (2000) essa terceira fase da geografia animal ocorreu em meados dos anos 1990 com a intersecção de eventos que acenderam, no mundo acadêmico, uma reavaliação da cultura e da subjetividade e o desejo de desvendar as relações subjetivas da natureza com a humanidade.

Em 1995 uma edição especial do periódico *Environment and Planning D: Society and Space* editado por Jennifer Wolch e Jody Emel, trazem os alicerces para a revisão daquilo que seria considerado a nova fase da geografia animal (URBANIK, 20012).

Logo em seguida em 1998 Wolch e Emel editam o livro “*Animal Geographies: Place, Politics and Identity in the Nature-Culture Borderlands*”, no qual trazem a revisão de alguns artigos anteriormente publicados na edição especial da *Environment and Planning D.*(URBANIK, 2012).

Uma segunda antologia de artigos é editada em 2000 pelos geógrafos britânicos Chris Philo e Chris Wilbert na obra “*Animal Spaces, Beastly Places: New Geographies of Human-animal relations*” (URBANIK, 2012).

A partir dos anos 2000 vê-se um aumento nas publicações sobre a Geografia Animal nas principais revistas de geografia. Somente no *Annal of Association of American Geographers* desde a sua primeira edição em 1911 até 1970, somente 21 artigos foram publicados com alguma referência a animais, enquanto de 1970 a 2012, mais de 55 artigos foram encontrados. E em 2009 a mesma *Association of American Geographers* funda, por meio das geógrafas Monica Ogra e Julie Urbanik, o *Geografia Animal Specially Group* (URBANIK, 2012).

Philo e Wilbert (2000) definem essa nova fase da geografia animal como um subcampo que “[...] foca no complexo entrelace da relação humano-animal com o espaço, o lugar, a localização, o meio ambiente e a paisagem”. (PHILO & WILBERT, 2000, p.4)

Definem

[...] o conjunto conceitual e material da fixação dos animais, por meio das ações humanas, em uma variedade de situações, e também o exame das rupturas dessas fixações ocasionadas pela ação dos animais. [...] Desta forma a construção social e cultural de espaços animais pelos humanos podem sofrer transgressões por parte ativa dos animais, o que se pode considerar como ‘*beastly places*’ (PHILO & WILBERT, 2000 p. 6).

Segundo Urbanik (2012), dois fatores distinguem essa fase da

geografia animal:

(1) a expansão da noção de relação humano-animal para além dos rebanhos domesticados para incluir os encontros dessa interface (ex.: zoológicos, laboratórios, *pets*, cultura popular, simbolismo, etc.) e;

(2) trazer aos animais a capacidade de sujeitos de sua própria vida (REGAN, 1987) - compartilhada ou não conosco (humanos) - ao invés de serem apenas objetos do controle humano. (URBANIK, 2012)

De forma direta Urbanik (2012, p. 39) define como nova essa fase da geografia animal e ela aparece como “[...] o estudo de onde, quando, porque e como não-humanos interagem com as sociedades humanas”. Pode-se, assim, de forma didática, classificar tal interação em: animais de trabalho; *pets*; pecuária e animais selvagens (ou silvestres). Essa interação apresenta a abrangência e a complexidade desta fase da geografia animal.

Glen Elder, Jennifer Wolch e Jody Emel (1998) delinearam as formas como as práticas com os corpos dos animais (exemplo: comida, esporte, pesquisa) são usadas para policiar as relações entre diferentes grupos humanos em diferentes lugares. Apontam que uma prática aceitável com animais depende do grupo social dominante em um lugar particular. A geografia animal pode estudar como ações reforçam as relações de poder entre (e dos) humanos e reforçam as fronteiras entre humanos e outras espécies. (ELDER, WOLCH & EMEL, 1998)

Em artigo publicado em 1998 Lesly Instone aponta que mesmo o simbolismo animal está baseado nessa relação com o lugar e o grupo social dominante (INSTONE, 1998).

Sob o ponto-de-vista da ética, William Lynn (1998a, 1998b) traz o conceito de “geoética”, que provocou uma forma de pensar a interface humano-

animal baseada, também, na questão das diferenças entre lugares e culturas dominantes. Lynn (1998a) desafia a ética tradicional questionando os valores e paradigmas das éticas antropocêntricas (para as quais somente os humanos importam), éticas biocêntricas (para as quais os seres vivos têm o mesmo valor) e as éticas ecocêntricas (para as quais somente as interações ecológicas e suas consequências são importantes), argumentando que tais éticas são rígidas demais para a variedade e complexidade da interface humano-animal.

Lynn (1998b) aponta nas relações humanos-animais o reconhecimento de que:

- (1) a geografia constitui princípios éticos;
- (2) todos os seres são parte da Terra;
- (3) somos partes de uma comunidade geográfica.

O conceito de geoética traz o reconhecimento de que somos membros de um todo (ecossistema) e partes (indivíduos) simultaneamente, construindo um valor que compartilha a pluralidade e descentralizado o sujeito, como sendo exclusivamente humano (LYNN, 1998b)

Essa perspectiva dá aos animais uma agência, ou seja, a capacidade de modificar seu ambiente e sua história, portanto ator, agente das relações sociais. Essa idéia, central para a tese, será discutida mais a frente.

No contexto antropológico os trabalhos de Catherine Johnson (2008) e Hayden Lorimer (2005) reformulam a centralidade dos estudos nos humanos e reforçam as relações cotidianas com os “*outros*”. Seguindo a idéia de Tim Ingold (1994) de conhecimento partilhado e do relacionamento dia-a-dia, parte-se para o que Lorimer (2005) apresenta com uma “*parcela*” da teoria não-representacional: “[...] *um termo guarda-chuva para diversos trabalhos que buscam entender melhor*

nosso mundo (auto-evidente) mais-que-humano mais-que-textual, multi-sensual (LORIMER, 2005 p.83).

Outro termo fundamental dos conceitos desta fase da Geografia Animal é o hibridismo, o qual traz uma ideia de movimento para o período pós-moderno, no qual a noção de que o humano é o único sujeito que importa vem se mostrando falsa por campos como a biologia, com os trabalhos de engenharia genética que desconstrói o conceito de espécie, ou os trabalhos da etologia expandindo aquilo que entendíamos como inteligência e cultura como algo exclusivamente humano (WOLFE, 2010).

Reconhece-se que as identidades humanas não são criadas isoladas, mas intrinsecamente ligados a outros seres vivos e objetos inanimados (CASTREE & NASH, 2006). Essa idéia permeia o campo da geografia animal pelos recentes estudos das ciências e por meio da teoria ator-rede (ou Actor-Network Theory – ANT) como afirma Murdoch (1997). A teoria ator-rede vem dissolver os limites que surgiram no qual os dualismos, tais como sociedade/natureza, sujeito/objeto, humano/ animal, foram forjados.

Argumenta-se que, de fato, o mundo não pode ser separado nesses dualismos, pois os atores que moldam o mundo incluem muito mais que humanos (LATOURETTE, 1994). Desta forma, entidades não-humanas não são objetos passivos, mas algo ativo, constitutivo e criador do mundo (LATOURETTE, 1999). Nesse sentido, o conceito de hibridismo emerge da teoria ator-rede e tem sido usado na geografia animal para entender as formas como humanos e animais e suas relações são co-criadas (WHATMORE, 2002).

O hibridismo como entendido na teoria ator-rede reconhece a agência (habilidade de agir ou efetivar mudanças), é multidirecional e não vem

apenas dos humanos (WHATMORE, 2002). O hibridismo adiciona à teoria ator-rede a ênfase de que indivíduos nunca são realmente entidades puras. Em essência somos todos híbridos. Assim, somos híbridos entre humanos e tecnologia ao termos um coração mecânico ou falarmos ao celular (WHATMORE, 2002).

Na perspectiva da animal geography, segundo Sarah Whatmore (2002), a relação humano-animal com um elefante em um zoológico difere da humano-animal com um elefante selvagem e difere, por sua vez, da humano-animal com um elefante num circo. Em todos os casos, afirma Whatmore (2002, p. 85): “[...] *qual humano e qual elefante importa, pois os humanos e elefantes se modificam em cada um dos encontros*” (grifo nosso).

O hibridismo, então, ajuda os geógrafos a ver que (1) existem sujeitos em si e nos outros e (2) a constelação de relações formadas diferem quando há configurações humano-humano; humano-animal e animal-animal em espaços específicos (LULKA, 2009).

Urbanik (2012) adiciona a essa questão o conceito de “*power geometry*” proposta por Doreen Massey para discutir as relações de poder e espaço no hibridismo.

Pode-se ver que as teorias e os avanços teóricos ao longo dessas quase duas décadas desde o (re)surgimento da geografia animal é ampla e contempla uma imensa possibilidade de pesquisas. Julie Urbanik apresenta nove grandes áreas que são os principais focos das pesquisas recentes da geografia animal (URBANIK, 2013).

A discussão teórica da geografia animal é a primeira área e apresenta duas grandes vertentes de como o pensar a interface humano-animal. Na primeira vê-se os desdobramentos do pensamento de Sarah Whatmore (2002) sobre

o hibridismo. Na outra se tem o trabalho de Kersty Hobson (2007) sobre as práticas políticas com os animais e seus desdobramentos.

A segunda área de pesquisa é a geografia animal urbana (URBANIK, 2013). Nesse campo os pesquisadores buscam compreender como as cidades são historicamente e na contemporaneidade espaços “*multi-espécies*” (WOLCH, WEST & GAINES, 1995). A teoria “*transspecies*” apresentada por Jennifer Wolch, Kathleen West e Thomas Gaines, em artigo publicado na edição especial da *Environment and Planning D*. de 1995, é uma das bases teóricas deste foco de discussões. Também contribui para essa vertente o trabalho de Chris Philo sobre o contexto histórico das mudanças na cidade e seu impacto na interface humano-animal. No artigo Philo (1995) apresenta a exclusão da relação com animais na cidade e sua migração para áreas mais distantes na Inglaterra vitoriana.

A terceira área de estudos é a ética e a animal geography. Esse campo aborda como o espaço, o lugar e o tempo moldam nossas práticas com outras espécies (URBANIK, 2013). A teoria da geoética de Lynn (1998a, 1998b) e o trabalho de Owain Jones (2000) sobre a ética do encontro, baseado na ética da alteridade de Levinas³, são os alicerces teóricos para a discussão deste vertente.

A quarta área para as pesquisas da animal geography diz respeito à identidade humana e os animais. Partindo de uma perspectiva antropológica, esses estudos buscam entender como humanos usam animais (ou suas características) para a identidade social e/ou diferenciação dos grupos sociais. Os trabalhos de Michael Brown e Claire Rasmussen (2010) sobre a sexualidade com animais; o

³ Emmanuel Levinas, apresenta sua ética da alteridade, onde o outro é fundamental para as ações: “É sempre a partir do rosto, da responsabilidade por outrem, que aparece a justiça, que comporta julgamento e comparação daquilo que, em princípio, é incomparável, pois cada ser é único; todo outrem é único. Nesta necessidade de se ocupar com a justiça aparece a ideia de equidade, sobre a qual está fundada a ideia de objetividade. Há, em certo momento, necessidade de uma pesagem, de comparação, de pensamento, e a filosofia seria, nesse sentido, a aparição da sabedoria a partir do âmago desta caridade inicial; ela seria - e não brinco com as palavras - a sabedoria desta caridade, sabedoria do amor.” (LEVINAS, 1997 p. 144). Deste modo Jones (2000) propõe entender essa ética para os não-humanos.

trabalho de Elder, Wolch e Emel (1998) sobre os conflitos entre grupos sociais diferentes e suas práticas com animais; e o trabalho de Harvey Neo e Jun-Han Yeo (2010) sobre a interação entre humanos e macacos em Singapura são os maiores destaques deste foco.

A quinta área de estudos da geografia animal é a questão dos animais como sujeitos. Esse ponto, como sugere Urbanik (2013), é um dos mais complexos, pois não há como os animais “*falarem*” uma linguagem humana. O grande problema é como endereçar a outras espécies a capacidade de seres experienciais, sem cair na antropomorfização (URBANIK, 2013). As obras de Christopher Bear (2011) sobre a comunicação entre um polvo e seus tratadores, sugerindo a capacidade de sujeito do animal; Steve Hinchliffe, Matthew B. Kearnes, Monica Degen, and Sarah Whatmore (2005) a respeito das relações com animais selvagens; e o trabalho de Jaime Lorimer (2007) em torno do carisma de animais não-humanos, contemplam as bases da discussão neste foco.

Os *pets* formam a sexta área de estudos acerca da interface humano-animal. Sua relação íntima desses animais no nosso cotidiano, faz dos *pets* os outros mais próximos dos humanos, além disso, sua posição simbólica, como veremos com Howell (2000; 2003; 2013), é característica da construção das sociedades humanas modernas. Como nós moldamos esses animais (raças, comportamentos, etc.) para participarem do nosso estilo-de-vida e a negociação mais-que-humana de co-existencia são alguns dos temas abordados. Há uma grande interrelação com outras disciplinas como a antropologia, a sociologia, a filosofia e a psicologia (SERPELL, 1996). Os trabalhos de Emma Power (2008) sobre as “*famílias peludas*” (*furry families*); o trabalho de Rebekah Fox (2006) sobre a relação dos donos de *pet* com a dicotomia comportamento “*natural*” X

individualidade do animal; os trabalhos de Heidi Nast (2006a, 2006b) com os estudos críticos sobre *pet*; e os artigos de Philip Howell (1998, 2002) com relação aos *pets* na Inglaterra vitoriana, formam o arcabouço teórico desta discussão.

O uso de animais para trabalho constitui a sétima área de pesquisa. A utilização de animais em pesquisa (desde a pesquisa básica até a produção militar); a construção de espaços para a criação de animais (tanto para corte, como zoológicos e criadouros) são alguns dos pontos que sobressaem. O artigo de Kay Anderson (1995) sobre zoológicos e a suas implicações científicas e de entretenimento; o trabalho de Gail Davies (2000) sobre zoológicos virtuais e uso de ratos em laboratórios; e o trabalho de Julie Urbanik (2007) sobre o uso de animais em biotecnologia são alguns dos exemplos desse eixo de pesquisas.

A oitava área de investigação muito debatida por outras disciplinas e no ressurgimento dos estudos humano-animais é o uso de animais de criação. O foco está em como são criados e produzidos animais para o abate e comercialização, no todo ou em partes (ex.: pele). Pesquisas sobre o desenvolvimento de sistemas agroindustriais; ética do consumo de animais; e como os rebanhos impactam o meio ambiente são exemplos de pesquisa dessa área. Vale ressaltar que toda a discussão ética permeia esses campos de pesquisa (ROLLIN, 2006). O trabalho de Henry Buller e Carol Moris (2003) discute sobre o bem-estar dos animais; Lewis Holloway (2001, 2005, 2007) trabalha sobre os avanços da tecnologia na agropecuária industrial; Alice Hovorka (2008) lança o olhar sobre os rebanhos urbanos na África; e Richard Yarwood e Nick Evans (1998) apontam para mudanças na paisagem causadas pela produção animal.

Por fim, a nona e última área apontada por Urbanik (2013) é dos animais selvagens/silvestres. As relações de conflito entre humanos e animais e o

turismo selvagem são alguns dos pontos abordados neste foco (URBANIK, 2013). O artigo de Jody Emel (1998) sobre os lobos na Califórnia; os trabalhos de David Lulka (2004, 2008) a respeito da vida selvagem e a identidade humana; o artigo de Ismael Vaccaro e Oriol Beltran (2009) acerca dos conflitos entre produtores de animais e animais selvagens; e os artigos de Sarah Whatmore e Lorraine Thorne (1998, 2000) sobre a agência de animais selvagens são algumas das obras que alicerçam esse campo das pesquisas da “Animal Geography”.

Para finalizar o capítulo nos inspiramos em Japiassu (1978) ao pensar a respeito da evolução e da trajetória da Geografia Animal. As fases atravessadas por sua produção podem ser aproximadas dos eixos epistemológicos que possibilitaram às ciências humanas se autodefinirem e se emanciparem como ciências. Outorgando para si o *status* de cientificidade, buscaram ter reconhecida a sua legitimidade como ciência tentando definir suas leis com base em pressupostos consagrados nas ciências naturais, especialmente a partir do século XIX. A objetividade almejada seguiu em direção a um conhecimento positivo da realidade humana e o homem e sua sociedade tornaram-se objetos de conhecimento científico por meio de fatos sociais passíveis de observação. Evidencia-se situação semelhante no estudo dos animais, na Geografia, que corresponde a uma filiação ao caráter positivista aplicado às duas primeiras fases da Animal Geography. Essa poderia ser pensada em termos de uma Geografia vinculada, desde a sua origem, ao espírito de positividade das ciências naturais. Uma das razões repousa na evidente necessidade de dados relativos à existência e ao manejo de animais tornarem-se acessíveis, nesse caso, à enumeração e à classificação. Todavia, nem todos os fenômenos dessa relação humano-animal podem ser facilmente observados e empiricamente dedutíveis.

Se por um lado, nessas duas primeiras fases, a Animal Geography tentou definir seus modelos com base em paradigmas permeantes das ciências naturais, sabe-se, por outro, que esta pretensa objetividade foi difícil de ser alcançada. Quando se trata da realidade humana em relação aos animais, não há como considerar nem o homem, nem o animal como meros objetos, tão pouco fatos sociais a eles relacionados podem ser completamente isolados. Ao considerar tais relações em termos de sua história e sociedade, há uma crítica dirigida à perspectiva positivista que diz respeito à tendência para a coisificação. Contudo, vê-se aos poucos uma libertação dos domínios metodológicos provenientes de tais modelos que garantiu à Geografia objetividade e cientificidade, determinando-lhe sua epistemologia.

Seriam três os principais eixos epistemológicos das ciências humanas e nos quais poderíamos situar a autodeterminação da Geografia Animal:

a) O eixo ou o modelo da ciência rigorosa, com base na matematização e no método cartesiano.

b) O eixo ou modelo da biologia, no qual o fato humano possui uma base biológica e a história um pano de fundo naturalista. Dessa forma, os atos conscientes, culturais e históricos são determinados pelos exercícios das funções vitais, que impregnam o conhecimento considerado científico em detrimento da ação fisiológica, química e biológica que o cerca.

c) O modelo histórico-cultural que estabelece o passado priorizado em detrimento do presente e do futuro. Desse modo, o passado tem primazia sobre a história e a cultura. Sendo assim, o conhecimento dessa época para ser considerado científico deve, *a priori*, possuir um caráter histórico.

Observa-se, contudo, na segunda fase dos estudos animais na

Geografia a tendência para o afastamento desse assujeitamento do discurso cientificista positivista. O afastamento deu-se como tentativa de construir subsídios para compreender a presença e a construção de novos instrumentos que aparecerão nítidos na sua terceira fase e que se darão a partir dos estudos da linguagem e da cultura, uma vez que por meio delas pôde-se superar a ideia do humano-animal como coisa ou objeto. Pela linguagem pôde-se restaurar o espaço do sentido, furtado ao sujeito. Na terceira fase da “Animal Geography” vimos a ascensão de uma (re)leitura das relações humano-animais inseridas em contextos de fala e cultura e suas consequências para a questão espacial.

A questão animal na geografia abre-nos a possibilidade de novas abordagens, como a *animal geographies* anglo-saxã numa perspectiva brasileira, tentando buscar nossas relações com os animais não-humanos e o espaço. Não é a intenção desta tese fazer este aprofundamento, mas sim abrir esse campo. Como foi exposto essa relação humano-animal já foi estudada em diversas abordagens e perspectivas, mas as novas teorias sociais, a derivação de outros campos da geografia, principalmente anglo-saxão, nos apresenta novos horizontes de pesquisa e de rever os conceitos e interpretações dessa relação.

2 A GEOGRAFIA ANIMAL ANGLO-SAXÃ: Destacando obras e autores

“Se nos compararmos com as galinhas que vemos,
 Elas não têm dores de cabeça, insônia ou úlceras.
 Estão livres da tensão nervosa e desordens mentais.
 Galinhas não se enlouquecem como fazemos todos os dias.
 As pessoas do mundo tomam drogas aos montes,
 Enquanto as galinhas não engolem nem mesmo um grão.
 Elas dormem firmes, mentes tranquilas cem por cento.
 Vocês não se sentem constrangidos pelas galinhas?
 O nascimento humano nos dá o direito de sermos neuróticos:
 Deveríamos encarar isso como bênção ou maldição?
 Por favor, encontrem o Dhamma antes que seja tarde demais,
 Vivendo felizes, sem mais vergonha das galinhas. ”
 (Ajahn Buddhadasa)

A ideia apresentada por Buddhadasa, nos remete ao questionamento trazido pela geografia animal, se com a mente humana não conseguimos apreender a “realidade” que nos cerca, como podemos pensar sobre os animais? Tal questionamento faz-nos refletir sobre o que representa a geografia animal? Como se constituiu como abordagem de estudos? A ascensão na geografia anglo-saxã, seus usos e seus conceitos serão abordados neste capítulo.

A constituição da geografia animal enquanto abordagem de estudo das relações entre humanos e animais (não-humanos), foi, como já vimos, apresentada primeiramente nas escolas anglo-saxônicas e seu crescimento se deu a partir de questionamentos advindos da ética e das teorias sociais que deslocam seu foco para além do antropocentrismo.

Neste capítulo abordar-se-á os conceitos centrais desta abordagem, bem como sua consolidação e sua revisão. Também abordar-se-á alguns dos conceitos principais e ideias que apresentam crescimentos dentro desta abordagem. Essas ideias e conceitos serão apresentados em três eixos principais: 1 – inclusão/exclusão; 2 - hibridismo e co-constituição de identidades; 3 – zoopolis;

Com apresentação de alguns trabalhos pretende-se exemplificar cada uma das ideias e eixos apresentados.

2.1 CONCEITOS PRÉVIOS: As primeiras obras e abordagens da terceira fase da geografia animal

Uma das principais ideias da geografia animal é seu deslocamento e descolamento do antropocentrismo, atribuindo aos animais um papel mais central e importante do que lhe era reservado até então.

A ideia de que as ciências sociais estavam permeadas por um viés antropocêntrico é questionado por Wolch e Emel (1995).

Para ambas a “[...] *teoria social permanece resolutamente antropocêntrica. Os animais tendem a ser subordinados dentro dos debates sobre a relação natureza-cultura, ou mais genericamente, do meio-ambiente*” (WOLCH & EMEL, 1995, p. 631).

Wolch e Emel se posicionam para além dos estudos antropocêntricos, assumindo uma postura de defesa dos menos favorecidos em geral, e particularmente, em favor dos animais, tendo-os como oprimidos por práticas e discursos dominadores e inserindo o contexto urbano como expoente desse alijamento.

Afirmam:

“[...] nos referimos ao patriarcalismo, que as sanções da dominação masculina sobre as mulheres e animais (pela mesma razão: inferioridade racional, paixões incontrolláveis) e a ligação '*afetiva*' entre humanos e animais é na melhor das hipóteses sentimentalismo feminino e no pior dos casos um perigoso antropomorfismo. Também nos referimos a urbanização como modo de colonização, como o mundo urbano construído tão intrinsecamente ligado à cultura e civilização, nesse sentido seu objetivo é o distanciamento dos não-humanos através de argamassa, tijolos, concreto e asfalto, zoneamento e regulação” (WOLCH & EMEL, 1995, pg. 632).

Deste modo, as discussões sobre os animais, (assim como a discussão pós-colonialista, de gênero, de raça e outras discussões sobre os diferentes, as dicotomias opressoras), seriam a última fronteira para a discussão de uma isonomia das relações sociais.

O motivo dessa distrofia teórica estaria ligado à tradição de exploração dos não-humanos. Pode-se pensar também que as relações sociais do capitalismo convertem os animais em recursos e os leva a ser reconceitualizados no mundo inanimado dos *commodities* para serem controlados e consumidos.

Argumentam que a inclusão dos animais é essencial para o entendimento das relações sociais e para a própria teoria social. Buscando “trazer os animais de volta” (título que aborda essa perspectiva: *Bring Animals Back In*) Wolch e Emel (1995) apresentam que os animais são considerados centrais para a sustentabilidade ambiental, econômica e para a ordem social, relações pessoais e identidade pessoal e também para o conceito de justiça e moralidade (WOLCH & EMEL, 1995).

Demonstrando que os estudos animais estariam sendo enfocados a partir de pontos centrais: a questão ambiental; a questão econômica; a questão das relações sociais; a questão política e a questão dos conflitos e suas adjacências com a formação da identidade e as relações entre humanos e não humanos.

Sobre a questão ambiental, afirmam que a sobrevivência da humanidade, tanto individualmente, quanto como espécie, só foi possível pela relação com os outros animais.

A inter-relação entre as espécies é irrefutável; nós respondemos pelos vertebrados, invertebrados, insetos e microrganismos. Os

animais são cruciais para a sociedade capitalista pós-moderna assim como eram (e ainda são) para as sociedades coletor-caçador ou pastorais (ainda mais importantes se pensarmos em termos de consumo e entretenimento) (WOLCH & EMEL, 1995 p. 632).

A produção de animais apresenta-se como um dos grandes problemas ambientais contemporâneos, causadores do desmatamento das florestas tropicais, além do consumo de combustíveis fósseis.

Na perspectiva econômica Wolch & Emel (1995) afirmam que o uso de animais em escala global agrava essa relação. Questionam:

[...] quantos animais ou produtos animais nós comemos, bebemos, ingerimos por meio de medicamentos, vestimos em nossos corpos ou pés, sentamos e dormimos sobre, lavamos nossos rostos ou usamos em nossos cabelos por semana? E quantos animais são usados para testar a segurança dos produtos que usamos, por exemplo, cosméticos, produtos domésticos, medicamentos, etc.? (WOLCH & EMEL, 1995 p.633).

Encontram em Jeremy Rifkin (1992) dados dessa relação econômica entre humanos e não-humanos. Rifkin argumenta que essa relação se dá em escala local e global. Afirma que a origem de alguns desses animais são produtos locais (leite e ovos geralmente não são produzidos em longas distâncias do consumo).

Encontram em Ufkes (1995) argumentos para sustentar que os animais de produção nos Estados Unidos foram estruturados por meio da intensificação da produção, relocação espacial, e exploração de imigrantes nos abatedouros (UFKES, 1995).

No tocante às relações sociais, Wolch & Emel (1995) chamam a atenção para a interação com os não-humanos, debatem as práticas de dominação dos animais e também, de certa forma, da natureza, inspiradas em Yi-Fu

Tuan (1984), incluindo uma discussão acerca de como o consumo molda e determina os papéis das relações sociais.

Ilustram seus argumentos mencionando Carol J. Adams (2010) ao afirmar serem as relações dualistas e patriarcais derivadas dessa tentativa de controlar e dominar o outro não-humano. Para Adams as vítimas de violência sexual em geral dizem se sentirem como um “pedaço de carne”, fazendo alusão à relação de dominação supracitada.

Afirmam ainda Wolch & Emel (1995):

“Além disso, assim como os animais são objetificados (gado – comida produzindo unidade), fragmentados em partes (gado-morto – file), e são consumidos, assim também as mulheres são vistas (um pedaço de bunda). Frequentemente o contexto determina se o sujeito da fala é um animal ou humano” (WOLCH & EMEL, 1995 p. 634).

Outra reflexão trazida por Wolch & Emel (1995) é inspirada em Bourdieu (1984) sobre a hierarquia da alimentação: simbolicamente a carne estava associada, nas sociedades ocidentais, ao homem, enquanto o vegetal (visto como passivo) era a representação feminina. Tal reflexão levou as autoras à questão política.

Afirmam:

“[...] os conflitos políticos surgem sobre a pecuária e suas práticas de transporte, uso de animais em produtos e testes biomédicos, engenharia genética, bem-estar de animais de companhia e a ameaça a espécies e a biodiversidade” (WOLCH & EMEL, 1995 p. 634).

Um ponto importante neste aspecto político é o conflito entre grupos de direitos dos animais e bem-estar animal e a indústria farmacêutica, ciência e outras indústrias. Wolch & Emel (1995) afirmam que nos EUA essa batalha se dá

no *lobbie* de cada um desses setores, intensificando os debates no Congresso e Senado.

O conflito entre humanos e não-humanos é geralmente ligado à expansão urbana e o manejo de populações silvestres (por exemplo, no subúrbio americano e a “*invasão*” de rebanhos de veados, coiotes, ursos, etc.).

Philo (1995) mostra os animais imbricados com a construção da identidade urbana na Inglaterra Vitoriana. Na emergência de uma distinção Vitoriana, a identidade urbana estava associada a padrões de civilidade, decência pública, e normas de compaixão, em contraste com o rural.

Mercados de animais vivos e abatedouros no centro da cidade, como o de *Smithfield* em Londres, violavam esse padrão e norma de conduta, obrigando os civilizados moradores da cidade a testemunhar as relações sexuais entre animais em seu caminho para o mercado, expondo seus delicados sentidos à violência dos leilões e matadouros, e arriscando sua moral a decair forçando-os a se misturar com tropeiros, percebidos pela reforma burguesa como inclinados à bebida e sexo em excesso (PHILO, 1995 p. 666).

Para distanciar a emergente ordem urbana do rural e das origens animais (assim como por razões sanitárias e organizacionais), mercados de carne e abatedouros foram extirpados da cidade, reforçando a definição da identidade urbana em oposição à zona rural povoada por pessoas brutas e animais (PHILO, 1995).

A discussão de Wolch & Emel (1995, p. 635) segue com a formação da identidade como central para a reintrodução dos animais no debate social. Afirmando que nossa identidade “*estrutura nossa organização socio-espacial*”.

Apresentam como a nossa relação e atitudes com os animais guiam nossa representação espaço-temporal específica.

“Por exemplo, para os Nativos Pré-americanos, os animais servem como poderosos totens e moldam a personalidade e identidade de cada tribo; na Europa e para os colonos, em contraste, o medo e a repugnância por animais cresceu dramaticamente depois do Iluminismo, de tal forma que a familiaridade excessiva com os animais levantasse suspeitas de feitiçaria e bestialidade (ambos os crimes capitais). Nas sociedades ocidentais contemporâneas atitudes permanecem profundamente contraditórias variando estritamente de acordo com a espécie e com a utilidade para os humanos.” (WOLCH & EMEL, 1995 p. 634).

A domesticação, afirmam Wolch e Emel (1995) é a intrínseca relação entre humanos e não humanos: “*a psique humana, estrutura de aquisição de conhecimento e fala, está fundamentalmente moldada pela relação ecológica com animais selvagens*” (p.635). Alguns desses animais tornaram-se membros de nossa sociedade. Praticamente todas as culturas tem a tradição de domesticação, o relacionamento com animais domesticados e de companhia - o que os psicólogos chamam de vínculo humano-animal – também contribuem para a formação da identidade.

Wolch & Emel (1995, p.635) afirmam que no contexto contemporâneo de expansão dos direitos civis e de avanço das ciências biológicas (em especial a etologia e a neurociência) e de recrudescimento de um ambientalismo holístico, os esforços na “*manutenção das fronteiras*” são incrivelmente fúteis.

Adotando a abordagem da Geografia Animal, Wolch e Emel (1995) apresentam assim, as primeiras ideias e conceitos dessa abordagem, reforçando o caráter de que os animais seriam mais que mero coadjuvantes na

construção social e na construção do espaço, se tornando assim, atores/agentes das mudanças sociais, devendo serem revistos como tal.

Afirmam que:

A premissa da *Animal Geographies* é que os animais têm sido tão indispensáveis para a estrutura dos assuntos humanos e tão amarrados com a nossa visão de progresso e de boa vida que somos incapazes de (ou mesmo de tentar) vê-los completamente (WOLCH & EMEL, 1998, p. XI).

A visão dos animais na Geografia, como em outras ciências, estaria permeada da questão animal, mas ainda não visíveis à grande parte do debate social.

Afirmam, Wolch e Emel (1998), que a Geografia tem uma longa tradição de investigação das relações entre natureza e sociedade e o caminho percorrido pelos estudos dos recursos naturais e suas condições como clima, solo etc. e das práticas culturais humanas, moldam-se mutuamente, de forma não excludente. Porém, nessa tradição a questão da natureza (como agente) e assim os animais também, não eram considerados até meados nos anos de 1990.

A influência e as modificações epistemológicas trazidas pelas obras de Henri Lefebvre, para quem o espaço nunca é inocente em termos de moldar os assuntos humanos (LEFEBVRE, 1991), bem como, similarmente, pelas obras de Michael Foucault, cuja negação da inocência do espaço, aponta para como conhecimento e poder ligados ao uso do espaço e do lugar para isolar e excluir, segregar e gerenciar as diferenças sociais (FOUCAULT, 1977).

As mudanças sociais apontadas por Wolch e Emel (1998) levam ao desafio de entender as práticas sociais e sua evolução, não apenas no tempo, mas no espaço e em contextos de lugares particulares.

A influência de obras como: “*Postmodern Geographies*” de Edward Soja (1989); “*Gender, Work, and Space*” de Susan Hanson e Geraldine Pratt (1995), abriram caminho para o renascimento do interesse no papel do espaço em moldar os processos sociais (WOLCH & EMEL, 1998).

A emergência do feminismo, pós-modernismo, do retorno interpretativo das ciências sociais e do florescimento da tradição da teoria social, a geografia cultural acaba por se revigorar (WOLCH & EMEL, 1998). Entretanto, mesmo nesse despertar, a agência da natureza e especialmente dos animais foram negadas (DEMERITT, 1994). A questão é entender como as fronteiras cultura-natureza (e nesse sentido especialmente humano-não-humano), são desenhadas e redesenhadas no tempo como resultado tanto dos processos culturais, quanto ecológicos e da agência em suas interações (WOLCH & EMEL, 1998).

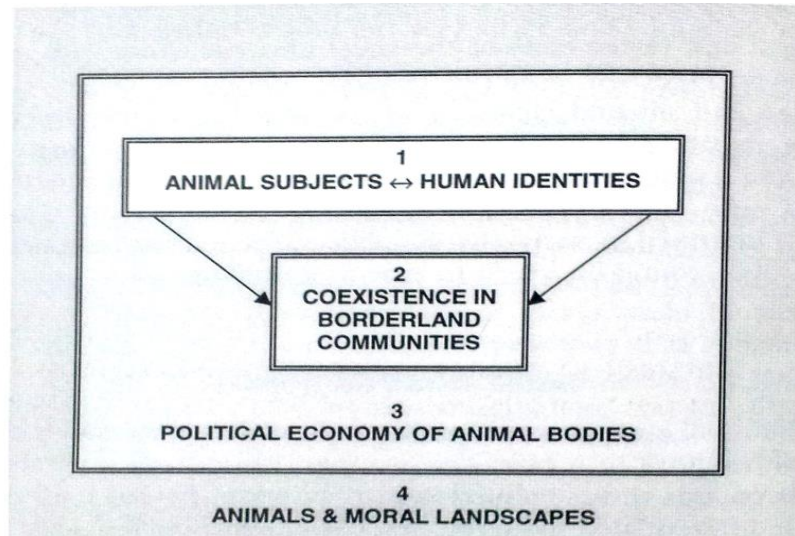
Afirmam:

A geografia contemporânea trabalha com as relações natureza-sociedade, plenamente informada pela teoria social, filosofia e estudos culturais, assim, provê um fundamento sólido no qual a nova reflexão sobre as relações humano-animais deve florescer (WOLCH & EMEL, 1998, p. xv).

A Geografia Animal está atrelada à múltiplas perspectivas da teoria e às percepções do trabalho geográfico sobre natureza e cultura. Esse campo de estudos da Geografia iniciaria um “vigoroso e satisfatório discurso” sobre as relações humano-animais.

Apresentamos a Figura 2 que esquematiza a organização do livro de Wolch e Emel (1998), apresentando o cenário no qual se estabelecem as discussões realizadas na Geografia Animal.

Figura 2 – Níveis de abordagem da Animal Geography



Fonte: Wolch e Emel (1998, p. XVI)

Parte das discussões da Geografia Animal explora as relações humano-animal no nível individual, considerando em particular as ligações entre a subjetividade animal e a formação das identidades humanas. As formações de zonas limítrofes entre humanos e animais é outra parte das discussões da Geografia Animal, apresentando espaços compartilhados entre humanos e animais de forma apreensiva em muitos casos. As relações político-econômicas envolveriam a relação humano-animal, tanto em nível local quanto global. A perspectiva ética e a “paisagem moral” formariam o último nível de abordagem nas discussões da Geografia Animal (WOLCH & EMEL, 1998).

A perene discordância sobre a natureza do espaço levou a diferentes caminhos no entendimento do espaço pela Geografia acadêmica. (GREGORY, 1994; PICKLES, 1985; SACK, 1986). Para muitos geógrafos, entretanto, espaço é um conceito relativo, referindo-se a relações entre fenômenos distribuídos através de uma gama identificável de localidades diferentes. Tais fenômenos podem ser característicos do mundo natural, tais como montanhas e florestas, ou podem ser característicos do mundo humano, como as colonizações e

as fábricas. Usando essas discussões Philo e Wolch (1998) mostram que essa noção geométrica de espaço, divisora e separadora dos fenômenos, pode ser revista na nova interpretação da Geografia Animal com a ideia de Tim Cresswell (1996) de “fora-do-lugar” para excluir ou aproximar determinados animais. De um lado excluimos animais que acreditamos serem “*selvagens*” e, de outro, nos aproximamos de animais que consideramos “*civilizados*”. Curiosamente, os animais que mais transgridem essas fronteiras/barreiras são os considerados “*selvagens*”, afirmam Philo e Wolch (1998), no entanto, eles demonstram que em muitos casos esses animais “*domesticados*” nos levam a questionamentos de nossa própria “*domesticação*” e assim, nos fazem transgredir em favor deles.

Empregando tanto o espaço metaforicamente, quanto materialmente, os novos geógrafos animais buscam iluminar as relações humano-animais. Para tanto, afirmam Philo e Wolch (1998), usam de abordagens que vão da representação simbólica dos animais até a concepção da teoria ator-rede de Bruno Latour.

Philo e Wolch (1998) ressaltam:

Nós esperamos que os leitores da 'Society & Animals' possam concordar que a perspectiva geográfica pode fazer uma importante contribuição teórica, empírica e política para as pesquisas sobre a relação sociedade-animal. Com esse espírito (em vez de qualquer senso de imperialismo disciplinar) que a presente publicação foi montada (PHILO & WOLCH, 1998 p. 115).

Outro marco da terceira fase da Geografia Animal é o livro “*Animal Spaces, beastly places*” editado por Chris Philo e Chris Wilbert (2000). A partir dele outros geógrafos e pensadores das ciências humanas passaram a incluir os animais na perspectiva geográfica. A obra reforça a interação entre humanos e animais, como os outros estudos anteriormente. Nela se encontra a afirmação:

Humanos são e sempre estiveram entrelaçados em relações sociais com os animais, para depois constituir, sem dúvida, parte integrante da própria sociedade humana. Os humanos são ecologicamente dependentes dos animais, principalmente como fonte de alimento, roupas e muitos outros materiais que sustentam nossa existência 'humana' (PHILO & WILBERT, 2000 p. 3).

Tanto no passado como no presente, os humanos têm mudado radicalmente as condições dos animais de todas as maneiras, sejam como *pets*, animais selvagens ou rebanhos (BENTON, 1993). Para Philo e Wilbert (2000), as relações humano-animal têm sido preenchidas com poder, comumente de forma opressiva, dominatória dos humanos sobre os animais, e, apenas uma pequena parcela dos animais são capazes de se evadir dessa dominação ou se tornarem dominantes sobre os humanos.

Os animais para Philo e Wilbert (2000) têm sido considerados o “outro marginalizado” e impotente na relação de parceria humano-animal e como não pode ser negada a histórica e global significância dos animais nessa relação.

A '*nova geografia animal*' emergiu para explorar as dimensões de espaço e lugar que pode não ser o centro dessa relação, mas contribui aqui juntamente com as investigações mais estabelecidas da antropologia, sociologia e psicologia nas relações humano-animal (PHILO & WILBERT, 2000, p. 4).

Aproximando a Geografia com a questão animal, enfatiza-se as três fases englobadas pela biogeografia (1ª fase); geografia cultural (2ª fase) e “*nova geografia animal*” (3ª fase) (PHILO & WILBERT, 2000).

Na abordagem de Philo & Wilbert (2000) os animais são localizados pelo homem física e mentalmente.

Uma coisa que a '*nova geografia animal*' busca fazer é inferir como os animais tem sido socialmente definido, usando-os como comida, rotulados como *pet* ou *pestes*, como úteis ou não, classificados como senscientes, como peixes e insetos, ou como '*outros*' irracionais que não são, evidentemente, humanos. [...] Assim, esforçam-se por

diferenciá-los de diversas maneiras [...] quais animais são '*localizados*' pela sociedade humana em seus espaços materiais locais (colônias, campos, fazendas, fábricas, e assim por diante), assim como são acolhidos no imaginário, na literatura, na psicologia e nos espaços virtuais (PHILO & WILBERT, 2000, p. 5).

Expondo as preocupações dessa nova abordagem, os autores expressam a preocupação de conseguirem realmente estabelecer uma Geografia Animal, ao questionarem: "*poderíamos desenvolver uma geografia animal, em vez de uma antropocêntrica geografia 'humana em relação aos animais'?*" (PHILO & WILBERT, 2000, p. 5).

Esse é exatamente o objetivo, expor a possibilidade de se desenvolver uma Geografia cujo centro não seja exclusivamente humano. Nesse sentido Henry Buller (2001, 2003, 2013, 2014) propõe uma nova nomenclatura: "*geografia não-humana*".

Philo e Wilbert (2000 p. 6) examinam, as relações com os animais em que a sociedade humana busca ordená-los, classifica-los e identifica-los no sentido de fixá-los em "*espaços animais*".

Questionando as concepções mais tradicionais, Philo e Wilbert (2000) seguem os filósofos que refletem sobre as diferenças da capacidade de agencia entre humanos e animais.

[...]o que é um animal? ' a questão permanece aberta. A abordagem da geografia humana deve ser alertada sobre as diferentes formas em que essa questão pode ser apresentada em diferentes sociedades humanas, entrelaçadas com suas particularidades econômicas, políticas, sociais, culturais e psicológicas (PHILO & WILBERT, 2000 p. 8).

Expondo as relações dos primatologistas no Japão (HARAWAY, 1989), dos pescadores na Islândia (EINARSSON, 1993) ou das mulheres afro-americanas em Los Angeles (WOLCH, BROWNLOW, LASSITER,

2000), os autores trazem à tona uma complexa geografia para tal pergunta, situando a terceira fase da Geografia Animal no interesse por essas variações através das regiões, localidades e lugares do mundo (PHILO & WILBERT, 2000).

Levantam também a questão da colonização legitimada pelo discurso científico. Para Philo e Wilbert (2000), a ciência natural tem sido outrora considerada como legítima e primária forma de conhecimento em muitas sociedades. As ciências humanas e sociais têm sido articuladas com esforço filosófico sobre a agência dos animais, criando assim, um processo rígido e ortodoxo de como devemos distinguir entre humanos e animais dentro do reino animal, em si. Em comparação com essa ciência e filosofia, o conhecimento leigo e indígena (expresso na etnociência), desenvolvido por populações não-ocidentais ou pela classe baixa das sociedades ocidentais, tem sido ridicularizado tanto pelas sedes dominantes, quanto pelas instituições racionais que adotam sua lógica como modelo e guia. Assim, em anos recentes um crescente interesse por esse pensamento questiona e refuta essa prática imperialista e (pós) colonialista (PHILO & WILBERT, 2000). Nesse sentido, há uma permeabilidade na distinção entre humanos e animais, diferente do que afirmam a ciência e a filosofia ocidental. Nesta cosmologia, Ingold (1994a), assevera a coexistência entre humanos e animais pautada em uma relação de confiança, mais do que de inimizade. Kropotkin (2012) já havia percebido essa relação de ajuda mútua e, na opinião de Philo e Wilbert (2000), as populações que “*vivem com*” (em oposição a viver contra) os animais podem ter genuinamente muito a ensinar para as sociedades urbanas ocidentais.

Philo e Wilbert (2000) fazem uma longa discussão sobre o conhecimento científico em contraposição ao conhecimento leigo, afirmando ser necessário repensar esse último nas relações humano-animal. Essa oposição de

conhecimentos se faz necessária para opor ideias sobre o “*lugar*” dos animais na sociedade. Muitos discursos humanos – econômico, político, social e cultural – incluem um forte viés de tratamento dos animais como coisas ou objetos e de como devem ser classificados como tal. Desta forma, o imaginário geográfico, proposto por Said (2007), traz em si a ideia dos animais como o “*outro*” em oposição a “*nós*” (humanos), fixando-os em espaços e lugares diferentes dos que os humanos tendem a ocupar (física e mentalmente) (PHILO & WILBERT, 2000).

A ideia de exclusão do outro (SIBLEY, 1995), produz um reflexo nas relações humano-animais implicando que algumas espécies podem se aproximar, enquanto outras devem ficar mais distantes. Philo e Wilbert (2000) discutem as zonas de assentamento humano (cidades) previstas para acomodar pets ou animais de companhia (como cães e gatos), zonas de atividades agrícolas previstas para acomodar rebanhos animais (como bovinos e aves) e zonas desocupadas à margem das atividades humanas (natureza selvagem) previstas para acomodar animais selvagens (como leões, lobos, etc.). Essa organização estrutural do espaço perde sentido quando analisado sob a ótica da nova geografia cultural, ao buscar reestabelecer a agência dos animais e a interconexão nessa relação humano-não-humano (PHILO & WILBERT, 2000).

Philo e Wilbert (2000) trazem a questão da agência dos animais e a questão da transgressão. Para eles, os animais se tornam “fora-do-lugar” (para utilizar o termo de Cresswell [1996]), transgredindo a reconhecida noção humana acerca de onde deve estar cada uma das espécies. Significa dizer que os animais transgridam ao romperem fronteiras entre humanos e não-humanos. Em outras palavras, um rato de laboratório está no lugar certo, mas se um rato invade nossa casa, ele transgride essa fronteira que nos separa.

Com a agência e a transgressão os animais transformam os espaços animais em outros espaços fazendo deles lugares bestiais.

Os animais injetam o que poderia ser chamado de sua própria agência em cena ao transgredirem, ou talvez resistirem, à fixação dos humanos. Pode-se dizer que fazendo isso os animais começam a inventar seus “espaços”, opondo-se a lugares estipulados para eles pelos humanos, criando assim seus próprios 'lugares bestiais', refletindo suas próprias formas de expressar sua 'bestialidade” (PHILO & WILBERT, 2000 p. 13).

Há nesse ponto uma distinção entre resistir e transgredir. Os animais, na concepção dos autores, tendem mais a transgredir do que a resistir. A resistência, em geral, está ligada a uma intencionalidade consciente, aparentemente apenas propriedade da agência humana em que os humanos são reconhecidamente detentores de autoconsciência e intencionalidade (PHILO & WILBERT, 2000). Notavelmente com base nas sociedades “*primitivas*” e não ocidentais, que fornecem uma consideração menos dualista das diferenças entre humanos e animais, muitas pessoas começaram a desconstruir a aparentemente óbvia reivindicação sobre o privilegiado *status* do homem, em contraposição com o animal, como fonte de agência do mundo.

Philo e Wilbert (2000) apontam ainda que a ANT (Ator-Network Theory) é uma das abordagens pelos quais poderiam ser interpretadas as concepções dessa nova geografia animal.

Afirmam que a “*teoria ator-rede (TAR) prefere conceder tais capacidades (agência) como sendo distribuída mais amplamente, talvez até imprevisível, através de diferentes tipos de associações*” (PHILO & WILBERT, 2000, p. 15). O uso interconectado entre humanos e não-humanos permitiria a mistura entre seus elementos para compor a própria sociedade humana. Com a domesticação de plantas e animais, o número de não-humanos existindo ao lado de

peças proliferaram exponencialmente, sendo impossível reconhecer a sociedade “*humana*” pura. Indústria e ciência posteriormente aumentaram a proliferação da mistura com não-humanos, todos estratificados no topo de outras miscigenações.

Para Philo e Wilbert (2000), a agência, não é exclusividade de um organismo ou da espécie humana, mas (seguindo Latour [1994]) atribui aos não-humanos agência, em especial aos animais. Com base nessa agência, Philo e Wilbert (2000) admitem que os animais podem transgredir o espaço e tornarem-se grupos marginais.

[...] devemos admitir que alguns grupos '*marginais*' como sem-teto, andarilhos, infratores podem também buscar esses espaços marginais longe dos arredores do público normal. [...] Às vezes, a própria presença de certos animais que vivem suas vidas nesses espaços – pensemos em particular nos ratos nos esgotos – pode ajudar a tornar esses espaços marginais na mente de muitos humanos, um desses, a ser evitado pelas pessoas '*decentes*' (PHILO & WILBERT, 2000 p. 20).

A associação desses lugares (a exemplo dos esgotos) com animais e com aspectos “*animalizados*” do comportamento humano (urina, fezes e outras sujeiras), constitui um retrocesso simbólico nas sociedades urbanas nos países em desenvolvimento. Desta forma, a própria ideia de colonização como forma de “*saneamento*” de tais “*lugares*” é o que procuramos defender como hipótese.

Philo e Wilbert (2000) encerram afirmando ser necessário mais espaço para a discussão desse novo modo de coexistência geográfica entre humanos e animais. Promovendo a necessidade de as pesquisas se expandirem, os autores abrem o caminho para novas discussões e abordagens visando à inclusão dos animais de modo efetivo como agentes nas transformações sócio espaciais (PHILO & WILBERT, 2000).

2.2 CONSOLIDAÇÃO DA TERCEIRA FASE DA GEOGRAFIA ANIMAL NA ESFERA ANGLO-SAXÃ.

Em 2002, Jody Emel, Chris Wilbert e Jennifer Wolch publicam um artigo no periódico *Animals & Society*, que traz a temática da consolidação dos estudos animais nas diversas disciplinas tais como psicologia (MELSON, 2002); sociologia (ARLUKE, 2002); antropologia (MULLIN, 2002); ciências políticas (GARNER, 2002); história (RITVO, 2002); pós-colonialismo (ARMSTRONG, 2002); feminismo (BIRKE, 2002); geografia (EMEL, WILBERT & WOLCH, 2002), entre outros.

A importância do papel dos animais na construção social da cultura e da subjetividade humana, da natureza da subjetividade animal e da agência em si é tema das discussões que marca essa publicação. Além desse, são analisados os caminhos futuros da Geografia Animal pela sugestão de que ainda há muito a ser pesquisado, especialmente nas relações cotidianas e em outras partes do mundo.

Em 2003 Jennifer Wolch, Jody Emel e Chris Wilbert escrevem um capítulo para o livro "*Handbook of Cultural Geography*"⁴ com o título "*Reanimating Cultural Geography*"⁵. No capítulo, os autores buscam reforçar as bases da Geografia Animal.

A natureza é repleta de seres animados, sencientes e detentores de agência, assim como de instinto – chamados animais. Muitos animais são essenciais para a sobrevivência humana, eles são o alicerce de nossa ontologia e epistemologia, formam a base de incontáveis normas e práticas culturais (WOLCH, EME, WILBERT, 2003 p.184).

⁴Manual de Geografia Cultural (tradução do autor)

⁵Reanimando a Geografia Cultural (tradução do autor)

Mesmo assim, afirmam os autores, embora a explicação das relações entre a natureza e a sociedade humana tenha sido o objetivo central da pesquisa geográfica, os animais foram amplamente vistos como elementos bióticos de um sistema ecológico, disponível para o uso humano, ou como forma de capital simbólico (WOLCH, EMEL & WILBERT, 2003). No entanto, no início do séc. XXI, geógrafos estadunidenses e britânicos (principalmente) têm trazido a questão animal para a vanguarda do debate geográfico e de forma diferente do passado.

Os autores questionam: “*Porque animais, e porque agora?*” (WOLCH, EMEL & WILBERT, 2003, p. 184).

As razões são complexas, mas uma das situações é que os animais nunca foram pensados tão seriamente como nos dias atuais. Bilhões de animais são mortos anualmente em abatedouros, envenenados por tóxicos poluentes e resíduos e expulsos de seus habitats por desmatamentos, mineração, agricultura e urbanização. A terceira fase da Geografia Animal apresenta uma explicação mais ampla sobre o cenário com a introdução de um repensar a cultura, a natureza e a subjetividade (WOLCH, EMEL & WILBERT, 2003).

Certamente, o crescimento da preocupação com a degradação ambiental, perda de habitats e espécies ameaçadas de extinção, e a situação dos animais relegados à morte em abrigos, laboratórios, fazendas de engorda e abatedouros, servem como contexto, motivando a renovação do foco nos animais (WOLCH, EMEL & WILBERT, 2003, p. 187).

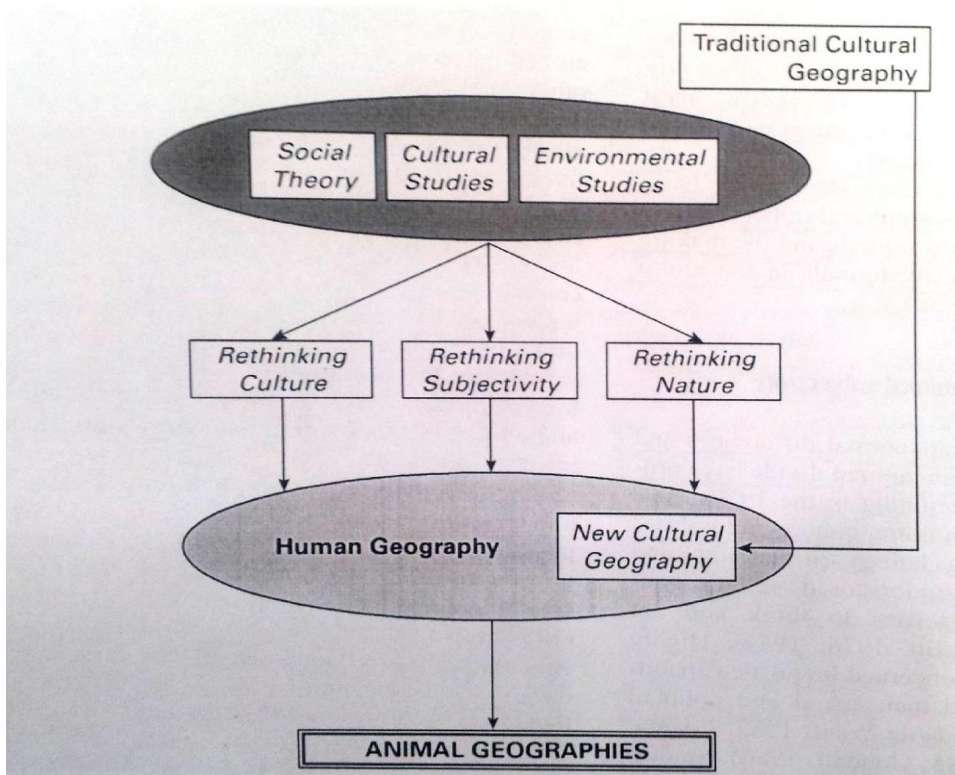
Durante os anos 1970 e 1980 centenas de novas organizações surgiram para liderar os movimentos sociais em defesa do ambiente e dos animais (*pets*, animais de produção, animais silvestres e animais de laboratório). Grupos mais radicais, como a PETA e a Animal Liberation Front (ALF), desafiaram as pessoas a repensar suas relações com os animais, expondo ligações explícitas, por

exemplo, entre racismo, sexismo (ou machismo) e especismo; escravidão e animais de cativeiro; o Holocausto e a produção industrial de animais de corte, pele e pesquisas laboratoriais. Nesse cenário, a emergência de novas pesquisas na teoria social e estudos culturais levaram a um profundo repensar da cultura e, especialmente, um repensar da subjetividade. Simultaneamente, as ciências naturais (principalmente a psicologia, a biologia de conservação e a etologia), assim como uma nova história ambiental, colidiram com a teoria social e os estudos culturais, emergindo também um repensar da natureza (WOLCH, EMEL & WILBERT, 2003).

A reconceituação de cultura, natureza e subjetividade, permitiram a emergência de argumentos relativos à *identidade humana e a subjetividade animal*. Em particular, o foco era o papel dos animais na construção social da cultura e na subjetividade individual dos humanos e a natureza da subjetividade e agência dos animais em si (WOLCH, EMEL & WILBERT, 2003 p. 188).

Wolch, Emel e Wilbert (2003) apresentam a representação do modelo (Figura 3) no qual se desenvolveram os recentes estudos da Animal Geographies.

Figura 03: Trajetória da “Animal Geography”



Fonte: Wolch, Emel e Wilbert (2003, p. 189)

A teoria social, os estudos culturais e os estudos ambientais teriam promovido o repensar a cultura, a subjetividade e a natureza. Tal repensar deu-se sob os auspícios da Geografia Humana que abarcou, de um lado, a Nova Geografia Cultural, advinda da Geografia Cultural, antes separada apartada dos estudos dos animais e, de outro lado, encampou e estabeleceu os referenciais para a terceira fase da Animal Geography.

Wolch, Emel e Wilbert (2003) identificaram três temáticas centrais nos estudos da nova Geografia Animal: (1) Identidade humana e subjetividade animal; (2) os animais e a construção do espaço; (3) e o papel dos animais na paisagem moral.

Questões acerca das diferenças e da divisão humano-animal tem se proliferado em anos recentes. Começando nos anos de 1970, novas perspectivas sobre o pensamento dos animais, cultura e política advindos da

psicologia comparativa, da primatologia e do estudo etológico da cognição, ressaltaram a consciência dos animais e sua capacidade de pensar e agir (GOODALL, 1986; GRIFFIN, 1984); a questão da linguagem entre os primatas e seus comportamentos social e político na natureza (DE WAAL, 1982; FOSSEY, 2000; GALDIKAS, 1995; GOODALL 1986), estudos de outras espécies revelaram sistemas complexos de comunicação e organização social (CHENEY & SEYFARTH, 1990; MORTON & PAGE, 1992), engenharia genética, clonagem e xenotransplantes entram, de modo crescente, nas questões sobre as fronteiras entre máquinas, humanos e animais, o chamado *ciborgue* (HARAWAY, 1990; SHEEHAN & SOSNA, 1991), são apenas alguns exemplos da miríade de estudos que reforçam a ideia da subjetividade animal (WOLCH, EMEL, WILBERT, 2003).

O pós-estruturalismo e o feminismo negam o homem sujeito deslocando os animais para fora da marginalidade cultural, desestabilizando o arraigado estereótipo que trabalha para manter a ilusão da identidade humana como central e superior (WOLCH, EMEL, WILBERT, 2003). As abordagens de Wolch (1998), Anderson (1997) e Elder et al (1998) expressam essa perspectiva na Geografia Animal.

As duas abordagens de Philo (1995) e Howell (2000) são significativas no sentido de uma construção de identidade humana com base na relação com os animais, opostas entre si (no caso de Philo [1995]) e similares (no caso de Howell [2000]). No entanto, afirmam Wolch, Emel e Wilbert (2003) essas abordagens ainda trazem em si uma construção da Natureza como quase-objetos. Abrindo a possibilidade de outra perspectiva a ideia da subjetividade animal entra no que se chamou "*guerra científica*", buscando descentralizar a ideia antropocêntrica da agência (WOLCH, EMEL, WILBERT, 2003).

Assim a perspectiva da Actor-Network Theory (ANT), que derivada do pós-estruturalismo, proporciona nova análise para o estudo da sociedade, natureza e tecnologia juntos. Os proponentes da ANT *a priori* não fazem distinção entre humanos e não-humanos. Pessoas, máquinas e animais são sujeitos de mudança e negociação (WOLCH, EMEL, WILBERT, 2003).

Desde que humanos não podem ser desvinculados dos não-humanos, estes – incluindo os animais – são parte integrante da sociedade. O tratamento analítico da subjetividade animal pelos geógrafos animais tem, assim, fluído tanto das informações científicas sobre seu comportamento e cognição, quanto da consideração deles como grupos sociais construídos como minorias ou “outsiders” (WOLCH, EMEL, WILBERT, 2003 p. 192).

Nesse mesmo sentido, Whatmore e Thorne (1998) argumentam sobre a agência dos animais, seguindo a sugestão de Ingold (1992) de que os animais são entendidos como pessoas estranhas para serem tratados analiticamente da mesma forma que grupos humanos.

A questão específica sobre a agência dos animais tem provocado preocupação entre aqueles cuja a concepção de agência requer intencionalidade consciente, o que pode resultar em resistência, ou transgressão, material ou social dos limites sociais construídos. Muitos argumentam que essa forma de agência é propriedade exclusiva dos humanos e assim criando a dicotomia humano-animal. (WOLCH, EMEL, WILBERT, 2003).

Wilbert (2000) procura desestabilizar a concepção antropocêntrica de agência, apontando o antropomórfico discurso ecológico de resistência humana e animal à “civilização”. Em vez de simplesmente rejeitar essas ideias, Wilbert (2000) usa-as para questionar se a intencionalidade consciente é necessária para reconhecer a agência de não-humanos, esboçando a agência não-

humana como um efeito relacional, similar ao que a ANT argumenta para os animais, gerando assim “*resistência*” (WOLCH, EMEL, WILBERT, 2003).

No entanto, Wolch, Emel e Wilbert (2003) consideram que a questão permanece insolúvel, necessitando mais pesquisas e debates. Afirmam, porém, que os avanços nesse sentido devem refletir-se na academia e perspectiva geográfica, sendo urgente uma revisão dos animais na Geografia.

No que toca à questão dos animais e o lugar, partindo na “*nova geografia cultural*”, enfatizam as qualidades simbólicas da paisagem. A chave-central era como a natureza e paisagem era construída e produzida culturalmente, como se poderiam ler como texto, e como as paisagens reproduziam e transformavam a sociedade (BARNES & DUNCAN, 1992; COSGROVE, 1983; COSGROVE & DANIELS, 1988; PRICE & LEWIS, 1993). Simultaneamente fomentavam leitura alternativa da paisagem como marginalizada e ou explorada em virtude de seu gênero, raça, classe e orientação sexual (ANDERSON, 1995; DAVIES, 2000).

Porém, para Wolch, Emel e Wilbert (2003) a desnaturalização da natureza e o tratamento geográfico dos lugares como culturalmente produzido, negaram a agência da natureza, em especial dos animais. Como Demeritt argumenta “*a metáfora da paisagem como texto [...] suprime qualquer traço de outros atores não-humanos na produção da paisagem*” (DEMERITT, 1994 p. 163 apud WOLCH, EMEL, WILBERT, 2003 p. 194).

O debate entre a terceira fase da Geografia Animal e a história ambiental, estimulou a reconsideração do papel dos animais na fabricação do lugar, região e paisagem. Para Wolch, Emel e Wilbert (2003) os animais domesticados são poderosos símbolos de lugar e modo de vida. Raças locais específicas estão intimamente conectadas com a história e a cultura de lugares e regiões.

Na Grã-Bretanha, por exemplo, ovelhas Costwold, porcos Glouster Old Spot, e ovelhas Leicester Longwool originaram-se em locais específicos e estavam adaptados a características específicas dos locais (clima, forragem, etc.) (WOLCH, EMEL, WILBERT, 2003 p. 194-195).

A produção pecuária global levou a um generalizado declínio rural, resultando no desaparecimento de muitas raças locais tradicionais (WOLCH, EMEL, WILBERT, 2003). Ao discutirem esse ponto, procuram mostrar que as relações econômicas afetam, não só o espaço e os lugares, mas de forma generalizada, os animais. Para eles, o lugar pode ser caracterizado pela presença/ausência de animais e interações humano-animais podem criar paisagens características.

Com relação à questão ética Wolch, Emel e Wilbert (2003) afirma que esta ainda não está totalmente incorporada na Geografia Animal, demandando mais debate e uma aproximação com a filosofia.

Sobre o futuro da Geografia Animal, Wolch, Emel e Wilbert (2003) afirmam que a disciplina tem fornecido significativo guia para explicações da história e construção cultural das relações humanos-não-humanos, assim como a questão de gênero e raça e seu enraizamento econômico.

Mais importante, talvez, os geógrafos precisam comunicar suas descobertas para um amplo público, de forma que a política dos geógrafos animais possa ser esclarecida. Se, de fato, a natureza e a vida dos animais são socialmente sancionadas e produzidas, decisões em relação ao futuro devem ser mais iluminadas quanto possível (WOLCH, EMEL, WILBERT, 2003 p. 2000).

Por fim, reconhecer a agência dos animais e sua subjetividade significa que decisões morais devem ser tomadas.

Em 2013, Henry Buller, iniciou uma série de três artigos reportando a evolução e discussão da Geografia Animal. Nesta série de artigos

publicados no periódico *Progress in Human Geography*, destacamos o primeiro, intitulado *Animal geographies* que aborda a história da Geografia Animal.

Para Buller (2013), nesses 15 anos da nova geografia animal, a sua tarefa crítica estava em explorar o complexo nexos das relações espaciais entre pessoas e animais. Abordando outras perspectivas, que não somente anglo-saxão, Buller (2013) aponta os trabalhos de geógrafos franceses que também se engajaram na Geografia Animal. A exemplo temos Xavier de Planhol (2004) que defende uma Geografia que represente mais plenamente os animais, tanto materialmente quanto imaterialmente, na vida, memória e cultura da humanidade.

Buller (2013) aponta também a importância da institucionalização da nova geografia animal, com a criação, por exemplo, do grupo especial (Animal Study Group) na Association of American Geographers (AAG) e com diversas sessões especiais na Royal Geography Society e no Institute of British Geographers.

Em seu estado da arte, Buller (2013), aponta o surgimento de diversos periódicos, livros e “*handbooks*” como importante para o estabelecimento do campo. Ainda aponta diversos trabalhos em outras áreas como complementares, como são os trabalhos de estudos literários (McHUGH, 2011), teoria cultural (CASTRICANO, 2008), antropologia (KNIGHT, 2000; MARVIN, 2012), biopolítica (SHUKIN, 2009), política (COCHRANE, 2010), sociologia (PEGGS, 2012), história (FUDGE, 2002; LANDES et al., 2012), filosofia (CALARCO, 2008; WOLFE, 2003), entre outros.

Há ainda, segundo Buller (2013), um engajamento transdisciplinar visto em grupos como o British Animal Studies Network (BASN), The British Sociological Association/Royal Geographical Society Animal Human Studies

Group, The Australian Animal Studies Group ou o Groupe de Travail “*Études Animales*” da Association Française des Sociologues de Langue Française. Além de inúmeras chamadas de artigos sobre a questão animal que se multiplicam e da cada vez maior cobertura midiática relativas a essas questões.

Na busca por um esclarecimento do porquê dessa ascensão da questão animal, Buller (2013) aponta que

[...] a heterogeneidade das ideias, práticas, métodos e associações dentro da mais-que-humana vida/mundo, [...] faz com que o animal tenha importância individualmente e coletivamente, materialmente e semioticamente, metaforicamente e politicamente, racionalmente e afetivamente, muito além do puro domínio humano (BULLER, 2013 p. 3).

Assim a espacialização desta relação não está predefinida pelas normativas humanas de ordenação do “*outro*”, tornando-a mais complexa e variada do que se tem imaginado (BULLER, 2013).

Buller (2013) apresenta a “*metáfora*” do animal. Essa metáfora recorrente tanto nas ciências naturais, quanto nas ciências humanas, cria/gera o dualismo fundamental para a formação da humanidade, segundo Fudge (2002). Ou seja, enquanto a ciências naturais (em especial a etologia e evolução) afirmam nossa continuidade animal, as ciências humanas (em diversos aspectos) buscam uma descontinuidade para afirmar a humanidade e distinguir os humanos dos “*outros*” animais (BULLER, 2013).

A ideia de que a humanidade, como tal, surge da negação e descontinuidade da animalidade, pode ser evidenciado no projeto sanitarista brasileiro, a exemplo da Inglaterra vitoriana (PHILO, 1998), ao associar os animais (e outros grupos marginais) ao sujo, degradado, fora-do-lugar.

A questão da identidade e da construção social dos animais e a influências dos animais nessa construção é outro ponto abordado por Buller (2013). Ainda dentro da ideia de metáfora, o autor expõe diversos trabalhos que reafirmam e questionam o dualismo humano-animal.

Em especial, a noção do animal como “*fora-do-lugar*” ou impróprio, através de sua transgressão (PHILO & WILBERT, 2000) são fundamentais para conceituar a nova geografia animal, afirma Buller (2013). No entanto, muitos animais “*selvagens*” vivem nas cidades levando-nos a afirmar que, agora, devemos redefinir “*cidades*”, redefinir “*selvagem*” ou aceitar os animais como cidadãos.

Nesse sentido, Buller (2013) traz à discussão a perspectiva em que nossas práticas são inseparáveis aos animais (LYNN & SHEPPARD, 2004), rerepresentando a ideia de zoopolis de Wolch (1998). Ainda sobre essa questão, especialmente sobre a ideia de cidadania animal, o trabalho de Donaldson e Kymlica (2011) abordam aspectos interessantes que ainda não foram discutidos na Geografia. Apesar de diversos trabalhos terem apresentado a presença dos animais na cidade como inseparáveis de nossas práticas cotidianas (HOVORKA, 2008; BRAUN, 2005; BROWNLOW, 2002), a ideia de uma incorporação de cidadania pelos animais ainda permanece sem discussão na Geografia.

De fato, apesar do crescente número de pesquisas na área e do engajamento de geógrafos na questão animal, essa relação humano-animal na contemporaneidade e sua nova interpretação é pouco representativa na pesquisa geográfica atual. Buller (2013) explicita três dificuldades:

Primeiro, reconhecer e demonstrar os impactos da intencionalidade e agência dos animais tanto em coabitação em nosso mundo quanto em resisti-lo; segundo, desestabilizar a, até agora, aceita abordagem do dualismo humano/animal, reconfigurando ontologicamente as

práticas culturais, formações sócio espaciais e descentralizar (do exclusivismo humano) subjetividades; por fim, criar políticas mais radicais que possam acomodar toda essa complexa e inerente variação (BULLER, 2013 p. 5).

A Geografia e as demais disciplinas envolvidas nos Estudos Humano-Animais (EHA) ou HAS⁶, devem superar as limitações de conceituação e dispor de novos conceitos para encarar o desafio de incorporar todos os animais na construção da sociedade. Para tal as bases teóricas para esse desafio incluem o feminismo (ADAMS, 2010); sociologia (DESPRET, 2006; LAW & LIEN, 2013); pós-colonialismo (ARMSTRONG, 2002; DEJOHN ANDERSON, 2004; NYMAN, 2003); “*dwelling*”⁷ (INGOLD, 1994; JOHNSON, 2008; LORIMER, 2006); “*affordance*”⁸ (WARKENTIN, 2009); ética (LYNN, 1998); ator-rede (JONES, 2003; WHATMORE, 2002); teoria não-representacional (LORIMER, 2007; ROE, 2010) e pensamento pós-humanista em geral (CASTRICANO, 2008; WOLFE, 2009).

Buller (2013) abre caminho para iniciar a discussão sobre metodologia, que ele irá abordar num segundo artigo. No entanto, Buller (2013), já aponta que a íntima relação entre os animais e os humanos e seus encontros, são de fundamental importância para a re-conceituação dessa relação.

⁶ Elizabeth Barrett Browning foi uma poetisa inglesa da época vitoriana. Autora de Sonetos da Portuguesa, reunião de poemas românticos — sua própria história de amor com o marido, o também poeta Robert Browning.

⁷habitante

⁸*Affordance* termo oriundo do inglês, sem tradução atualmente no português brasileiro, mas que, neste contexto, poderia ser facilmente traduzido por "reconhecimento", é a qualidade de um objeto que permite ao indivíduo identificar sua funcionalidade sem a necessidade de prévia explicação, o que ocorre intuitivamente (por exemplo, uma maçaneta) ou baseado em experiências anteriores (por exemplo, os ícones de um programa de computador, os quais geralmente são escolhidos dentro do universo do nosso cotidiano, de acordo com a função a que se destinam originalmente). Quanto maior for a *affordance* de um objeto, melhor será a identificação de seu uso. O termo é utilizado em vários campos, como em psicologia de percepção, psicologia cognitiva, psicologia de ambiente, design industrial, interação homem-computador (I.H.C.), design de interação e inteligência artificial. (BROCH, 2010)

BROCH, José Carlos. O conceito de *affordance* como estratégia generativa no design de produtos orientado para a versatilidade. 2010.

Apontando novas metodologias ele as chama de “*trans-espécies*” que combinam etologia cognitiva, antropologia social e etnometodologia, que devem ser abordadas na nova (e pós-humana) geografia animal.

Buller (2013) também menciona que não há certezas sobre os animais, assim como não há limites claros entre humanos e animais. Portanto, o distanciamento, o dualismo, a descontinuidade permanece inconsistente, necessitando que os geógrafos aprofundem essas complexas relações. Quando se usa os humanos como ponto de referência, acaba-se por falar apenas em humanos, desta forma, ceifamos a cosmopolítica antes mesmo de começarmos (BULLER, 2013).

As bases teórico-filosóficas nesses últimos 20 anos da terceira fase da Geografia Animal, apresenta uma evolução e uma crescente importância desse campo para os estudos sobre nossa relação com os outros animais não-humanos. Assim, para prosseguirmos, passaremos a apresentar alguns estudos balizados por essa nova interpretação da Geografia Animal.

2.3. A REVISÃO DA TERCEIRA FASE DA GEOGRAFIA ANIMAL

Uma revisão da Geografia Animal é o estudo publicado por Chris Wilbert, em 2009, intitulado *Animal Geographies*.

No artigo Wilbert mostra que passados mais de 10 anos dos primeiros artigos da nova geografia animal, existem três temáticas centrais sobre a questão refletindo suas tendências políticas e teóricas.

O primeiro eixo temático, afirma Wilbert (2009), foca na construção da identidade e significado.

Esse é o caminho em que certas identidades humanas têm sido construídas em relação a certos animais em termos de práticas como a alimentação, trabalho ou caça que realça categorias sociais como classe, raça, gênero e religião como importante construção de identidade em relação a determinados animais (WILBERT, 2009 p. 122).

A segunda temática foca na relação humano-animal e sua interação em termos político-econômicos ou político-ecológicos da produção animal na agricultura, ou a contenda sobre os recursos em países em desenvolvimento e em países desenvolvidos.

Por fim o terceiro eixo temático, Wilbert afirma ser encorajado pela teoria social que reconhece uma vasta gama de atores além dos humanos (WILBERT. 2009).

Tal abordagem tem apontado uma complexidade geográfica nas interações entre pessoas e animais de forma a questionar e repensar a centralidade humana na geografia humana. Tal perspectiva aliada com certos aspectos do pós-humanismo, mas também com a teoria não-representacional e, especialmente com a Teoria Ator-Rede (TAR), busca desenvolver a espacialidade, a política e a ética das associações humano-não-humana (WILBERT, 2009 p. 122).

Wilbert (2009) faz brevemente um resgate da história da Geografia Animal, perpassando novamente pelas três fases da Animal Geography. Afirma que a utilização da biogeografia era usada como ferramenta para colonização, assim como alguns aspectos da geografia cultural também, tanto na sua primeira, quanto na sua segunda fase.

A emergência da terceira fase da Geografia Animal traz consigo uma descentralização da subjetividade humana (portanto, salientando possibilidades de outras agências além da humana), com a aproximação das teorias pós-estruturalistas, assim como o ambientalismo e o eco feminismo no desenvolvimento da ética e da política (WILBERT, 2009).

Ao discorrer sobre a identidade sociocultural e os animais, Wilbert (2009) afirma que essa abordagem trás o papel dos animais na construção e ordenação da cultura e subjetividade humana, e numa ampla ligação entre a identidade humano-animal em lugares e tempos determinados. Um dos exemplos dessa abordagem é a pesquisa de Philip Howell (2000, 2002, 2013) sobre a formação da Inglaterra vitoriana e sua relação com os animais.

Outros, como Chris Philo (2000), tem encarado os animais como um tipo de grupo marginalizado com ênfase na relação de poder desigual entra animais e pessoas, e também entre diferentes grupos de pessoas.

Essas duas abordagens, de Howell (2000, 2003, 2013) e Philo (2000), são fundamentais na construção da nossa hipótese de que o processo de saneamento brasileiro deriva dessas duas relações: construção de identidade e exclusão de grupos marginalizados.

Tais pesquisas também sugerem que um *continuum* de inclusão e exclusão de certos animais em ou fora de certos espaços, a exemplo dos

pets atualmente incluídos como membros de certas cidades, lares e famílias, e outros animais, tais como grandes carnívoros como excluídos para a periferia dos espaços humanos vividos, com muitos outros permeando esse distanciamento. No entanto, Wilbert (2009) faz uma crítica a essa abordagem da construção sociocultural das identidades, alegando que tal pode se tornar apenas uma explicação social de determinadas situações. Há ainda um residual de humanismo neste aspecto enfatizando categorias sociais.

Ao analisar a abordagem político-econômica, Wilbert (2009), afirma que tais estudos têm seu foco no desenvolvimento de certas práticas de produção alimentar como emblemáticas da estrutura atual do capitalismo. Nesse sentido destacam-se as pesquisas de Henry Buller (2003, 2013, 2014) que focam na produção e transporte de animais de produção e seu impacto sócio-espacial. Há também uma correlação com a obra do filósofo Bernard Rollin (1992, 2010, 2011) que busca compreender as relações entre a produção pecuária e as bases ético-políticas, nos Estados Unidos.

Wilbert (2009) afirma que outro aspecto da abordagem político-econômica está ligado à questão de poder, em uma das formas principais em que os animais estão envolvidos com os humanos – a produção alimentar - e, essa abordagem, analisa a produção de carne em termos de transporte, alimentação e intervenções farmacológicas, técnicas e biotecnologias envolvidas no processo de abate. Similarmente, a política-ecológica, também é tratada sendo o foco trazido para a transformação histórica e geográfica da natureza pelo capitalismo. A ênfase destas pesquisas está no papel ativo (como sujeito e agente) da Natureza (em especial dos animais) no processo de transformação da paisagem ao longo do tempo.

Por fim, Wilbert (2009), discute a abordagem da Geografia Mais-Que-Humana ou Geografia Animal Híbrida. Seu foco está na espacialidade humana – relações de encontro com os não-humanos e co-produção do espaço. Isso inclui o entrelaçamento de aspectos político-econômicos enquanto aspecto mais amplo de uma rede em que os animais são envolvidos e ordenados.

Afirma Wilbert (2009, p. 125): “ [...] *desenvolvendo a geografia híbrida ou mais-que-humana, seu foco está no espaço vivido e o envolvimento corporal em associação com a vida.* ”

Recusando-se a ver os animais (e os humanos) como centralmente seres pré-existentes, assim, recusando *a priori* distinções de separação como natureza/cultura ou humano/animal, essa abordagem busca uma não-antropocêntrica Geografia Animal que enfatiza como o espaço é povoado e co-construído por grupos não-humanos, incluindo animais, em que participam outras entidades a partir de uma configuração particular em quem estão envolvidos (WILBERT, 2009). Pode-se pensar em termos de indivíduos e espécies. No caso das identidades socioculturais e da geografia político-econômica dos animais, são as espécies (mesmo que indivíduos sejam importantes) que mais atuam, ao passo que na geografia mais-que-humana o foco projeta-se nos indivíduos (mesmo que a espécie seja importante).

Wilbert (2009) aponta que ainda há muito que se pensar e discutir sobre a Geografia Animal, afirmando que a mesma é parte de um contínuo deslocamento da centralidade humana.

Mesmo que a geografia animal tenha ido a tanto 'lugares' e tenha feito tanto para o desenvolvimento de novas políticas e ética geográfica, ainda poucos estudos têm sido feitos a respeito de animais menos visíveis, como insetos, que envolvem a vida humana em uma profusão de caminhos importantes (WILBERT, 2009 p. 126).

Podemos sintetizar o pensamento de Wilbert (2009) em um quadro conceitual, apresentando as abordagens e o foco principal de discussão dos estudos.

Quadro 2: Eixos da terceira fase da Geografia Animal

ABORDAGEM	FOCO PRINCIPAL
IDENTIDADE HUMANA	CONSTRUÇÃO SOCIAL
POLÍTICO-ECONÔMICA	RELAÇÕES DE PODER
GEOGRAFIA MAIS-QUE-HUMANA; HIBRIDISMO	DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE HUMANA

Fonte: Autor (2016)

A obra “*Companion to Cultural Geography*”, editada por Nuala C. Johnson, Richard H. Schein e Jamie Winders, em 2013, traz no capítulo 29 uma nova discussão acerca da Geografia Animal. De autoria de Jamie Lorimer e Krithika Srinivasan (2013), o capítulo intitulado “*Animal Geographies*”, faz uma nova revisão sobre os 15 anos das primeiras publicações desta “nova geografia animal”.

Há, para Lorimer e Srinivasan (2013), um crescente interesse em animar a disciplina geográfica para apreciar as dimensões afetivas e corporificadas do cotidiano. Conhecimentos e práticas que eram antes associadas com animais não-humanos estão agora no centro do estabelecido campo da “geografia não-representativa” (LORIMER & SRINIVASAN, 2013).

Por conseguinte, o campo da geografia animal renovada, apresenta duas formas de abordagens básicas: os espaços animais e os lugares bestiais (LORIMER & SRINIVASAN, 2013).

A primeira categoria descreve pesquisas geográficas que examinam como as pessoas se relacionam com os animais e como essa relação nos diz sobre as características dos diferentes grupos humanos e seus processos. O foco aqui é nas pessoas ao invés dos animais. A segunda categoria descreve trabalhos interessados mais nos corpos, ecologias, e experiências vividas dos animais em si, focando especialmente na prática, ética e implicações políticas de suas interações com os humanos (LORIMER & SRINIVASAN, 2013, p. 333).

Para Lorimer e Srinivasam (2013), os geógrafos seguiram o conselho de Claude Lévi-Strauss (1966) de que os animais são “*bons para pensar com*”, para explorar as várias formas em que os animais são espaçados e ordenados pelas pessoas. Os trabalhos nesse sentido (espaços animais) continuam a explorar a estrutura, discursos e práticas que estabelecem associações entre o desempoderamento de grupos sociais específicos e outros animais a fim de constituir e sustentar a simultânea marginalização de ambos. Aqui o tratamento dos animais tem sido amplamente conectado com práticas de exploração, mercantilização, patriarcalismo, alienação e racismo.

A pesquisa de Kay Anderson (2006), sobre os aspectos do colonialismo australiano, vale para apresentar semelhante ideia. Anderson (2006) afirma que a ciência colonial localizava os aborígenes próximos dos animais e assim os ranqueavam abaixo dos europeus em uma escala civilizatória. Essa ferramenta, ainda hoje utilizada em outras localidades, conduz a políticas e práticas que levam a exclusão de grupos humanos e não-humanos e, além disso, conduz à dominação, inclusive intelectual.

Outro aspecto destacado por Lorimer e Srinivasam (2013) é a vertente que traz os espaços animais associados com a vertente neomarxista e com a política ecológica pós-colonial. Nesse campo, os pesquisadores têm explorado como o tratamento dos animais sob as formas contemporâneas do capitalismo e/ou

do neocolonialismo demonstram sua injustiça social e os danos ecológicos caracterizados pelo modelo político-econômico neoliberal e a emergência de formas de ambientalismo do livre mercado.

Uma terceira abordagem dos espaços animais traz a ideia foucaltiana da governamentalidade, examinando como a ordenação dos animais nas sociedades nos diz as formas modernas de biopoder e biopolítica. Essa abordagem examina conhecimentos e práticas que procura governar a vida de humanos e não-humanos ao nível da população.

Por fim, o campo dos espaços animais estabelece a vertente de trabalho que continua explorando a política cultural de representação animal, examinando que as tensões entre diferentes reivindicações de autoridade nos mostram sobre o lugar das ciências e outras formas de *expertise* na contemporaneidade e contexto histórico-social.

Lorimer e Srinivasam (2013) discutem o campo de estudo dos “*lugares bestiais*” como uma segunda possibilidade dentro da Geografia Animal, no entanto, como em outros autores, tais campos não são excludentes entre si. Em particular esse campo está interessado na questão da agência e nas experiências vividas dos animais, especialmente nos animais mais próximos das interações com as pessoas. Essas pesquisas buscam entender como os animais afetam a vida dos humanos e, por sua vez, como os humanos impactam na vida dos animais.

Uma pequena parte dessas pesquisas está alinhada com o desenvolvimento mais amplo dos “*Estudos Animais Críticos*” (TWINE, 2010) e ética animal (PALMER, 2010). Aqui certas capacidades trans-espécies (como a capacidade de sofrer) são utilizadas como critério universal ético-político e prático. Estes princípios são sistematicamente aplicados em todos os contextos de natureza

similar. Tais trabalhos frequentemente argumentam a necessidade de uma reconceituação, teórica e prática, de como os animais são atualmente tratados pelos humanos.

Lorimer e Srinivasam (2013) atentam que tais trabalhos têm amplamente adotado uma abordagem relacional sob a rubrica de “*geografia mais-que-humana*”. A ênfase está no mapeamento e teorização de específicas formas de diferenciação situados no relacionamento humano-animal. Em geral essa abordagem busca desenvolver um entendimento das relações humano-animal como um modo de relação em que o principal agente e formas de *expertise* são “*mais-que-humanos*” (LORIMER & SRINIVASAN, 2013).

Conceitualmente, a recente fase da Geografia Animal encerra estudos relacionais que se debruçam e se desenvolvem sob as perspectivas pós-estruturalista, fenomenológica e o vitalismo de Bergson. A extensão da Actor-Network Theory (ANT) para o reconhecimento da agência dos animais em práticas cotidianas é outro aspecto importante dessa abordagem para Lorimer e Srinivasam (2013).

A questão da exclusão dos animais também permeia esse campo, trazendo novas aplicações à proposta de zoopolis de Wolch (2002). Outro item importante apontado por Lorimer e Srinivasam (2013) é o desafio da dualidade espacial que pode ser encontrada nos discursos e práticas de exclusão entre animais “*selvagens*” e “*civilizados*”, “*nativos*” e “*invasores*”. Eles apontam alguns trabalhos neste campo: Elizabeth Lowry e Mara Miele (2011) com a produção de frango; Rebecca Fox (2006) com *pets*; Buller e Morris (2003) sobre a questão de bem-estar animal; Kathryn Yousoff (2012) sobre a questão da biodiversidade, entre outros.

A questão metodológica é também uma preocupação de Lorimer e Srinisavam (2013). Nesse sentido, afirmam a utilização de metodologias como etnografia, métodos etnológicos de observação participativa que devem ser desenvolvidos para pesquisas em que o foco é a questão da subjetividade animal. Apresentando os trabalhos de Eric Laurier et al (2006) e Hayden Lorimer (2006), os autores, abordam a necessidade de avanços metodológicos no sentido de se consolidarem as pesquisas neste campo da Geografia Animal.

Por fim, Lorimer e Srinisavam (2013), expõem que a complexidade das relações humano-animal, necessita de mais pesquisas na seara da Geografia.

A exclusão dos animais como categoria [...] revela a persistente história humanista da disciplina. O advento do rótulo 'mais-que-humano' vai em direção, justamente, da reconsideração da dicotomia característica da ciência geográfica. Olhando para frente, podemos ver um grande potencial e um crescimento entusiasmante para uma transdisciplina além das dicotomias (LORIMER & SRINIVASAN, 2013 p. 339).

Vimos, portanto, que a trajetória da Geografia Animal em sua terceira fase, foi marcada por diversos trabalhos que se complementam e discutem a reinterpretação dos animais na construção social, mais especificamente na construção do espaço. Essa relação entre humanos e animais, como demonstrada, já existe há muito tempo, porém sua importância é relevada em segundo plano.

A terceira fase da Geografia Animal segue as novas teorias sociais, apontando para a participação efetiva dos animais como agentes da construção social e como participantes das relações de poder, questões que achamos centrais para a interpretação das premissas da Geografia Animal.

Há muitos trabalhos neste campo, mas ainda desconhecidos dos geógrafos brasileiros. O acesso a eles e a abertura para a discussão desta

perspectiva é fundamental para a efetiva entrada e consolidação deste campo no Brasil.

Com base nesse pensamento, passaremos a discutir algumas obras e conceitos da terceira fase da Geografia Animal para posteriormente apresentar alguns estudos no Brasil e finalmente apontar o cerne da ideia das relações humano-animal.

3 AUTORES E IDÉIAS DA GEOGRAFIA ANIMAL: UMA APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA NA PERSPECTIVA ANGLO-SAXÃ

As relações humano-animal são complexas e suas ramificações e influência na geografia animal anglo-saxã é profunda e suas origens e abordagens nos permitem ver novos horizontes dessa relação.

Partindo de uma revisão de conceitos e estudos que apresentam um novo olhar sobre os animais e seu papel na construção social do espaço, este capítulo, aborda as perspectivas de Chris Philo que aborda as transformações da cidade vitoriana e sua intrínseca relação com a questão animal, relacionando-a com a degradação do sujeito humano e distinguindo as classes dominantes da “animalidade” das classes mais baixas.

Outro olhar deste capítulo é a proposta de Jennifer Wolch da construção de uma zoopolis, uma (re)visão da aproximação e introdução dos animais não-humanos na construção, planejamento e gestão das áreas urbanas, levando-se em consideração todos os atores.

Essa perspectiva, assim como a Philo, começa a trazer à tona a questão da atuação dos animais na construção social do espaço, não apenas como objetos vivos, mas como atores ou como agentes. Assim, outro autor que apresenta essa perspectiva é Philip Howell com sua revisão histórica da construção social da identidade britânica vitoriana e sua associação a raças de animais de companhia (pet).

Apresentando outra visão sobre essa associação, mas também trabalhando as relações de poder, temos o trabalho de Srinivasan e o comparativo das biopolíticas de animais abandonados na Índia e na Inglaterra na contemporaneidade.

Seguindo na mesma direção, Philip Armstrong, apresenta a perspectiva pós-colonialista e das relações de poder entre a metrópole e a colônia associada e reproduzida socialmente nas relações de poder entre humanos e animais.

Por fim, abordou-se a ideia de Hobson, apresentando os animais com seres políticos e com agência, consolidando e permitindo a discussão desses dois eixos: as relações de poder entre humanos e animais e a agência dos animais na construção social do espaço.

3.1 CHRIS PHILO: A exclusão na construção da cidade e da sociedade vitória

No artigo intitulado “*Animals, geography, and the city: notes on inclusion and exclusion*”, Philo (1995), apresenta sua teoria de exclusão dos animais como fato relevante para a geografia e para o re-pensar das relações humano-animais.

Philo (1995) afirma:

“Precisamente como diferentes comunidades humanas pensam, sentem e falam (ou 'discursam') sobre os animais nas suas proximidades vai, obviamente, moldar suas práticas sócio espaciais com relação a esses seres nas práticas cotidianas, com importante consequências para estender às diferentes espécies animais presentes que serão incluídas ou excluídas dos lugares comuns da atividade humana.” (PHILO, 1995 p. 656)

Portanto, Philo (1995) busca compreender essa relação socio-espacial que inclui ou exclui determinado ser das relações, criando fronteiras, territórios e outros espaços de exclusão.

Um ponto fundamental levantado por Philo (1995) nesse sentido é a questão de intencionalidade ou não da agência. Visto como uma das

maiores objeções a essa tese, a intencionalidade da ação ou agência é, para Philo (1995) e outros autores desta “*nova geografia animal*”, fundamental. Atentando para o risco de ser antropomórfico, Philo (1995), argumenta que diferente de comportaram-se exatamente como humanos, num sentido político de intencionalidade, os animais, ainda assim, *vão* se comportar de forma contrária da expectativa humana sobre seu comportamento. Esclarecendo, Philo (1995), prefere o termo “*transgredir*” ao invés de “*resistir*”, adotando esse último como carregado de intencionalidade política. Concordando com essa ideia, Peter Singer (2013) argumenta que os animais não têm desejo da mesma forma que os humanos têm, mas têm preferências e estas são similares aos humanos, devendo, portanto, serem igualmente consideradas.

Voltando a Philo (1995), a questão da resistência x transgressão é um dos pontos centrais da sua ideia, pois se consideramos que os animais transgridam o espaço socialmente construído, eles são, portanto, agentes de modificações sócio-espaciais.

Nesse sentido Tim Cresswell afirma haver uma significativa diferença entre resistir e transgredir:

Resistência parece implicar intenção – ação proposital direcionada contra alguma entidade com a intenção de mudança ou diminuir seus efeitos ... Transgressão, em distinção a resistência, não o faz baseando-se na intenção dos atores, mas sim sob os resultados – sobre o ‘*ser*’ de determinada ação. Transgressão é julgado por aqueles que reagem, enquanto resistência assenta-se sobre as intenções do (s) ator (es) (CRESSWELL, 1992 p. 53-54).

Para Philo (1995), a ideia de Cresswell (1992), envolve um “*cruzar a linha*” que significa, metaforicamente cruzar as fronteiras sociais (normas, convenções e expectativas) e, mais concretamente, leva ao que se chama fenômeno “*fora-do-lugar*” (substância, ações, e acontecimentos que não são esperados).

Parece, para Philo (1995), que, nesses termos, muitos animais (domésticos ou selvagens⁹) são ocasionalmente transgressores da ordem socio-espacial que foi criada e policiada sobre eles pelos seres humanos, se tornando assunto de “*fora-de-lugar*” no processo, e, nesse sentido, os animais são frequentemente expurgados dos lugares – ou ficam fora do “*papel*” que eles supostamente deviam assumir em determinados lugares – que são atribuídos para eles pelos seres humanos.

Philo (1995), atribuí aos animais o papel de “*outro grupo marginal*”, que se comportam de forma distinta da “*desejada*” pela humanidade e, portanto, devem ser excluídos do espaço social. No caso de Philo (1995) e pesquisa assenta-se sobre a Inglaterra vitoriana e seu padrão de comportamento moral rigoroso e a associação de comportamentos inadequados, tanto animais quanto humanos, que devem ser banidos do convívio diário da “*aristocracia*” ou dos “*cidadãos de bem*”.

A partir desta premissa, Philo (1995), começa a discussão da visão dos animais na geografia acadêmica até então.

Philo (1995), avança para seu estudo das mudanças urbanas ocorridas em Londres e em Chicago no Séc. IXX, apresentando primeiramente a mudança ocorrida com o comportamento pela moral vitoriana.

Assim Philo afirma:

A sexualidade indomável dos animais livremente expressada nas '*vias públicas*' era considerado degradante, e supostamente perturbador não somente para as mentes vulneráveis de mulheres e crianças, mas também como um ato estimulante para práticas sexuais impróprias por parte de pessoas impressionáveis que viviam e trabalhavam em Smtihfield. [...] concluindo que os rebanhos animais deviam ser mantidos '*à distância*' dos espaços normais que

⁹ Gostaríamos de fazer apenas um esclarecimento. Aqui estamos usando como sinônimos os termos selvagens e silvestres por não haver no vocabulário anglo-saxão um termo que os distingue.

'redefiniam a cidade' para o bem da '*moral pública*' (PHILO, 1995 p. 670).

Em essência Philo (1995) aponta que esses espaços eram solucionados com a exclusão dos animais da cidade (o que era cada vez mais identificado como espaço de pessoas ao invés de bestas) e mantendo-os isolados no campo. Essa associação com a "*bestialidade*" animal, também incluía o comportamento indesejado de pessoas de classes diferentes, tornando-os, também, grupos marginais a serem excluídos ou evitados pelas "*peessoas de bem*".

Philo (1995) passa então a relatar as mudanças ocorridas no meio urbano em Londres no séc. IXX, a partir de relatos da época. Para Kittle (apud PHILO, 1995), a maioria das pessoas que moravam na vizinhança de matadouros, a presença de grande número de animais (vacas, ovelhas e porcos) confinados em pequenos espaços era, em si, uma "*ofensa para os sentidos*", mesmo antes do abate, o cheiro e o som dos animais eram considerados ofensivos. O impacto sensorial era, de fato, crucial para Kittle e as afirmativas anti-animalistas mencionavam os "*gritos*" e "*gemidos*" de medo dos animais. Essa influência "*brutalizante*" sobre os trabalhadores dos abatedouros e moradores das vizinhanças abatia o padrão moral tanto das pessoas, quanto dos locais em que esses "*fenômenos*" se tornaram centrais no cotidiano. "*Matadouros, indivíduos imorais, e usos imorais da terra eram vistos como companhia quase inevitáveis na cidade e os mercados em si, vistos como ligados a esta degradada unidade socio-espacial*" (PHILO, 1995 p. 675).

Essa "*nova regulamentação*" da moral vitoriana, seria, ao modo foucaultiano, uma biopolítica, usando um aparato legal, social e cultural para excluir

e associar essas degradações com os grupos marginalizados, no caso, animais e pessoas de classe baixa.

Philo, esclarece:

O propósito deste artigo tem sido considerar a possibilidade de reviver a geografia animal [...] que contraria o 'chauvinismo humano' de muitos trabalhos geográficos da relação humano-animal, [...] com uma abordagem de 'coisas viventes' e simbolizado pela efetiva exclusão dos animais do montante de assuntos abordados nas práticas da subdisciplina de geografia humana (PHILO, 1995 p. 677).

Pode-se pensar em um *continuum* entre inclusão e exclusão, com animais como cães e gatos tendendo a ser incluídos (como “animais de companhia” ou *pet*, prontamente aceitos nos espaços cotidianos vividos da humanidade) e com animais como leões e ursos tendendo para o outro extremo (como selvagens e perigosos, mantidos a distância dos espaços vividos cotidianamente). O discurso de higienização (organizacional e moral) gradativamente codificou os animais como impuros, poluentes, sujos e como incômodos ocupantes dos espaços da cidade onde os humanos, supostamente, devem viver e trabalhar. Philo conclui:

Meu pensamento final é da possibilidade de abrir-se estudos sobre o entendimento do processo socio-espacial de exclusão em que os animais são frequentemente sujeitos, quando são perseguidos nas ruas e confinados nos campos, depende precisamente de alcançarmos a (re) inclusão deles na pesquisa e teoria de geografia humana contemporânea (PHILO, 1995 p. 678).

A perspectiva de Philo (1995) enquadra-se no eixo temático da construção de espaços multiespécies proposto por Urbanik (2013), sendo possível investigar que há algo além da proposta de uma geografia animal urbana, na construção de espaços multiespécies. Sua perspectiva vai além, chegando a

questões relativas à interface humano-animal, ética, identidade e animais-sujeitos, outros quatro eixos propostos por Urbanik.

Essa investigação nos leva a questionar o que está implícito nessas relações de construção do espaço.

3.2 ZOOPOLIS E PLANEJAMENTO URBANO DE JENNIFER WOLCH: PROPOSTAS DE UMA URBANIZAÇÃO TRANSESPÉCIE.

Em 1995, Jennifer Wolch, Kathleen West e Thomas Gaines, propõem uma teoria urbana que incluísse os animais. Com base nas ideias renovadas da “*nova geografia animal*”, eles revisam e criticam as teorias urbanas contemporâneas, afirmando que as mesmas são antropocêntricas. Nesse aspecto o artigo “*Transspecie Urban Theory*” é uma das primeiras aplicações à ideia dos animais como agente, central na discussão da “*nova geografia animal*”.

Com esse intuito, Wolch, West e Gaines (1995), afirmam que modernizar é dominar o “*selvagem*”, que a urbanização ideal era baseada na noção arraigada de que o progresso era a dominação da natureza pela cultura, deixando, deliberadamente, as “*coisas selvagens*” e os “*selvagens*” fora dessa nova paisagem.

As áreas selvagens não estavam vazias, mas fervilhavam de vida não-humana, porém o “*desenvolvimento*” invocava o pensamento de desnaturalização do ambiente, “*melhorando*” seu espaço com a implantação de estruturas culturais modernas (livre dos não-humanos), ou melhor, livre do pensamento animalista (seja humano ou não-humano). Os animais deixados de fora da sociedade contemporânea passam a transgredir, no sentido atribuído por Philo (1998), para buscar comida e água em locais onde, supostamente, eles não deveriam estar. Mesmo os animais que estavam inclusos, tais como os animais de

produção e os animais de companhia, estavam sujeitos a regras impostas pelos humanos para consolidar a dominação humana. Assim os conflitos se tornaram inevitáveis entre humanos e não-humanos. Esse também é, segundo Wolch, West e Gaines (1995), um dos principais motivos do surgimento do movimento em defesa da natureza em especial para espécies em risco.

Paradoxalmente, entretanto, apesar da urbanização ter distanciado as pessoas da natureza, esse distanciamento é, em parte, o combustível para o (re) surgimento da biofilia que havia sido seriamente reprimido pelo cientificismo. Isso levou a uma romantização da vida selvagem e a apropriação em massa dessa ideia como consumo (WOLCH, WEST & GAINES, 1995 p. 736).

Porém, tal aspecto também gerou uma preocupação com a biodiversidade muito difundida, além da questão do bem-estar animal e dos direitos dos animais, expandindo a questão do conflito humano-animal, para além da urbanização e refletindo-se no planejamento urbano. A questão do planejamento urbano e os animais tem, para Wolch, West e Gaines (1995) quatro aspectos fundamentais:

I – Como a urbanização do ambiente natural impacta sobre os animais selvagens;

II – Como e porque os residentes das cidades reagem à presença de animais silvestres em seu meio, porque atitudes podem gerar novas formas de urbanização;

III – Como as cidades são pensadas para dar suporte para a vida silvestre;

IV – Como planejamento, políticas públicas e disputas políticas têm surgido com a intenção de reduzir a taxa de violência contra os animais.

É nesse sentido que Wolch, West e Gaines (1995) iniciam sua proposta de uma “*Teoria Urbana Trans-espécie*”¹⁰.

A cidade é construída para acomodar os humanos e suas atividades, ainda assim, ela retém uma grande população não-humana que abrange toda a escala filogenética. Wolch, West e Gaines (1995) utilizam o termo “*cannibal cities*” (cidades canibais) para afirmar que as cidades têm um uso intensivo dos recursos naturais para promover-se e manter-se, sem a preocupação da falta deste recurso para os animais não-humanos.

Os impactos das cidades para os animais silvestres implicam em modificações de hábitos de animais que acabam adaptando-se a essa nova realidade. Algumas espécies são adaptadas para esse impacto (a exemplo de ratos, camundongos, esquilos, guaxinim e alguns pássaros, como os pombos); outros são incapazes de encontrar comida ou abrigo, adaptar-se a mudanças climáticas ou hidrológicas ou tolerar o contato com as pessoas (a exemplo do antílope, carneiros selvagens, além de diversas espécies de peixes e aves). Outros ainda se tornam alvos do consumo humano. Incontáveis espécies sofrem por causa da poluição atmosférica e das águas. O resultado é o declínio da riqueza da biodiversidade.

Para Wolch, West e Gaines:

A maioria das cidades são social e espacialmente heterotopias, arenas culturais fragmentadas em que valores e atitudes com relação à natureza em geral (e com a vida selvagem em particular) são construídas para ser altamente variáveis. Sua ocupação humana são a mistura de populações que são diferentes com relação à cultura, nacionalidade, raça ou etnia, e seu estilo de vida, que pode conter divergências culturais de valores sobre a vida selvagem. Assim, os esforços de proteção são contenciosos e difíceis de realizar (WOLCH, WEST & GAINES, 1995 p. 737).

10 O termo na língua inglesa é: Transspecie Urban Theory.

A partir dessa questão, Wolch, West e Gaines (1995), discutem a formação de fragmentos de habitats e a formação de corredores ecológicos. Porém sua crítica se faz no sentido de essas ações protegerem apenas os animais em risco de extinção, deixando outros sem nenhuma consideração. Além disso, voltam à questão da associação da degradação com determinadas espécies e grupos sociais marginalizados, assim como apresenta Philo (1998) em sua ideia de exclusão e inclusão dos animais.

Os debates contemporâneos sobre a relação cultura-natureza sugere que a interação de humanos com a vida selvagem é fortemente moldada por uma ampla estrutura social (capitalismo, patriarcalismo, construções sociais de raça ou etnia e cultura), no entanto, pouca atenção foi dada para a questão da agência (por exemplo, as interações cotidianas entre animais e como isso influencia os valores e atitudes humanas com respeito à vida selvagem), levando pesquisadores empíricos a observar modelos de comportamento.

Assim, as pessoas fazem as cidades (ou seja, sua relação com o espaço urbano) mais ou menos atrativas para os animais silvestres por meio de seu comportamento (por exemplo, práticas de controle de pestes, controle animal, provisionamento de água e comida, etc.). Tais comportamentos podem ser traduzidos pelos resultados desse encorajamento, entendidos como exclusivamente negativos pela resposta dos animais em termos de destruição e perdas da propriedade humana. Nessa relação, quanto maior a proximidade entre humanos e animais, mais frequente é a avaliação negativa dos animais. As avaliações negativas derivam dos custos impostos pelos animais silvestres ao bem-estar humano e suas propriedades, como danos estruturais em edificações, danos à agricultura, danos estéticos (odor, barulhos, etc.) e risco de doenças ou prejuízos. Também são

levantadas questões sobre a raiz da percepção histórico-cultural dos animais como perigosos ou sujos (EMEL, 1995). Nesse sentido, Kellert (1980; KELLERT & BERRY, 1980) desenvolvem uma tipologia de atitudes em relação aos animais selvagens:

- Naturalista – O interesse na vida selvagem, fornece contexto e significado para atividades em ambientes naturais;
- Ecologista – O interesse primário é no ambiente como um sistema, ênfase em colocar os animais em contato com outros animais do mesmo sistema;
- Moralista – O interesse está no tratamento ético dos animais, com grande oposição a exploração e crueldade animal.
- Cientificista – O interesse está no estudo e/ou observação dos atributos físicos e biológicos do funcionamento dos animais.
- Estética – O interesse está no aspecto artístico e simbólico que o animal fornece;
- Utilitária – O interesse está no valor e utilidade material do animal.
- Dominatória – O interesse está na satisfação derivada do domínio e controle sobre os animais, típico de esportes de caça;

- Negativista – O principal aspecto é evitar ativamente os animais por medo ou aversão;
- Neutra – O principal aspecto é evitar passivamente os animais por indiferença.

Essas atitudes, afirmam Wolch, West e Gaines (1995), ainda estão na base de nossas relações com os animais e por conta delas, não se leva em consideração a ação ativa dos animais, ou seja, sua agência.

Wolch, West e Gaines (1995) alertam para a falta de estudos sobre essas atitudes, mas mesmo assim, podemos avaliar que moradores e instituições das cidades tendem a responder à presença da vida selvagem a partir de duas características básicas: tanto como “*pestes*”¹¹ que causam custos às pessoas, quanto como *pets* que causam amenidades.

Quanto a animais “*pestes*” Wolch, West e Gaines (1995) demonstram que os prejuízos com esses animais chegam a US\$25 milhões anualmente. Apontam para os estudos de Horton (1991), Witham e Jones (1987) e Bruschi e Ehrenfeld (1991) com veados, os estudos de Gorrie (1992) com guaxinim e os estudos de Parker (1996), Cooper (1991) e Clifton (1992) com pombos, para mostrar alguns dos “*custos*” que esses animais podem causar.

Com relação aos animais silvestres como *pets*, Wolch, West e Gaines (1995) assinalam que eles podem ser percebidos como a valorização de propriedades do ponto de vista ecológico, estético e como oportunidades recreativas. Por fim, podem ser vistos como uma forma “*não-consumível*” de recreação, como forma de valorização estética e ecológica. A criação de parques e

11 Aqui o termo em português, mas os autores fazem um trocadilho com as palavras “*Pets*” e “*Pest*”.

áreas protegidas em que os visitantes podem se (re) aproximar dos animais e da natureza, é dada como atitude em plena expansão, segundo Wolch, West e Gaines (1995).

Para os autores a “*vida selvagem*” é vista como uma forma de (re) ligação com a natureza e se for feita de forma “*segura*” para os moradores da cidade, ou seja, se for realizada de forma a valorizar suas propriedades e torná-la esteticamente mais agradável, melhor. Wolch, West e Gaines (1995) deixam claro sua crítica a esse “*ambientalismo*” que imbuído de intenções capitalistas, vê a questão animal como mais uma forma política de ganho de capital.

O reconhecimento de que muitas espécies de animais silvestres coexistem com as pessoas nas cidades e as implicações da gestão sobre esse espaço urbano compartilhado estimulou o nascente campo da ecologia urbana da vida selvagem, afirmam Wolch, West e Gaines (1995).

Fundamentado no campo de trabalho de espécies particulares, e pesadamente orientada para a gestão, estudos de ecologia urbana da vida selvagem, exploram questões como: 'como os animais silvestres usam os habitats urbanos', 'como a vida na cidade alteram os padrões típicos de movimento, alimentação, reprodução, taxas de mortalidade dos animais?', 'como o comportamento selvagem é influenciado pela proximidade com os humanos?', e 'como a fragmentação da paisagem urbana afeta a biodiversidade?' (WOLCH, WEST & GAINES, 1995 p. 743).

Tais estudos tendem a ser altamente específicos em relação a espécies e lugares. Apenas uma fração das espécies selvagens urbanas foram examinadas, especialmente aquelas percebidas pelos humanos como problemas, risco de extinção ou por conta de sua característica “*carismática*”. Entretanto, a urbanização raramente é problematizada nessas pesquisas, ela é tomada como dada. Nesse sentido Wolch, West e Gaines (1995) criticam os estudos da ecologia urbana da vida selvagem. A proposta de uma nova visão da urbanização e a

inclusão dos animais é apontada pelos autores como o caminho previsto pela “*nova geografia animal*”.

Os crescentes esforços para alterar a natureza das interações entre humanos e animais na cidade, para mudar as práticas de planejamento urbano e ambiental, e a defesa mais forte dos interesses da vida selvagem urbana, constituem a nascente da “*prática urbana trans-espécie*”, ainda pouco documentada e teorizada (WOLCH, WEST & GAINES, 1998 p. 746).

Os autores mostram que em geral as políticas públicas são de extermínio dos animais. Nesse sentido Aprobato Filho (2006) também apresenta a mesma lógica na urbanização nascente no Brasil, em especial, em São Paulo, e as políticas públicas de extermínio e exclusão dos animais e grupos minoritários associados.

Os aumentos das populações urbanas demandam alternativas à tradicional política de extermínio de controle animal. Especialistas em vida selvagem argumentam que um manejo em larga escala requer assegurar que as populações selvagens/silvestres serão mantidas dentro da capacidade disponível de seus habitats para não causar risco à segurança humana. No entanto aí está o conflito. Quanto mais se pensa em expansão urbana, nos moldes tradicionais, menor será a capacidade dos habitats naturais de sustentar sua população silvestre, proporcionando assim a “*invasão*”, “*transgressão*” desses animais para o meio urbano, pensado como exclusivamente humano.

Wolch, West e Gaines (1995) indicam uma das possibilidades para resolver o conflito por meio da educação ambiental, que proporcionaria maior conhecimento da vida silvestre. Outro ponto é a questão das práticas urbanas, como lixo, que proporcionam alimento em abundância para muitas dessas espécies silvestres, causando e gerando inúmeros conflitos e problemas de saúde humana.

Wolch, West e Gaines (1995) ainda discorrem sobre a proposta dos corredores ecológicos, criticando a sua eficácia. Afirmando que o melhor argumento em favor dos corredores ecológicos é que a paisagem original deve ser interconectada (NOSS, 1987).

Outro ponto apontado por Wolch, West e Gaines (1995) é a questão dos grupos de defesas ecológicas, afirmando que esses esforços podem surgir das principais correntes das organizações ambientais e grupos de direito dos animais, mas eles frequentemente podem inflamar contra as práticas urbanas de desenvolvimento. Muitos ativistas afirmam que o ambientalismo, como é pregado, é uma preocupação da classe média branca, afirmam Wolch, West e Gaines (1995).

O desafio, apresentam os autores, é trazer uma alternativa para essa relação humano-animal:

Ao longo do tempo, mudanças ecológicas, como a perda da biodiversidade e mudanças éticas com relação ao ambiente, estimulam um conjunto de práticas urbanas de trans-espécie que, em si, influenciam a urbanização e as interações humano-animais. No que segue, consideramos as fontes de inspiração teórica que podem servir para informar a nossa compreensão destas dinâmicas (WOLCH, WEST & GAINES, 1995 p. 750).

Ao falar das práticas urbanas trans-espécie, Wolch, West e Gaines (1995) afirmam que estas são moldadas pela expansão do ambientalismo e dos movimentos de direitos dos animais (ou das filosofias libertárias).

Muitos desses movimentos tiveram suas bases em ideias ecocêntricas como a Teoria Gaia (LOVELOCK, 1995), Ecologia Social (BOOKCHIN, 1990), Ecologia Profunda (NAESS, 1988) ou Ecofeminismo (RUETHER, 1995). Ainda, em suas bases destacam as ideias popularizadas de Singer (1976) e Regan (1986). No entanto, Wolch, West e Gaines (1995) afirmam que os ecologistas, em

geral, primam pela questão humana, muitas vezes sendo contrários aos direitos animais.

Porém os novos movimentos sociais sobre a questão ambiental e o direito dos animais têm-se multiplicado e os conflitos entre ativistas e as elites tradicionais ao se intensificarem e se tornarem mais frequentes passaram a incluir questionamentos acerca da produção contemporânea da sociedade capitalista.

Embora ativistas de diferentes matizes formem a vanguarda das práticas urbanas de trans-espécie, no fundo são os profissionais mais mundanos, incluindo os planejadores urbanos, arquitetos e designers urbanos, cujas atividades cotidianas desempenham um forte papel na formação dos animais nas cidades. Seu papel em criar uma prática urbana de trans-espécie é nitidamente compelido pelo contexto social de sua formação e seus empregadores (WOLCH, WEST & GAINES, 1995 p. 755).

Assim, um mútuo esforço para entender e aprender acerca da necessidade de se criar um ambiente ético que reconheça a fundamental ligação entre a *“justiça humana e a justiça animal”* para promover uma prática urbana trans-espécie que resguarde tanto a vida humana, como a vida animal. O projeto de Wolch, West e Gaines (1995) é que os moradores das cidades (re) incorporem os animais silvestres/selvagens em suas práticas cotidianas, respeitando sua dignidade e seu valor, aceitando o dever de conhecer seus modos de vida, e enfrentando o desafio e os riscos associados a compartilhar a Terra com outras formas de vida.

Em um exercício de reflexão Julie Urbanik (2012) questiona sobre quantos animais (sejam vivos, mortos ou produtos derivados) estamos em contato em um dia. Esse questionamento (em parte também uma provocação) nos desperta para a intrínseca relação que temos com os animais. É nesse sentido que Wolch (1996) propõe sua zoópolis.

Para permitir a emergência de uma ética, prática e política de cuidado para com os animais e a natureza, precisamos renaturalizar

as cidades e convidar os animais de volta, em um processo re-encantamento da cidade. Eu chamo essa renaturalização, esse re-encantamento de *zoöpolis* (WOLCH, 1996 p.124).

Essa reintegração de pessoas com animais e a natureza na zoöpolis pode proporcionar moradores urbanos com conhecimentos e práticas locais que a vida animal requer, de acordo com contextos particulares, para motivar ações políticas necessárias para a proteção de sua autonomia como sujeitos e de seus espaços de vida. Assim, Wolch (1996) propõe uma espécie de etnoconhecimentos para o desenvolvimento de sua zoöpolis.

Diferindo da proposta de John Zerzan (1994), de um retorno ao primitivismo, Wolch (1996) propõe que sua zoöpolis seja baseada em ações cotidianas para integrar os animais nas metrópoles, ao invés de excluí-los. Afirmando que nossa alienação dos animais resulta de uma estrutura político-econômica específica, relações sociais e instituições, tais *“estruturas, relações e instituições não irão mudar 'magicamente' quando se reconhecer a subjetividade animal, mas serão alteradas pelo engajamento político e a luta contra a opressão de classe, gênero, raça e espécie”* (WOLCH, 1996 p. 124).

A zoöpolis apresenta tanto desafios como oportunidades para aqueles comprometidos com o eco socialismo, feminismo e antirracismo no futuro urbano. O desafio é mudar a arraigada divisão no pensamento teórico sobre os não-humanos e seu lugar na moralidade humana. Talvez mais crucial seja a mudança política prática, onde a teoria dá lugar a situações éticas, coalizões e a formação estratégica de alianças. Assim, Wolch (1996) aqui se aproxima dos discursos mais radicais, como exposto por Best e Nocella (2004).

Zoöpolis convida a uma crítica contemporânea da urbanização do ponto-de-vista dos animais, mas também da perspectiva das pessoas, que junto com os animais sofrem com a poluição urbana,

degradação urbana e quem é negado a experiência do reino animal como outro [...]. Rejeitando a alienação de modelos de parques para a diversão humana, a zoópolis questiona por um futuro que animais e natureza não mais ficarão encarcerados além do alcance de nossa vida cotidiana (WOLCH, 1996 p. 135).

Wolch (1996) busca avançar ao incluir os animais selvagens na discussão do planejamento urbano, mas ignora (ou deliberadamente deixa de fora) os animais domesticados e sinantrópicos.

Suas ideias se aproximam da perspectiva de reforma da cidade para incluir os animais (como uma forma de renaturalização da cidade) em contraposição com a perspectiva de Donaldson e Kymlicka (2011). Essa busca integrar os animais na “*nossa*” sociedade (uma forma de desnaturalização da essência animal), ao passo que alguns anarquistas, em especial John Zerzan (1994) busca uma “*nova*” cidade, ou melhor, busca destruir a ideia de cidade e reintegrar-se à natureza. Nesse sentido é interessante notar que cada uma dessas abordagens traz consigo fundamentos novos sobre os animais:

1) Libertação Animal (John Zerzan, Peter Singer, etc.) – fim de toda opressão; coerência filosófica; incoerências nas práxis;

2) Zoópolis (Donaldson e Kymlicka) – direito de cidadão aos animais; dependência de nossas relações; apesar de não ignorar a agência dos animais, acaba sendo incoerente com essa visão;

3) Zoópolis (Wolch) – busca reformular a cidade; fundamenta-se na agência dos animais; ignora os animais domesticados; foco na cultura/gênero;

Os trabalhos de Wolch (1996), também poderiam ser enquadrados no eixo de Geografia Animal Urbana, proposto por Urbanik (2013), por reafirmar a existência de uma construção do espaço multiespécie. Porém, a pesquisa de Wolch vai além, constando também questões relativas a interface humano-animal; ética; identidade; animais-sujeitos e animais silvestres, outros 4 eixos propostos por Urbanik (2013).

Assim como no caso de Philo, pode-se investigar o que está além desses eixos temáticos e como se organiza essa relação. Desta forma propõe-se uma nova interpretação sobre os eixos propostos por Urbanik (2013) para propor um novo enquadramento dos estudos.

3.3 NOVOS OLHARES E PERSPECTIVAS: As relações de poder, identidade e outras abordagens da geografia animal anglo-saxã contemporânea

Os trabalhos escolhidos tiveram como critério sua temática e a cronologia. Desta forma as pesquisas aqui abordadas são: a questão dos *pets*, com Howell (2003, 2013); a questão política e biopolítica, com Srinivasan (2013) e Hobson (2003) e a questão do pós-colonialismo, com Armstrong (2005).

Em artigo publicado em 2002, Philip Howell, discute sobre os cemitérios animais na Inglaterra Vitoriana. Em sua discussão Howell (2002) afirma que os animais foram eliminados, removidos, reordenados, marginalizados, ocultados e confinados das metrópoles, de acordo com as mudanças da sociedade, dos sentimentos e da ideologia. Essa redefinição das barreiras e fronteiras entre animais e humanos se dá através de suas relações de poder.

Howell (2002) ainda apresenta os valores simbólicos que os animais tinham na sociedade inglesa do período vitoriano e como essa simbologia distinguia as classes sociais. Como exemplo Howell (2002) aponta as características de humildade e fidelidade dos cães como modelo para as famílias vitorianas.

Essa relação íntima entre animais e humanos é evidenciada por Howell (2002), na análise de lápides de animais enterrados em um cemitério pet no Hyde Park em Londres. Tal relação também é evidenciada por Kete (1994) sobre a formação da classe burguesa na França.

Kete (1994) aponta que a associação entre a crueldade com animais era associada com as classes mais baixas. Além disso, a devoção canina foi culturalmente construída pela burguesia com forma de afirmação de uma estética, influenciada pelo romantismo, em que os cães foram idealizados como fiéis.

Howell (2002) aponta também um conflito entre o sanitarismo das metrópoles vitorianas e sua fidelidade e moralidade com relação aos seus cães. Esse conflito é apresentado nas discussões sobre a existência de cemitérios pet.

Em outro artigo, Howell (2013) também apresenta a questão da simbologia e da construção de uma identidade durante a 1ª Guerra Mundial entre as raças de cães no território Britânico.

A discussão de Howell (2013) é sobre as identificações com a raça Bulldog como representação da força britânica e, por outro lado, a raça Dachshund como representação alemã. Essas diferenças foram ressaltadas e durante o período de guerra, os criadores e donos de dachshund foram, inclusive perseguidos como defensores dos inimigos.

Outro ponto que Howell (2013) ressalta é a questão da fidelidade britânica com seus animais de estimação, especialmente com os cães.

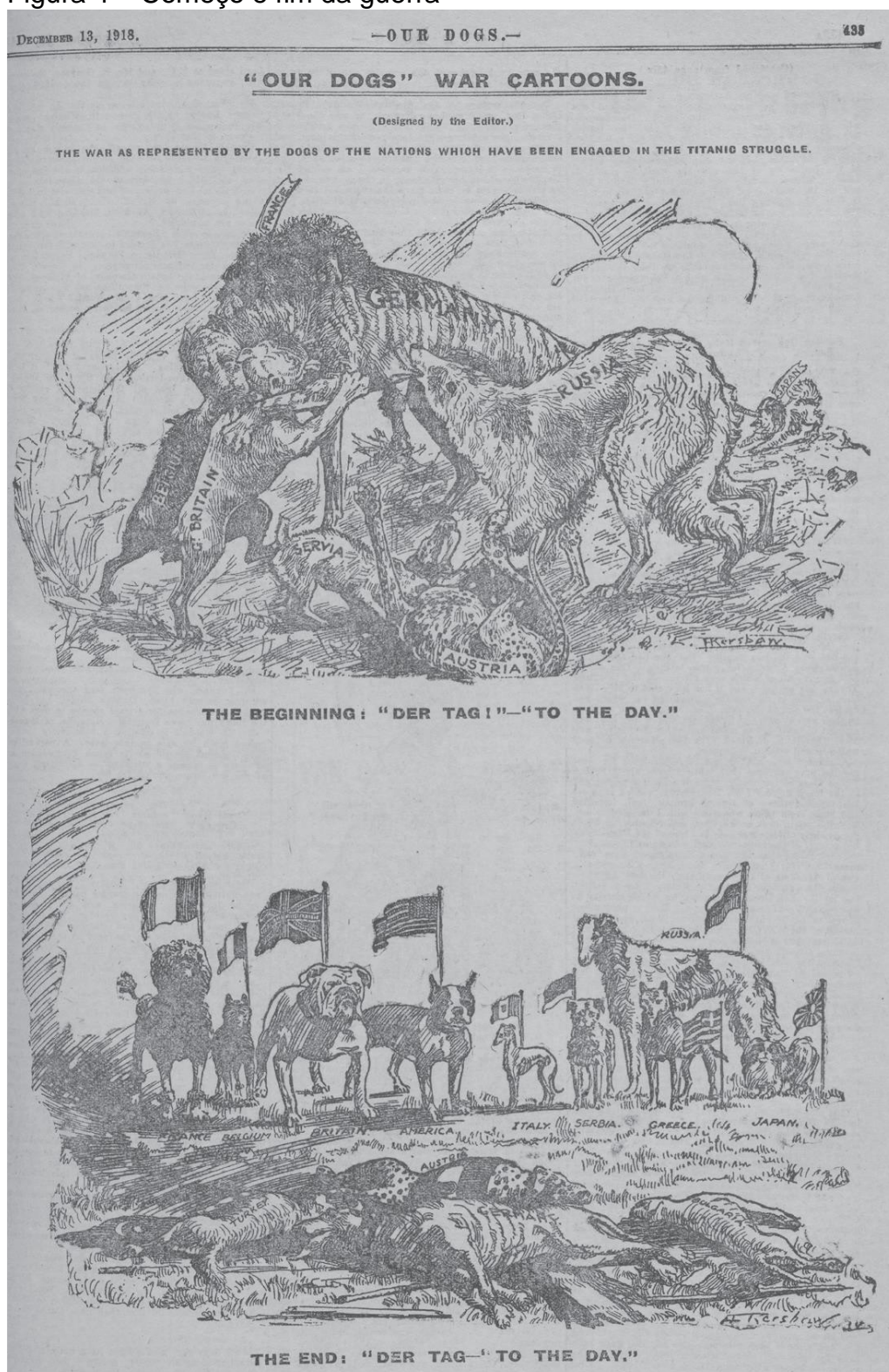
Howell (2013) aponta que a questão da racionalização dos alimentos durante o período de guerra foi objeto de intensa discussão sobre a alimentação de pets e a alimentação dos humanos.

Assim, Howell (2013) apresenta também uma perseguição aos animais no sentido de que os animais mestiços (*mongrel* em inglês) eram vistos como portadores de zoonoses e que deveriam ser eliminados. Similarmente, como veremos, Aprobato Filho (2014) aponta essa mesma reação em São Paulo nos anos 1920.

Desta forma, Howell (2013) acaba por apontar que as relações e representações dos animais e humanos não se limitam a um simbolismo positivo, mas também uma representação de inferioridade também pode ser identificada, abrindo caminho para pensar os animais como representações de populações a serem dominadas. Phillip Armstrong (2002) aponta essa perspectiva com uma proposta de animais pós-colonialistas, como veremos mais a frente.

A figura abaixo representa, de forma pictográfica, a proposta e a discussão apresentada por Howell (2013) sobre o simbolismo e identidade dos animais no período da 1ª Guerra Mundial.

Figura 4 – Começo e fim da guerra



Fonte: *Our Dogs* (1918 apud HOWELL, 2013 p. 563)

Relacionando as propostas de Howell (2002; 2013) e aos eixos da 3ª fase da Geografia Animal expostas por Urbanik (2013), pode-se apontar que o

trabalho de Howell se enquadraria nos eixos: 1º - Interface Humano-animal, Hibridismo, 2º Geografia Animal Urbana; 4º Identidade e 6º Pets.

No entanto, novamente, a discussão de Howell ultrapassa essa temática, fazendo-se necessário uma nova interpretação desses eixos. Deve-se pensar nas relações mais profundas sobre essas discussões.

Outra discussão é proposta por Srinivasan (2012) sobre a questão dos animais, mais especificamente cães, na Índia, sob a perspectiva da biopolítica da Foucault (2001).

Nessa perspectiva, Srinivasan (2012), aponta a questão da Geografia Animal por meio de uma visão foucaultiana, em que a dominação não se dá através da força exercida sobre os indivíduos, mas pela formação de políticas de sanitização, exclusão e criação de fronteiras onde os animais estariam no lugar certo.

Essa discussão, similar a discussão de Howell (2002) e Philo (1995), aponta novas evidências da ação efetiva dos animais na construção de uma espacialidade antropocêntrica, ao mesmo tempo em que reforça a importância dos animais nessa construção.

Pensando-se nos eixos propostos por Urbanik (2013), a discussão da biopolítica dos animais de Srinivasan (2013) vai além de suas classificações, atentando para uma nova proposta em que os animais são, simultaneamente, agentes dessa construção social e participantes das relações de poder, principalmente quando transgridem as fronteiras antrópicas.

O artigo "*The Postcolonial Animal*" Philip Armstrong (2002), apresenta a questão do outro colonizado, atrelando-o primeiramente a superioridade

européia sobre os outros povos e posteriormente da superioridade humana sobre a animal.

Apontando a questão da civilidade ou racionalidade da Europa Iluminista, Armstrong (2002), como sendo a chave de ligação entre o pensamento pós-colonialista humano e animal.

Afirma Armstrong:

[...] a definição de animal e animalidade está intrinsecamente ligada com a formação de outras noções fundamentais do trabalho de colonização, tais como: 'o humano', 'o natural', 'o cultural' (ARMSTRONG, 2002 p. 414).

Armstrong (2002) aponta então para a questão da agência dos animais, conceituando-a como: "*a capacidade de afetar o ambiente e a história*". Desta forma, a agência poderia ser vista como uma forma de resistência e em um processo de rede, pautando-se na Teoria Ator-Rede, manifestar-se na interação entre humanos e animais.

Assim, afirma Armstrong (2002) a não participação dos animais nas relações e discussões das construções sociais, só reforçam o antropocentrismo das ciências e o fato, amplamente provado pelos Estudos Animais, de que os animais têm parcela muito representativa nas interações com os humanos e, portanto, revelam-se com agentes, não pode mais ser ignorado pelos pesquisadores e deve-se, então, repensar nossa própria visão da ciência como um todo.

Assim, como veremos mais a frente com a antropologia brasileira, os pensamentos hegemônicos vindos da Europa contrastam com os pensamentos nativos onde os animais e humanos desfrutavam do mesmo status e, em alguns casos, ainda com status ainda maior.

Todo esse movimento de repensar o colonialismo e recolocar os pensamentos não-eurocêntricos em pauta, ganham estímulos positivos com a perspectiva de uma descentralização humana da agência.

Pode-se destacar também o trabalho de Kerty Hobson (2007) que aponta os animais como sujeitos políticos.

Nesta perspectiva, Hobson (2007) afirma que os animais têm sido vistos como meros objetos, portanto descartados das considerações políticas, mas que essa visão deve ser repensada.

Em sua proposição, Hobson (2007), afirma que:

1º - Os animais já são sujeitos políticos, pois são sujeitos de práticas políticas, tais como regulamentações, direitos, deveres, etc.; São, portanto, pivô socioeconômico das sociedades humanas.

2º - Os animais são sujeitos políticos afetivos, o que ser dizer que, muitos humanos tem uma relação afetiva com os animais e, portanto, legislam e lutam por relações políticas em nome dos animais, tanto no campo ecológico, como no campo das relações íntimas (ex.: pets).

Hobson (2007) propõe uma visão de sociedade mais-que-humana. Pautando-se nas perspectivas da política ecológica e na visão da 3ª Fase da Geografia Animal, propõe uma retomada da política cotidiana em busca de uma interação entre humanos e animais.

Afirma Hobson:

Os animais não são meramente um mapa da pré-existência humana no mundo (como ferramentas) ou atores estúpidos desta política. Ao invés disso, eles representam a si mesmos com presença física e co-criadora de suas histórias, moralidade, política e subjetividades. São conjuntamente criadores dos lugares e espaços supostamente humanos. (HOBSON, 2007 p. 257)

Assim, vimos que perpassando a questão da exclusão em Chris Philo, a questão da urbanidade multi-espécie na proposta de zoopolis de Jennifer Wolch e na questão dos *pets*, com Howell (2003, 2013); a questão política e biopolítica, com Srinivasan (2013) e Hobson (2003) e a questão do pós-colonialismo, com Armstrong (2005), o mote central de todos esses estudos fundamenta-se em dois pontos principais:

- 1 – As relações de poder;
- 2 – A agência dos animais;

Com vistas nessa centralidade do discurso, busca-se um maior aprofundamento dessas questões, o que nos leva ao próximo capítulo a uma revisão dessas idéias e conceitos.

4 ANIMAIS E A GEOGRAFIA MAIS-QUE-HUMANA: A AGÊNCIA E AS TEORIAS CONTEMPORÂNEAS

Como podemos pensar as relações humano-animal na geografia contemporânea? Qual é o lugar da geografia animal na ciência geográfica. Apesar da profundidade desta discussão, busca-se neste capítulo, apontar algumas ideias e caminhos possíveis para compreender a geografia animal nesse cenário e sua repercussão na geografia brasileira.

4.1 O lugar da geografia animal na geografia contemporânea

Como podemos visualizar a geografia animal no cenário contemporâneo da geografia? Já vimos anteriormente que a história da geografia animal apresenta 3 fases, a primeira ligada à uma geografia mais física e quantitativa, correlato com a biogeografia. A segunda fase correlacionada com a geografia cultural clássica, nas obras de Sauer e seus seguidores, porém os animais são vistos como objetos da cultura, assim como toda a cultura é vista como material. A terceira fase por sua vez, nos apresenta uma geografia animal que está pautada nas discussões contemporâneas das teorias sociais, nas relações de poder e na geografia cultural renovada ou Nova Geografia Cultural, essa que tem sua vertente vinda ao Brasil.

A geografia animal, no cenário contemporâneo, vê sua gênese nos campos da geografia feminista, nas relações de poder e na geografia cultural.

Autores como Jennifer Wolch e Judy Emel trabalham anteriormente com a geografia feminista nas décadas de 70 e 80. Como afirmam as mesmas:

“[...] o campo da geografia animal é a última fronteira para as relações de dominação e subjugação. As relações entre humanos e não-humanos são, nessa perspectiva, uma das novas frentes que devemos atuar, buscando encontrar as formas de dominação.” (WOLCH & EMEL, 1998 p. xx)

Advindo das mesmas raízes do feminismo, autores como Donna Haraway, Val Plumwood entre outros embasam essa vertente da geografia animal, postulando as relações humano-animais como similares as relações de dominação homem-mulher.

Outra das bases da geografia animal contemporânea, são as relações de poder e a geografia histórica. Neste campo a obra de Philip Howell que trabalha anteriormente com as regulamentações sobre prostituição nas colônias britânicas e, assim como Wolch e Emel, vê as relações de poder entre humanos e animais, similares as

Há também a perspectiva cultural da geografia animal contemporânea. Conforme vimos na segunda fase da geografia animal, onde os animais ainda que fundamentais para identificação de determinada cultura, através de sua relação de pastoreio, pecuária e etc., ainda se mantém como objetivo vivo ou ainda com seu status, intencionalidade e agência ignorado.

Outra perspectiva é a do ambientalismo e da ética ambiental. Advindos dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, tais perspectivas fundamentam-se nas bases de uma ética aplicada que, segundo Singer (1989), emergem num cenário onde a ética tradicional não era capaz de responder as demandas cada vez mais complexas da sociedade contemporânea.

Assim, podemos de forma sintética apresentar alguns dos principais autores da geografia animal contemporânea e suas vertentes de origem, com forma de mapear e situar a geografia animal contemporânea na ciência

geográfica atual, apontando sua gênese e seus principais constructos teóricos na abordagem da relação humano-animal na geografia.

Quadro 5: autores da geografia e suas vertentes principais de estudo

AUTOR	VERTENTES
Jennifer Wolch	Feminismo; Ambientalismo;
Judy Emel	Feminismo; Ambientalismo
Philip Howell	Relações de poder; Geografia Histórica
Chris Philo	Geografia Histórica; Geografia Cultural
Chris Wilbert	Geografia Cultural; Ambientalismo

Fonte: Autor(2016)

Podemos pensar que tais autores e suas vertentes originais nos mostram dois pontos centrais, conforme apresentamos no capítulo anterior.

As relações de poder e a agência dos animais voltam a ser centrais nas discussões da geografia animal contemporânea. Assim, faz-se necessário uma, mesmo que breve, reflexão sobre o conceito de agência e das relações de poder.

4.2 O problema da agência e poder

Os animais são agentes? Com essa indagação, a 3ª fase da Geografia Animal vem fazendo a discussão, juntamente com outros campos do saber, da ação e participação dos animais na construção histórico-social.

A essa indagação há uma multiplicidade de respostas, desde as que dirão que sim até aqueles que questionam a própria racionalidade humana.

Para Helen Steward (2009, p.217), os animais são capazes de agência, pois, como muitos afirmam, são capazes de: “[...] *construir ninhos, tocas, de*

buscarem comida, e, de forma mais sofisticada, até se comunicarem uns com os outros.”

Essa capacidade de agência, afirma Steward (2009), em humanos é percebida apenas a partir das ações em criança de mais de 2 anos.

Para Steward (2009, p. 226) o conceito de agência se dá da seguinte forma:

I – um agente pode mover o todo, ou pelo menos algumas partes, de algo que estamos inclinados a pensar em como seu corpo;

II - um agente é um centro de alguma forma de subjetividade;

III - um agente é algo em há pelo menos alguns tipos rudimentares de Estado intencional (por exemplo, tentando, querendo, percebendo);

IV - um agente é um arbitro das questões relacionadas com alguns dos movimentos de seu próprio corpo, as ações por meio das quais os movimentos são efetuados a partir da vontade do agente, e não apenas como reflexos de estímulos externos ou gatilhos de qualquer tipo.

Podemos então afirmar que, com base nas ideias de Steward (2009), devemos repensar a quem atribuir agência e, desta forma, repensar nossas relações de construção do espaço exclusivamente antropocêntricos.

Afirma Steward (2006) que o antropocentrismo é uma forma de dominação.

Eu acho que uma aliança imensamente poderosa de forças intelectuais tem conspirado contra a visão de que os animais podem realmente ser agentes. Algumas dessas são forças (as muitas formas culturais e religiosas do antropocentrismo) há muito nos incentivou a fazer tantas separações claras entre nós (humanos capazes) e nossos parentes animais (STEWART, 2009 p. 228).

No cerne desta discussão e concordando com Steward (2009), Chris Pearson (2013), nos apresenta a questão na agência dos animais utilizados em guerra.

Para Pearson (2013), os animais utilizados em guerras são mais do que mero treinamentos, são capazes de agir de acordo com suas intenções, mesmo porque não é a intencionalidade um pré-requisito para a agência.

Os seres humanos podem agir irracionalmente, mas isso não afeta seu estado fundamental como seres racionais. Em contraste, Descartes afirmou que os animais são autômatos. Não tendo nenhuma autoconsciência, eles poderiam sentir dor, mas não sinto isso. Neste sentido houve pouco para diferenciar um macaco de uma ostra (PEARSON, 2013 p. 130).

A afirmação de Pearson (2013), propõe a ideia de que o conceito antropocentrista/eurocêntrico é colonialista e dominatória e que os antropólogos nos mostram que essa dicotomia entre humanos e animais, baseada na agência, não é universal.

Afirma Pearson:

Há uma divisão humano-animal está geograficamente situado. Os antropólogos têm demonstrado que em algumas sociedades não-ocidentais não existe sentido a divisão humano-animal da mesma forma como acontece no Ocidente. Eles argumentam que algumas comunidades indígenas compartilham um sentimento de interconexão, comunicação, e de parentesco com animais e outros não-humanos. Mesmo no Ocidente, tem havido um longo debate, confusão e ansiedade sobre a fronteira entre os seres humanos e outros animais (PEARSON, 2013 p. 131).

Abordando a perspectiva da teoria Ator-Rede, Pearson (2013) aponta que para Bruno Latour (1988, 2004, 2005) e outros defensores da "Teoria Ator-Rede" (ANT) argumentaram que a natureza e a sociedade não são dadas. De acordo com a Teoria Ator-Rede, essas entidades são criadas, e estão se explicando, pela circulação de coletivos híbridos de quase-objetos e quase-sujeitos. Para Latour

(2005), a natureza e a sociedade não são dois polos distintos, mas uma mesma produção de estados sucessivos de sociedades, naturezas, de coletivos. Em termos mais simples, afirma Steward (2013 p.132): “*o mundo é muito ‘mais confuso’ do que a divergência humanos-não-humano*”.

Nessa miscigenação, afirma Haraway (2008), os cães nos ajudaram a nos tornar humanos. Isso indica que talvez tenhamos que repensar nossas relações com os animais e coloca-los mais em evidência do que o fazemos hoje.

A agência dos animais não-humanos modifica toda nossa interpretação sobre a construção do espaço sociocultural. Isso quer dizer que o que achávamos ser o cerne do entendimento da nossa sociedade, desloca-se para uma ação mútua entre humanos e não-humanos em seus encontros e conflitos.

Para exemplificar essa ideia, Steward (2013) aponta a pesquisa de Chapuis e Varlet (1987) em que afirmam:

Como agentes humanos, cães não são estáticos: eles podem mudar e aprender em relação a outros seres e seu ambiente. Outros estudos descobriram que os cães são capazes de navegar através de pontos de referência e de formar mapas mentais de seu ambiente. Eles são também capazes de criar atalhos entre pontos diferentes com base na sua experiência anterior do meio ambiente (CHAPUIS & VARLET, 1987 p. 54).

Outro ponto que destacamos no trabalho de Steward (2013) é que ele aponta que novas pesquisas apontam para um mutualismo entre humanos e cães e não uma hierarquização.

Essa afirmação nos parece interessante, pois a ideia de um mutualismo ou invés de uma hierarquização nas relações humano-animal vem de encontro com a nossa perspectiva de uma negação das relações dominatórias.

Deste modo, vimos que as pesquisas de Philo (1995), Wolch (1996), Howell (2002; 2013), Srinivasan (2012), Armstrong (2002) e Hobson (2007), apesar de se enquadrarem em algum, ou vários, eixos propostos por Urbanik (2013), superam essa classificação e não compreendem o cerne de suas discussões.

4.2.1 Traduzindo “animal agency”

Um dos maiores problemas da questão animal na geografia brasileira refere-se a questão da tradução de termos e conceitos que norteiam as discussões sobre a relação humano-animal. Desta forma a noção de “agency”, fundamental a nossa discussão, necessita de uma reflexão, mesmo que breve, sobre seu uso e sua tradução.

A ideia de agência (*agency* em inglês), segundo o antropólogo Alfredo Gell, aponta que:

É atribuível para aquelas pessoas (e coisas) que são vistas como iniciadoras de sequencias causais de tipo particular, que são eventos causados por uma mente ou vontade ou intensão, em vez de uma mera concoctação de eventos físicos. (GUELL, 1998, p. 16)

Um agente é alguém/alguma coisa que causa um evento em sua proximidade, isto é, aquilo que causa um efeito baseado em um desejo ou intencionalidade.

Essa noção, ainda pouco discutida na geografia brasileira, causa estranhamento ao atribuir a animais e outros não-humanos, como aponta Latour (1994), a capacidade de ser um ator social, cultural e político. Esse estranhamento, por sua vez, causa uma reação de repulsa em alguns

pesquisadores ao imaginar que dividir a agência entre humanos e animais ofuscaria ou diminuiria a participação dos humanos na construção social.

Como aponta Howell: “[...] na questão da agência dos animais importa menos a quem atribuir a agência, mas o importante é o que fazer com essa agência dos animais e seus impactos na forma como pensamos e vemos o espaço”. (HOWELL, 2017 p. 5)

4.3 Problemas da geografia animal no Brasil:

As questões que impedem a geografia animal de se firmar na geografia brasileira suscita o apontamento de caminhos pelos quais podemos pensar uma geografia animal brasileira.

Pensar em uma geografia animal brasileira leva-nos a pensar a questão animal na perspectiva brasileira.

As pesquisas sobre a questão animal brasileira permeiam a discussão ética como afirma Coltro (2001).

A obra de Sonia T. Felipe descreve e aponta a abordagem ética da questão animal no Brasil, no entanto, a questão do espaço não é discutida e, apesar dos autores que trabalham com essa abordagem discutirem sobre os espaços animais, a discussão sobre a espacialidade dos animais do ponto de vista da agência dos mesmos não é discutida.

Assim para pensarmos em uma geografia animal brasileira precisamos pensar primeiramente em como a questão animal permeou a história brasileira, fazendo um resgate histórico da nossa relação com os animais não-humanos.

Um primeiro passo para essa história dos animais no Brasil foi dado por Aprobato Filho (2013) e Maria Esther Maciel (2011). Antes de discutirmos estas abordagens, devemos nos voltar as ideias de agência e sua influência na questão espacial.

Howell (2017) aponta que em um jogo de soma zero, a soberania de nossa agência como humanos individualmente parece depender de outros animais, mas é relevado para um segundo plano como membros de um reino “inferior”.

A agência é concebida como um complemento e uma correção a arrogante ênfase das estruturas de poder da “sociedade” ou “cultura”, nesse sentido a agência, como aponta Howell (2017) é uma forma de resistir as formas de pensar a cultura como supraorgância, como estrutura determinante das ações e como forma de empoderamento de indivíduos, não importando para Howell se são humanos ou não-humanos.

Essa perspectiva traz à tona a agência como forma de repensarmos a formação do espaço e, na nossa proposta, de pensarmos em uma geografia animal brasileira, onde a agência dos animais, apesar de ser intencionalmente ignorada, não pode deixar de ser notada.

Pensar a agência como forma de co-evolução ou de co-participação de diferentes agentes na formação da sociedade contemporânea não é de todo ignorado em outros tempos na ciência geográfica.

O geógrafo e anarquista Peter Kropotkin em sua obra “Ajuda Mútua” já apontava a colaboração, a ajuda mútua como forma de evolução e evidente em diferentes espécies animais e humanos. Suas ideias, no entanto, não

ecoaram de forma a repercutir na geografia brasileira contemporânea. Apesar disso, sua visão de descentralidade da agência nos parece muito atual.

Howell, mesmo não apresentando a leitura de Kropotkin, segue no mesmo caminho, apontando que: “*A agência é melhor vista como um produto das **relações** entre um todo de uma séria de agentes em um sistema dinâmico.*” (HOWELL, 2017 p.13)

O que aponta Howell, Kropotkin, Latour e outros é que a humanidade não mais detém o poder soberano sobre a agência e sim, compartilha a agência com outros não-humanos, mas o que isso significa na realidade ou na ótica das relações espaciais entre humanos e não-humanos no Brasil?

Apontamos aqui que nossa proposta e nossa abordagem privilegia uma visão descentralizada e, de certo modo, anarquista no sentido de não haver uma hierarquização clara e absoluta entre humanos e animais, ao menos quando falamos dos animais de companhia e como veremos ao longo de nossa história com cães de comunidade. Essa abordagem propõe que algumas de nossas relações com os animais são mais horizontadas do que imaginamos.

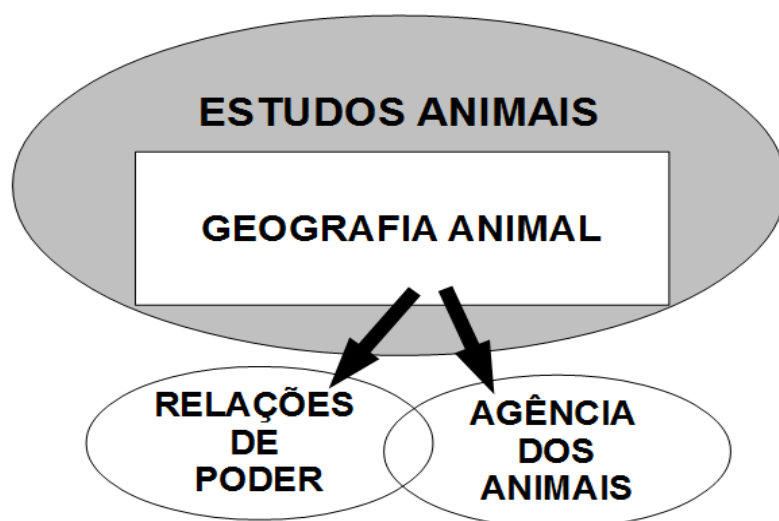
Aponta-se, portanto, para uma relação mais profunda dos Estudos Animais, principalmente na Geografia Animal, com o cerne destas discussões girando em torno de duas proposições fundamentais:

1º - as relações de poder;

2º - a agência dos animais;

Essas proposições fundam o centro das discussões sobre a interação humano-animal nos estudos da Geografia Animal, de forma didática poderíamos apontar a figura abaixo como uma síntese dos estudos.

Figura 04: Cerne da discussão em Geografia Animal



Fonte: Autor (2016)

Essa representação esquemática pode nos guiar a analisar os estudos em Geografia Animal, centrando suas discussões em dois eixos: as relações de poder e a agência dos animais.

Esses eixos podem ser independentes entre si, ou interdependentes entre si. Analisando as obras e os inúmeros trabalhos da Geografia Animal em sua terceira fase, pode-se afirmar que todos apontam para uma dessas temáticas como cerne de suas discussões.

Outro ponto de destaque é que essa representação pode auxiliar aos geógrafos brasileiros a apontarem novos estudos nesse campo ainda embrionário no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

If dogs run free, then what must be
 Must be, and that is all
 True love can make a blade of grass
 Stand up straight and tall
 In harmony with the cosmic sea
 True love needs no company
 It can cure the soul, it can make it whole
 If dogs run free
 If Dogs Run Free (Bob Dylan)

Na canção de Bob Dylan “If Dogs Run Free”, ele afirma: “[...] se os cães correm livres, então nós devemos ser [...]”. Essa alegoria pode nortear nossas considerações finais.

Nesse sentido, podemos pensar em passado (onde estava e de onde veio), presente (o que é hoje) e futuro (para onde se encaminha) a *Animal Geographies*.

Quanto ao passado da Animal geography, vimos as fases dessa abordagem e como ela permeia a relação do homem com seu mundo e da complexidade dessa relação.

Assim, a primeira fase da Animal geographies, ligada ao naturalismo inicialmente e depois ligado a dispersão e territorialidade dos animais no espaço. Uma territorialidade de dispersão e ocorrência, não relacionada às questões políticas da nova abordagem territorial.

A biogeografia representa muito bem essa primeira fase onde, o domínio humano sobre o mundo natural se evidencia e traz diversas ponderações, no nosso entendimento. Primeiramente pela maior participação e importância dos animais na própria construção da humanidade do que se percebe neste período e como contraponto do antropocentrismo e eurocentrismo evidente nessa primeira fase da Animal geography.

Voltando para a alegoria de Dylan, os animais “correm livres”, mas a relação entre humanos e animais é afastada e formam dois mundos distintos em constante conflito.

Num segundo momento, representando a segunda fase da *Animal geography*, a apropriação do animal enquanto objeto vivo dentro da geografia cultural clássica de Carl Sauer e da escola de Berkeley. Nesta perspectiva a relação homem-animal é vista mais próxima, apesar de os animais não serem considerados como seres autônomos, mas como objetos de uma cultura, portanto como elementos estruturantes de determinadas culturas.

A geografia cultural clássica mostra os animais como outro objeto da cultura de determinados grupos sociais, suas relações, sua produção e reprodução como fundamento de uma superestrutura. Essa abordagem atribui maior espaço aos animais, mas mantém o status do mesmo em sua subalternidade.

A liberdade de “correrem livres”, na alegoria de Dylan, depende da vontade e da estrutura cultural dos homens que os criam, caçam e os combatem. Longe e ter seu status alterado, tem mais espaço e mais influência sob os humanos, mas mantém-se sob sua dominação.

Em sua terceira fase, a geografia animal, principalmente nos autores anglo-saxões, apresenta justamente uma grande ruptura no status dos animais, tanto humanos como não-humanos.

A partir de novas perspectivas das teorias sociais, de movimentos sociais e de reflexões sobre as questões morais, a posição, o status e o próprio entendimento sobre os animais se alterou. É neste ponto que as relações humano-animal são mais visíveis e sua interação compreendida como relação mútua na construção social.

Lembrando a alegoria na canção de Dylan, se os cães “correm livres” então devemos também. A interpenetração entre humanidade e animalidade nessa perspectiva mostra o quanto estamos ligados aos animais.

Uma revisão da história do animal geographies nos mostra o quanto a abordagem dessa terceira fase tem implicações sobre nossa compreensão do espaço e sua construção. A revisão histórica de Philo e Howell, nos apresentam essa revisão das relações de poder e da agência dos animais na Inglaterra vitoriana.

Wolch representa, nesse sentido, outro campo de interpretações dos animais nessa terceira fase, onde a construção, planejamento e gestão dos espaços deve ser pensado levando-se em conta a agência dos animais também.

Srinivasan e Armstrong, aparecem aqui como representantes de outra perspectiva dessa abordagem que vai além das interpretações eurocêntricas e anglo-saxã da relação humano-animal introduzindo o componente do pós-colonialismo na discussão. Há uma Animal geography nos países colonizados? Tal questionamento aponta para novos horizontes do animal geographies.

Sem dúvida há outras abordagens sobre a Animal geographies como aponta Marchand (2016), porém a busca desta tese foi em direção da perspectiva anglo-saxã e, também, expor as ideias dessa abordagem para a geografia brasileira de forma a suscitar o interesse dessa temática entre os geógrafos do Brasil.

Retomando os grandes temas dos trabalhos em Animal geographies anglo-saxã, verificamos que as temáticas propostas por Urbanik (2013),

como podemos verificar no quadro x, são o ponto central das discussões contemporâneas da temática:

Quadro 6: Temáticas dos estudos da animal geographies contemporâneo

EIXOS TEMÁTICOS	AUTORES	TRABALHOS
Discussão teórica	Whatmore (2002)	Hibridismo
	Hobson (2007)	Política
Geografia Animal Urbana	Wolch(1996, 2002)	Zoopolis
	Philo (2000)	Cidades vitorianas
Ética animal	Lynn (2000)	Geoética
	Jones (2000)	Ética da alteridade
Identidade social / diferenciação	Howell (2002)	Animais de companhia no período vitoriano
	Nast (2013)	Animais de rinha dos negros americanos
Animais como sujeitos	Wilbert (2002)	Resistência animal
	White (2015)	Anarquismo e resistência animal
Pets	Power (2008)	Furrie families
	Fox (2009)	Negociação cotidiana dos espaços animais
Animais de trabalho	Anderson (2006)	Zoológicos
	Urbanik (2012)	Laboratórios
Animais de produção	Hovorka (2012)	África
	Buller (2013)	Gado britânico
Animais silvestres	Emel (1998)	Lobos
	Lulka (2013)	Vida selvagem

Fonte: (autor, 2016)

Nota-se que as temáticas e os eixos temáticos aqui expostos, proporcionam novos estudos e horizontes para a geografia brasileira. Esse norte de trabalhos já realizados permite-nos refletir sobre alguns pontos problemáticos para a adoção desta perspectiva no Brasil e também sobre as possibilidades futuras deste campo nos países pós-colonialistas, em especial para as possibilidades de estudo no Brasil.

Aqui vale notar que alguns poucos trabalhos já vêm sendo realizados no Brasil, mas a temática ainda carece de maior apoio e atenção da academia brasileira.

Dentre os eixos problemáticos que destacamos, as questões das relações de poder entre humanos e animais destaca-se, por se mostrar também, como possibilidade de aproximação entre as relações humanas pós-colonialistas. Isto é, a lógica de subalternidade e inferioridade das relações entre humanos e animais é a mesma das relações de subalternidade e dominação das relações humanas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, heranças das relações coloniais que se fizeram presente durante os períodos de domínio colonial e que se mantêm nas relações verticalizadas entre esses países até os dias de hoje nas culturas e identidades.

Não nos cabe aqui discorrer sobre a temática, mas vale a pena apontar para as obras de Roberto Da Matta no tocante a construção de uma identidade brasileira subalterna.

Outro eixo problemático que nos interessa e que se destaca é a questão da agência dos animais. Essa questão permeia quase todos os estudos contemporâneos do animal geographies. Ao observarmos os eixos temáticos do quadro X verificamos que, mesmo implicitamente, o agenciamento ou a agência dos animais é fator marcante nessas novas perspectivas e abordagens.

Assim, a agência dos animais é, ao mesmo tempo, um fator de destaque e um fator de problemas no momento em que a própria ideia de agência carece de aceitação e de discussão no campo da geografia brasileira. Apesar de discussões sobre a agência da cultura como propõe Linda McDowell (1996), na

geografia cultural contemporânea em texto traduzido em livro clássico da temática da geografia contemporânea.

Não nos cabe aqui fazer novamente a discussão da agência como elemento fundamental da *animal geographies*, mas vale reforçarmos com as palavras de Philip Howell (2017) ao afirmar que interessa menos saber se os animais tem ou não agência, mas o que devemos fazer com essa possibilidade. Outro ponto discutido por Howell (2017) é que a humanidade não se faz menor por compartilhar a agência com os animais, como aponta Marchand (2016) na sua análise da *Animal geographies* francesa. Essa discussão nos mostra o cenário atual, presente da *Animal geographies*. Ainda temos que superar essas barreiras para dar continuidade aos estudos deste campo.

Assim, propor uma nova leitura dessas relações, apontar o caminho em que segue a *Animal geographie* e a sua inserção no campo brasileiro é um enorme desafio e desejamos apenas apontar alguns indícios e rotas possíveis.

A proximidade destes estudos com as questões antropológicas sobre a origem e a formação da humanidade em si é talvez uma dos melhores indícios dos caminhos a serem tomados por uma geografia animal brasileira. Estudos como os de Viveiros de Castro, Vander Velden, entre outros, pode nortear como essas relações com os animais também afetam nossas relações com o espaço e sua própria gênese. Uma interpretação pós-colonial com olhar para nossas próprias raízes e de como essas interpretações podem contribuir significativamente para esse campo, inclusive com uma revisão do próprio campo em si.

Outro caminho que se aponta é o da interrelação entre geografia e história, mostrando como a construção e formação dos espaços, principalmente urbanos, está intrinsecamente ligada com as relações com os animais. Uma

antecipação dessa visão é a apresentada por Nelson Aprobato Filho (2013) que em sua tese de doutoramento aponta as relações entre os animais e a construção da ciência paulistana através de legislações concernentes aos animais desde a formação da cidade de São Paulo até a Revolução Sanitarista nas décadas de 1920-1930.

A aproximação com a história e a perspectiva da agência animal formam, ao nosso olhar, o norte dos estudos animais dentro da geografia brasileira. A construção social dos espaços, principalmente urbanos, a formação dos caminhos viários e a relação contemporânea com os animais pets nos parece ser profícuos para a realização de estudos quer aqui apontamos a partir desta abordagem das relações de poder e da agência dos animais.

De uma forma sincrética, como uma nova roupagem de um hibridismo humano-animal, visto que os trópicos já foram vistos como tórridos (COSGROVE, 1984), pode ser revisto agora como híbrido no sentido de uma proximidade com uma animalidade que começa a ser revista pela *Animal geographies*.

Por fim, outra perspectiva que vislumbramos é a possibilidade de uma abordagem anarquista, no sentido de não-hierarquizada e não dominatória, nas relações contemporâneas entre humanos e animais de companhia no Brasil, desde os animais de comunidade (portanto sem donos, mas membro da mesma) às relações de interação entre os pets e seus espaços domésticos.

Também não faremos aqui um desdobramento dessas ideias e possibilidades, mas deixaremos claro o rumo a ser seguido em novos estudos, apontando e buscando por uma geografia animal brasileira.

6 REFERÊNCIAS

ADAMS, Carol J. **The sexual politics of meat: A feminist-vegetarian critical theory**. Bloomsbury Publishing, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. **The open: Man and animal**. Stanford: Stanford University Press, 2004.

ANDERSON, K. A walk on the wild side: A critical geography of domestication. **Progress in Human Geography**, 21, 463-485, 1997.

ANDERSON, K.. Culture and nature at the Adelaide Zoo: At the frontiers of 'human' geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, 20 (ns), 275-294, 1995.

ANDERSON, Virginia DeJohn. **Creatures of Empire: How domestic animals transformed early America**. Oxford University Press, 2006.

APROBATO FILHO, Nelson. **O couro e o aço: sob a mira do moderno -**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-16072007-113730. Acesso em: 2016-11-21.

ARENDT, Hannah. A condição humana, trad. **Roberto Raposo, Forense Universitária, Rio de Janeiro**, 1983.

ARLUKE, Arnold. A sociology of sociological animal studies. **Society and Animals**, v. 10, n. 4, p. 369-374, 2002.

ARLUKE, Arnold. **Regarding animals**. Pearson Education, 1996.

ARMSTRONG, Philip. The postcolonial animal. **Society and Animals**, v. 10, n. 4, p. 413-420, 2002.

ARMSTRONG, Philip. The postcolonial animal. **Society and Animals**, v. 10, n. 4, p. 413-420, 2002.

BARNES, Trevor J.; DUNCAN, James S. (Ed.). **Writing worlds: discourse, text and metaphor in the representation of landscape**. Routledge, 2013.

BEAR, Christopher. Being Angelica? Exploring individual animal geographies. **Area**, v. 43, n. 3, p. 297-304, 2011.

BENTON, T. **Natural Relations: Ecology, Animal Rights and Social Justice**. Londres: Verso, 1993.

BEST, Steven; NOCELLA, Anthony J. (Ed.). **Terrorists or freedom fighters?: Reflections on the liberation of animals**. Lantern Books, 2004.

BEST, Steven; NOCELLA, Anthony J. (Ed.). **Terrorists or freedom fighters?: Reflections on the liberation of animals**. Lantern Books, 2004.

BHABHA, Homi K. **The location of culture**. Psychology Press, 1994.

BIRKE, Lynda. Intimate familiarities? Feminism and human-animal studies. **Society and Animals**, v. 10, n. 4, p. 429-436, 2002.

BOOKCHIN, Murray. Radical politics in an era of advanced capitalism. **Our Generation**, v. 21, n. 2, p. 1-12, 1990.

BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. **Usos e abusos da história oral**, v. 4, p. 183-191, 1996.

BRAUN, Bruce. Environmental issues: writing a more-than-human urban geography. **Progress in human geography**, v. 29, n. 5, p. 635-650, 2005.

BROWN, Michael; RASMUSSEN, Claire. Bestiality and the queering of the human animal. **Environment and planning. D, Society and space**, v. 28, n. 1, p. 158, 2010.

BROWNLOW, Alec. A wolf in the garden. In PHILO, C., & WILBERT, C. (Eds.). **Animal spaces, beastly places: New geographies of human-animal relations**. New York: Routledge, , p. 143, 2000.

BRUSH, C. C.; EHRENFELD, D. W. Control of white-tailed deer in non-hunted reserves and urban fringe areas. **Wildlife conservation in metropolitan environments. National Institute for Urban Wildlife, Columbia, Maryland, USA**, p. 59-66, 1991.

BULLER, Henry. Animal geographies I. **Progress in Human Geography**, v. 38, n. 2, p. 308-318, 2014.

BULLER, Henry. Animal geographies II Methods. **Progress in Human Geography**, p. 0309132514527401, 2014.

BULLER, HENRY. De la terre au territoire: the reinvention of French rural space. **Modern & Contemporary France**, v. 11, n. 3, p. 323-334, 2003.

BULLER, HENRY. Is it the same animal?. **Agricultural transformation, food and environment: perspectives on European rural policy and planning-Volume 1**, p. 165-191, 2001.

BULLER, Henry; MORRIS, Carol. Farm Animal Welfare: A New Repertoire of Nature-Society Relations or Modernism Re-embedded?. **Sociologia Ruralis**, v. 43, n. 3, p. 216-237, 2003.

CALARCO, Matthew. **Zoographies: The question of the animal from Heidegger to Derrida**. Columbia University Press, 2008.

CALLON, Michel. "Society in the making: the study of technology as a tool for sociological analysis." **The social construction of technological systems: New directions in the sociology and history of technology** (1987): 83-103.

CALLON, Michel. "Some elements of a sociology of translation." **The science studies reader** (1999): 67.

CANSDALE, George. **Zoo Babies**. Hutchinson, 1952.

CARTMILL, M. **View to a Death in the Morning**, Cambridge: Harvard University Press, 1993;

CASTREE, Noel; NASH, Catherine. **Posthuman geographies**. 2006.

CASTRICANO, Jodey (Ed.). **Animal subjects: An ethical reader in a posthuman world**. Wilfrid Laurier Univ. Press, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Vozes, 1994

CHAPUIS, Nicole; VARLET, Christian. Short cuts by dogs in natural surroundings. **The Quarterly Journal of Experimental Psychology**, v. 39, n. 1, p. 49-64, 1987.

CHENEY, Dorothy; SEYFARTH, Robert. Attending to behaviour versus attending to knowledge: examining monkeys' attribution of mental states. **Animal Behaviour**, v. 40, n. 4, p. 742-753, 1990.

CLIFTON, M. Urban wildlife: reclaiming their birthright. **Animals' agenda**, 1992.

COCHRANE, Alasdair. **An introduction to animals and political theory**. Macmillan Publishers Limited, 2010.

COLTRO, Fábio Luiz Zanardi. Uma reflexão sobre a relação humano-animal na sociedade contemporânea ea ligação com a geografia. **Terr@ Plural**, v. 7, n. 3, p. 207-222, 2014.

COLTRO, Fábio Luiz Zanardi; FERREIRA, Yoshiya Nakagawara. Especismo ea percepção dos animais-doi: 10.4025/actascihumansoc. v33i1. 7827. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, v. 33, n. 1, p. 75-80, 2011.

COOPER, James A. Canada goose management at the Minneapolis-St. Paul International Airport. **Wildlife Conservation in Metropolitan Environments**, v. 2, p. 175-183, 1991.

COSGROVE, Denis E. **Social formation and symbolic landscape**. London: Croom Helm, 1984.

COSGROVE, Denis; DANIELS, Stephen (Ed.). **The iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments**. Cambridge University Press, 1988.

CRESSWELL, Tim. **In place-out of place: geography, ideology, and transgression**. U of Minnesota Press, 1996.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Zahar Editores, 1983.

DA SILVA MELLO, Antônio. **A Superioridade Do Homem Tropical**. Editora

Civilização Brasileira, 1965.

DARLING, F. Fraser. Man's ecological dominance through domesticated animals on wild lands. **Man's Role in Changing the Face of the Earth**, v. 2, 1956.

DARWIN, Charles. On the origin of species by means of natural selection, 1859. **Murray, London**, 1991.

DAVIES, Gail. Virtual animals in electronic zoos: the changing geographies of animal capture and display. 2000.

DE PLANHOL, Xavier. Le paysage animal. **L'homme et la grande faune: une zoogéographie historique**, p. 41, 2004.

DE WAAL, Frans. **Chimpanzee politics: Sex and power among apes**. London, UK: Jonathan Cape, 1982.

DE WAAL, Franz. **The Ape And The Sushi Master Reflections Of A Primatologist**. Basic Books, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **A thousand plateaus: Capitalism and schizophrenia**. Bloomsbury Publishing, 1988.

DEMERRITT, David. Ecology, objectivity and critique in writings on nature and human societies. **Journal of Historical Geography**, v. 20, n. 1, p. 22-37, 1994.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. Unesp, 2002.

DESPRET, Vinciane. Sheep do have opinions. **Making Things Public. Atmospheres of Democracy**, 2006

DONALDSON, Sue; KYMLICKA, Will. **Zoopolis: A political theory of animal rights**. Oxford University Press, 2011.

DONKIN, R. A. **Meleagrids: an historical and ethnogeographical study of the guinea fowl**. Ethnographica, 1991.

DOUGLAS, M. **Implicit Meanings**, London: Routledge and Kegan Paul, 1975.

DOUGLAS, **Mary. Pureza e perigo**: ensaio sobre a noção de poluição e tabu. Lisboa: Edições, v. 70, 1991.

DOUGLAS, Mary. Purity and danger: an analysis of the concepts of pollution and taboo. **Londres, Routledge and Kegan Paul**, v. 1, p. 984, 1966.

EINARSSON, Niels. All animals are equal but some are cetaceans. **Environmentalism: the view from anthropology**, p. 73-84, 1993.

ELDER, G., WOLCH, J., & EMEL, J.. Le pratique sauvage: Race, place, and the humananimal divide. In J. WOLCH & J. EMEL (Eds.), **Animal geographies**: Place, politics, and identity in the nature-culture borderlands (pp. 72-90). London: Verso, 1998.

EMEL, Jody. Are you man enough, big and bad enough? Ecofeminism and wolf eradication in the USA. **Environment and Planning D**, v. 13, p. 707-734, 1995.

EMEL, Jody; WILBERT, Chris; WOLCH, Jennifer. Animal Geographies. **Society & Animals**, Cambridge, v. 10, n. 04, 2002. p. 407-412.

FANON, Frantz. **Black Skin, White Masks**. 1952. Ed. Charles Lam Markmann. New York, 1967.

FANON, Frantz. **The wretched of the earth**. Vol. 390. Grove Press, 1965.

FELIPE, Sônia T. Agência e paciência moral: razão e vulnerabilidade na constituição da comunidade moral. **ethic@-An international Journal for Moral Philosophy**, v. 6, n. 3, p. 69-82, 2007a.

FELIPE, Sonia T. **Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas**. Ed. da UFSC, 2007b.

FIDDES, Nick. **Meat: A natural symbol**. Routledge, 2004.

FOSSEY, Dian. **Gorillas in the Mist**. Houghton Mifflin Harcourt, 2000.

FOUCAULT, Michel O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L., RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). 4. tiragem. 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Graal, 2001

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder; organização e tradução de Roberto Machado. **Rio de Janeiro: Edições Graal**, 1979.

FOUCAULT, Michel. The subject and power. **Critical inquiry**, p. 777-795, 1982.

FOX, Rebekah. Animal behaviours, post-human lives: Everyday negotiations of the animal–human divide in pet-keeping. **Social & Cultural Geography**, v. 7, n. 4, p. 525-537, 2006.

FRANKLIN, Adrian. **Animals and modern cultures: A sociology of human-animal relations in modernity**. Sage, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. J. Olympio, 1933.

FUDGE, Erica (Ed.). **Renaissance Beasts: of animals, humans, and other wonderful creatures**. University of Illinois Press, 2004.

FUDGE, Erica. A left-handed blow: Writing the history of animals. **Representing animals**, v. 26, p. 3, 2002c.

FUDGE, Erica. **Animal**. Reaktion books, 2002a.

FUDGE, Erica. **Brutal Reasoning: Animals, Rationality, and Humanity in Early Modern England**. Cornell University Press, 2006.

FUDGE, Erica. **Brutal reasoning: animals, rationality, and humanity in early modern England**. Cornell University Press, 2006.

FUDGE, Erica. **Perceiving animals: Humans and beasts in early modern English culture**. University of Illinois Press, 2002b.

FUDGE, Erica. **Pets: art of living**. Acumen Press, Stocksfield, 2008.

GADE, Daniel W. The guinea pig in Andean folk culture. **Geographical Review**, p. 213-224, 1967.

GALDIKAS, Biruté Marija Filomena; GLADIKAS, Birute M. **Reflections of Eden: My years with the orangutans of Borneo**. Little, Brown, 1995.

GARNER, Robert. Political science and animal studies. **Society and Animals**, v. 10, n. 4, p. 395-402, 2002.

GARRAFA, Volnei. Inclusão social no contexto político da bioética. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 1, n. 2, p. 122-32, 2005.

GARRAFA, Volnei; PRADO, Mauro Machado de. A Bioética e as tentativas de mudanças na Declaração de Helsinque. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO**. 2002.

GELL, Alfred. **Art and agency: an anthropological theory**. Oxford: Clarendon, 1998.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Unesp, 1991.

GILLESPIE, Dair L.; LEFFLER, Ann; LERNER, Elinor. **Safe in Unsafe Places: Leisure, Passionate Avocations, and the Problematizing of Everyday Public Life**. 1996.

GOLDIM, José Roberto. Bioética: origens e complexidade. **Revista HCPA**, v. 26, n. 2, p. 86-92, 2006.

GOODALL, Jane. **The chimpanzees of Gombe: Patterns of behavior**. 1986.

GOODMAN, D. & REDCLIFT, M. **Refashioning Nature – Food, ecology and Nature**. London: Routledge, 1991.

GORRIE, P. Urban squatters. **Canadian Geographic**, v. 112, n. 5, p. 38-45, 1992.

GRAHAM, Michael. Harvests of the seas. **Man's Role in Changing the Face of the Earth**, p. 487-503, 1956.

GREGORY, Derek. **Geographical imaginations**. Oxford: Blackwell, 1994.

GRIFFIN, Donald R. Animal thinking. **American Scientist**, 1984.

GROSSMAN, Lawrence S. Sheep, coffee prices, and ceremonial exchange in Papua New Guinea. **Geographical Review**, p. 315-330, 1984.

GUHA, Ranajit, and SPIVAK, Gayatri Chakravorty, eds. **Selected subaltern studies**. Oxford University Press, 1988.

HANSON, Susan; PRATT, Geraldine. **Gender, work, and space**. Psychology Press, 1995.

HARAWAY, Donna. A manifesto for cyborgs: Science, technology, and socialist feminism in the 1980s. **Feminism/postmodernism**, p. 190-233, 1990.

HARAWAY, Donna. **Primate visions: Gender, race, and nature in the world of modern science**. Psychology Press, 1989.

HARAWAY, Donna. **The companion species manifesto: Dogs, people, and significant otherness**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003

HARTSHORNE, Richard. The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 29, n. 03 e 04, p. 01-482, 1939.

HINCHLIFFE, Steve et al. Urban wild things: a cosmopolitical experiment. **Environment and Planning D**, v. 23, n. 5, p. 643, 2005.

HOBSON, Kersty. Political animals? On animals as subjects in an enlarged political geography. **Political Geography**, v. 26, n. 3, p. 250-267, 2007.

HOLLOWAY, Lewis. Aesthetics, genetics, and evaluating animal bodies: locating and displacing cattle on show and in figures. **Environment and Planning D**, v. 23, n. 6, p. 883, 2005.

HOLLOWAY, Lewis. Pets and protein:: placing domestic livestock on hobby-farms in England and Wales. **Journal of Rural Studies**, v. 17, n. 3, p. 293-307, 2001.

HOLLOWAY, Lewis. Subjecting cows to robots: farming technologies and the making of animal subjects. **Environment and Planning D**, v. 25, n. 6, p. 1041, 2007.

HORTON, Tom. Deer on your doorstep. **The New York Times Magazine**, p. 29ff, 1991.

HOVORKA, Alice. Transspecies urban theory: chickens in an African city. **cultural geographies**, v. 15, n. 1, p. 95-117, 2008.

HOWELL, Philip. A place for the animal dead: pets, pet cemeteries and animal ethics in late Victorian Britain. **Ethics, Place & Environment**, v. 5, n. 1, p. 5-22, 2002.

HOWELL, Philip. Flush and the banditti. In PHILO, Chris; WILBERT, Chris (Ed.). **Animal spaces, beastly places: New geographies of human-animal relations**. Psychology Press, p. 37, 2000.

HOWELL, Philip. The Dog Fancy at War: Breeds, Breeding, and Britishness, 1914-1918. **Society and Animals**, v. 21, n. 6, p. 546-567, 2013.

HRIBAL, Jason. "'Animals are part of the working class': a challenge to labor history." **Labor history** 44.4 (2003): 435-453.

HRIBAL, Jason. "Animals, agency, and class: Writing the history of animals from below." *Human Ecology Review* 14.1 (2007): 101.

INGOLD, T. **What Is Animal?** London: Routledge, 1994.

INGOLD, Tim. 3 Culture and the perception of the environment. **Bush base: Forest farm: Culture, environment, and development**, p. 39, 1992.

INGOLD, Tim. Building, dwelling, living: how animals and people make themselves at home in the world. **Shifting contexts. Transformations in anthropological knowledge**, p. 57-80, 1995.

INSTONE, Lesley. The coyote's at the door: Revisioning human-environment relations in the Australian context. **Cultural Geographies**, v. 5, n. 4, p. 452-467, 1998.

JAMESON, Fredric (Ed.). **Postmodernism, or, the cultural logic of late capitalism**. Duke University Press, 1991.

JAPIASSÜ, Hilton. **Nascimento e morte das ciências humanas**. Livraria F. Alves Editora, 1978.

JOHNSON, Nuala C.; SCHEIN, Richard H.; WINDERS, Jamie. **The Wiley-Blackwell companion to cultural geography**. John Wiley & Sons, 2013.

JOHNSON, Walter. On agency. **Journal of Social History**, v. 37, n. 1, p. 113-124, 2003.

JOHNSTON, Catherine. Beyond the clearing: towards a dwelt animal geography. **Progress in Human Geography**, v. 32, n. 5, p. 633-649, 2008.

JONES, Owain. (Un) ethical geographies of human—non-human relations. in PHILO, Chris; WILBERT, Chris (Ed.). **Animal spaces, beastly places: New geographies of human-animal relations**. Psychology Press, p. 268, 2000.

JONES, Owain. The restraint of beasts: Rurality, animality. Actor network theory and dwelling. **Country visions**, p. 283-307, 2003.

KELLERT, Stephen R. et al. **Knowledge, affection and basic attitudes toward animals in American society**. US Dept. of the Interior, Fish and Wildlife Service, 1980

KELLERT, Stephen R. et al. Public attitudes toward critical wildlife and natural habitat issues. Phase 1. **Government Reports, Announcements and Index, National Technical Information Service (NTIS), US Department of Commerce**, v. 80, n. 9, 1980.

KETE, Kathleen. **The beast in the boudoir: Petkeeping in nineteenth-century Paris**. Univ of California Press, 1994.

KNIGHT, John (Ed.). **Natural enemies: people-wildlife conflicts in anthropological perspective**. Psychology Press, 2000.

KRISTEVA, Julia. **Powers of horror**. New York: Columbia University Press, 1982.

KROPOTKIN, Peter. **Mutual aid: A factor of evolution**. Courier Dover Publications, 2012.

LANDES, Joan B.; LEE, Paula Young; YOUNGQUIST, Paul (Ed.). **Gorgeous Beasts: Animal Bodies in Historical Perspective**. Penn State Press, 2012.

LATOUR B. Mixing Humans and nonhumans together: The sociology of a door-closer. **Social Problems** 1988; 3(pt35):p-298-310.

LATOUR, B. *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Clarendon. 2005.

LATOUR, Bruno. "Technology is society made durable." **The Sociological Review** 38.S1 (1990): 103-131.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**. Unesp, 2000.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. On recalling ANT. **The Sociological Review**, v. 47, n. S1, p. 15-25, 1999.

LATOUR, Bruno. **Pandora's hope: essays on the reality of science studies**. Harvard University Press, 1999.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Edusc, 2004.

LATOUR, Bruno. Postmodern? No, simply a modern! Steps towards an anthropology of science. **Studies In History and Philosophy of Science Part A**, v. 21, n. 1, p. 145-171, 1990.

LATOUR, Bruno. **The pasteurization of France**. Harvard University Press, 1993.

LAURIER, Eric; MAZE, Ramia; LUNDIN, Johan. Putting the dog back in the park: animal and human mind-in-action. **Mind, Culture, and Activity**, v. 13, n. 1, p. 2-24, 2006.

LAW, John, and Annemarie Mol. "Globalisation in practice: on the politics of boiling pigswill." **Geoforum** 39.1 (2008): 133-143.

LAW, John, Notes on the theory of the actor-networking: ordering, strategy and heterogeneity. **Systems Practice**, v.5, n.3, 1992.

LAW, John. "**Objects, spaces, others (draft)**." Centre for Science Studies and the Department of Sociology Working Papers, Lancaster University (2000).

LAW, John. After ANT: complexity, naming and topology. **The Sociological Review**, v. 47, n. S1, p. 1-14, 1999.

LAW, John. **Organizing modernity**. Oxford: Blackwell, 1994.

LAW, John; LIEN, Marianne Elisabeth. Slippery: Field notes in empirical ontology. **Social Studies of Science**, v. 43, n. 3, p. 363-378, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Blackwell: Oxford, 1991.

LESTEL, Dominique. **As origens animais da cultura**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001

LÉVI-STRAUSS, Claude. **The savage mind**. University of Chicago Press, 1966.

LORIMER, Hayden. Cultural geography: the busyness of being 'more-than-representational'. **Progress in human geography**, v. 29, n. 1, p. 83-94, 2005.

LORIMER, Hayden. Cultural geography: worldly shapes, differently arranged. **Progress in Human Geography**, v. 31, n. 1, p. 89, 2007.

LORIMER, Hayden. Herding memories of humans and animals. **Environment and Planning D**, v. 24, n. 4, p. 497, 2006.

LORIMER, Jamie. Nonhuman charisma. **Environment and Planning D**, v. 25, n. 5, p. 911, 2007.

LORIMER, Jamie; SRINIVASAN, Krithika. Animal geographies. **The Wiley-Blackwell Companion to Cultural Geography**, p. 332-342, 2013.

LOVELOCK, James. **The ages of Gaia: A biography of our living earth**. Oxford University Press, 1995.

LOWRY, Elizabeth; MIELE, Mara. The taste of happiness: Free-range chicken. **Environment and Planning A**, v. 43, p. 2076-2090, 2011.

LULKA, David. Embodying anthropomorphism: Contextualizing commonality in the material landscape. **Anthrozoos: A Multidisciplinary Journal of The Interactions of People & Animals**, v. 21, n. 2, p. 181-196, 2008.

LULKA, David. Stabilizing the herd: fixing the identity of nonhumans. **Environment and Planning D**, v. 22, p. 439-464, 2004.

LULKA, David. The residual humanism of hybridity: retaining a sense of the earth. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 34, n. 3, p. 378-393, 2009.

LYNN, W. S.. Animals, ethics and geography. In J. WOLCH & J. EMEL (Eds.), **Animal geographies: Place, politics, and identity in the nature-culture borderlands** (pp. 280-297). London: Verso. Animal Geographies . 411, 1998a.

LYNN, W. S.; SHEPPARD, E. Cities. **Patterned Ground: Entanglements of Nature and Culture**, p. 53-55, 2004.

LYNN, William S. Contested moralities: Animals and moral value in the Dear/Symanski debate. **Ethics, Place and Environment**, v. 1, n. 2, p. 223-242, 1998b.

MACIEL, Maria Esther (org.). **Pensar/escrever: O animal - Ensaios de zoopoética e biopolítica**. UFSC, 2011.

MACIEL, Maria Esther. **Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica**. 2011.

MACNAGHTEN, P. & URRY, J. Towards a sociology of nature, **Sociology**, 29 (2) p.124-137, 1995.

MARCOULATOS, I. Rethinking Intentionality: A Bourdieuan Perspective. **How Nature Speaks The Dynamics of the Human Ecological Condition**, Yrjo Haila and Chuck Dyke, Eds, p. 126-149, 2006.

MARVIN, Garry. **Wolf**. Reaktion Books, 2012.

MASSEY, Doreen. Pelo espaço. **Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, 2008.

MCDOWELL, Linda. A transformação da geografia cultural in GREGORY, Derek et al. **Geografia Humana**. Zahar, p. 159-188, 1996.

MCHUGH, Susan. **Animal Stories: narrating across species lines**. U of Minnesota Press, 2011.

MELSON, Gail F. Psychology and the study of human-animal relationships. **Society and Animals**, v. 10, n. 4, p. 347-352, 2002.

MENNELL, S. **All Manners of Food**. Oxford: Blackwell, 1993.

MORTON, Eugene S.; PAGE, Jake. **Animal talk: Science and the voices of nature**. Random House, 1992.

MULLIN, Molly. Animals and anthropology. **Society and Animals**, v. 10, n. 4, p. 387-394, 2002.

MURDOCH, Jon. **Post-structuralist geography: a guide to relational space**. Sage, 2005.

MURDOCH, Jonathan. Towards a geography of heterogeneous associations. **Progress in Human Geography**, v. 21, n. 3, p. 321-337, 1997.

MURPHY, Raymond. Sociology as if nature did not matter: an ecological critique. **British Journal of Sociology**, p. 688-707, 1995.

NAESS, Arne. Deep Ecology and Ultimate Premises. **Ecologist**, v. 18, p. 128-31, 1988.

NAGEL, Thomas. What is it like to be a bat? **The philosophical review**, p. 435-450, 1974.

NAGEL, Thomas. What is it like to be a bat?. **The philosophical review**, p. 435-450, 1974.

NAST, Heidi J. Critical pet studies?. **Antipode**, v. 38, n. 5, p. 894-906, 2006a.

NAST, Heidi J. Loving.... Whatever: Alienation, Neoliberalism and Pet-Love in the Twenty-First Century. **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, v. 5, n. 2, p. 300-327, 2006b.

NEWBIGIN, Marion Isabel. **Animal geography: The faunas of the natural regions of the globe**. Clarendon press, 1913.

NOSS, Reed F. A regional landscape approach to maintain diversity. **BioScience**, v. 33, n. 11, p. 700-706, 1983.

NYMAN, Jopi. **Postcolonial animal tale from Kipling to Coetzee**. Atlantic Publishers & Dist, 2003.

PALMER, Clare. **Animal ethics in context**. Columbia University Press, 2010.

PARKER, James W. Urban ecology of the Mississippi Kite. **Raptors in human landscapes: adaptation to built and cultivated environments (DM Bird, DE Varland, and JJ Negro, Eds.)**. Academic Press, London, United Kingdom, p. 45-52, 1996.

PEGGS, Kay. **Animals and sociology**. Palgrave Macmillan, 2012.

PHILO, C. Animals, geography and the city: Notes on inclusions and exclusions. **Environment and Planning D: Society and Space**, 13, 655-681, 1995.

PHILO, C., & WILBERT, C. (Eds.). **Animal spaces, beastly places**: New geographies of human-animal relations. New York: Routledge, 2000.

PHILO, Chris. Animals, geography, and the city: notes on inclusions and exclusions. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 13, p. 655-681, 1995.

PHILO, Chris. WOLCH, Jennifer. Through the Geographical Looking Glass: Space, Place, and Society-Animal Relations. **Society & Animals**, Cambridge, v. 06, n. 02, 1998. p. 103-118.

PHILO, Chris; WILBERT, Chris. . Animal Spaces, Beastly Places: an introduction. In: _____ (Org.). **Animal Spaces, Beastly Places**: new geographies of human-animal relations. London: Routledge, 2000. p. 01-35.

PICKLES, John. **Phenomenology, science and geography**. Cambridge, 1985.

PLUMWOOD, Val. "Dualism: the logic of colonisation." **Feminism and the Mastery of Nature** (1993): 41-68.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the Mastery of Nature**. Routledge, 1993

POTTER, Van Rensselaer. **Bioethics: bridge to the future**. 1971.

POWER, Emma. Furry families: making a human–dog family through home. **Social & Cultural Geography**, v. 9, n. 5, p. 535-555, 2008.

PRENANT, M. **Geographie Des Animaux**. 1933.

PRICE, Marie; LEWIS, Martin. The reinvention of cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 83, n. 1, p. 1-17, 1993.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **O problema nacional do Brasil**. Saga, 1960.

REGAN, T. **The case of animals rights**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 2006.

REGAN, Tom. **The case for animal rights**. Springer Netherlands, 1987.

RICHARDS, Robert J. **The romantic conception of life: science and philosophy in the age of Goethe**. University of Chicago Press, 2002.

RIFKIN, Jeremy. **Beyond beef: The rise and fall of the cattle culture**. New York: Dutton, 1992.

RITVO, H. **The Animal Estate: The English and other creatures in the Victorian age**. Cambridge: Harvard Press University, 1987.

RITVO, Harriet. History and animal studies. **Society and Animals**, v. 10, n. 4, p. 403-406, 2002.

ROE, Emma. Ethics and the non-human: the matterings of animal sentience in the meat industry. **Taking Place: Non-representational Theories and Geography** Eds **B Anderson, P Harrison (Ashgate, Aldershot, Hants) pp**, p. 261-280, 2010.

ROLLIN, Bernard E. **Animal rights and human morality**. Prometheus Books, 1992.

ROLLIN, Bernard E. Grounding science in ethics. **Metascience**, p. 1-4, 2014.

ROLLIN, Bernard. E. **Animal rights and human morality**. New York: Prometheus Books, 2006.

ROLLIN, Bernard. **Putting the Horse Before Descartes: My Life's Work on Behalf of Animals**. Temple University Press, 2011.

ROLLIN, Bernard. **The unheeded cry**. Lulu. com, 2010.

RUETHER, Rosemary Radford. **New woman, new earth: Sexist ideologies and human liberation**. Boston: Beacon Press, 1995.

- RYDER, Richard Dudley. **Animal revolution**: Changing attitudes towards speciesism. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. CUP Archive, 1986.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Editora Companhia das Letras, 2007.
- SAID, Edward. **Orientalism**. 1978. **New York: Vintage**, v. 1994, 1979.
- SAUER, Carl Ortwin. **Seeds, spades, hearths, and herds: the domestication of animals and foodstuffs**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1969.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel; STOECKLI, Pedro. "O que é um humano? Variações da noção de domesticação em Tim Ingold." **Anuário Antropológico II** (2012): 227-246.
- SERPELL, J. & PAUL, E. Pets and Positive attitudes to animals in MANNING, A & SERPELL, J.(eds), **Animals and Human Society**. London: Routledge, 2006
- SERPELL, J.(ed.),**The Domestic Dog**: Its evolution behaviour and interactions with people. Cambridge: Cambridge University Press. 1995
- SERPELL, J.,**In the Company of Animals**. A Study of Human-Animal Relationship. Cambridge: Cambridge University Press. 1996
- SEWELL JR, William H. A theory of structure: Duality, agency, and transformation. **American journal of sociology**, p. 1-29, 1992.
- SHAW, David Gary. Happy in our chains? Agency and language in the postmodern age. **History and Theory**, p. 1-9, 2001.
- SHEEHAN, James J.; SOSNA, Morton (Ed.). **The boundaries of humanity: Humans, animals, machines**. Univ of California Press, 1991.
- SHUKIN, Nicole. **Animal capital: Rendering life in biopolitical times**. U of Minnesota Press, 2009.
- SIBLEY, David. **Geographies of exclusion: Society and difference in the West**. Psychology Press, 1995.

SIMOONS, Frederick J.; BALDWIN, James A. Breast-feeding of animals by women: its socio-cultural context and geographic occurrence. **Anthropos**, p. 421-448, 1982.

SIMOONS, Frederick J.; SIMOONS, Elizabeth S. **A CEREMONIAL OX OF INDIA. THE MITHAN IN NATURE, CULTURE, AND HISTORY-WITH NOTES ON THE DOMESTICATION OF COMMON CATTLE.** TEXAS UNIV AT AUSTIN, 1967.

SINGER P., **Libertação Animal**, Porto Alegre, Lugano, 2004

SINGER, Peter. Animal Liberation: A New Ethics for our Treatment of Animals. New York Review. **Random House, Nova York/Londres/Nova York/Londres/Londres: New York Review & Random House/Cape/Avon/Paladin/Thorsons**, v. 1976, n. 1977, p. 1977, 1975.

SOJA, Edward W. **Postmodern geographies: The reassertion of space in critical social theory.** Verso, 1989.

SORRE, Maximilien. **Fondements de la géographie humaine.** 1947.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty et al. **The post-colonial critic: Interviews, strategies, dialogues.** New York: Routledge, 1990.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak?. 1988.

STEINER, Gary. **Anthropocentrism and its discontents:** The moral status of animals in the history of western philosophy. University of Pittsburgh Pre, 2010.

STOECKER, Ralf. Why Animals Can't Act. **Inquiry**, v. 52, n. 3, p. 255-271, 2009.

TESTER, K. **Animals and Society:** The humanity of animals rights London: Routledge, 1992.

THOMAS, K., **O Homem e o Mundo Natural.** São Paulo: Companhia das Letras.1983

THRIFT, Nigel. **Non-representational theory: Space, politics, affect.** Routledge, 2008.

TUAN, Yi-Fu. **Dominance & affection:** The Making of Pets. Yale University Press, 1984.

TWIGG, J. Vegetarianism and the meaning of meat in MORCOTT, A. (ed.) **The Sociology of Food and Eating** London: Gower , 1983.

TWINE, Richard. **Animals as biotechnology: Ethics, sustainability and critical animal studies**. Earthscan, 2010.

UFKES, Frances M. Lean and mean: US meat-packing in an era of agro-industrial restructuring. **ENVIRONMENT AND PLANNING D**, v. 13, p. 683-706, 1995.

URBANIK, Julie. **Placing Animals**: an introduction to the geography of human-animal relations. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, 2012.

URBANIK, Julie. **Placing animals: An introduction to the geography of human-animal relations**. Rowman & Littlefield, 2013.

VACCARO, Ismael; BELTRAN, Oriol. Consuming space, nature and culture: patrimonial discussions in the hyper-modern era. **Tourism Geographies**, v. 9, n. 3, p. 254-274, 2007.

VEYRET, Paul. **Géographie de l'élevage**. Gallimard, 1951.

VIALLES, N. **Animal to Edible**. Cambridge? Cambridge University Press, 1994.

VIDAL DE LA BLACHE, P. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa, Edições Cosmos, 1954.

WALLACE, Alfred Russel. **Contributions to the theory of natural selection**. Macmillan, 1871.

WARKENTIN, Traci. **Whale agency**: Affordances and acts of resistance in captive environments. 2009.

WHATMORE, Sarah. **Hybrid geographies: Natures cultures spaces**. Sage, 2002.

WHATMORE, Sarah; THORNE, Lorraine. Wild (er) ness: reconfiguring the geographies of wildlife. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 23, n. 4, p. 435-454, 1998.

WILBERT, C.,. Animal geographies. In: R. Kitchin and N. Thrift, eds. **International encyclopaedia of human geography**. Oxford: Elsevier, pp.122-126. 2009

WILBERT, Chris. **What is doing the killing?** Animal attacks, man-eaters, and shifting boundaries and flows of human-animal relations. 2006.

WITHAM, J. H.; JONES, J. M. Deer-human interactions and research in the Chicago metropolitan area. **Integrating man and nature in the metropolitan environment. National Institute for Urban Wildlife, Columbia, Maryland, USA**, p. 155-159, 1987.

WOLCH, J., Alec Brownlow; LASSITER, Unna. 4 Constructing the animal worlds of inner-city Los Angeles. **Animal spaces, beastly places: New geographies of human-animal relations**, v. 10, p. 71, 2000.

WOLCH, J., & EMEL, J. (Eds.) Theme issue on Bringing the animals back in. **Environment and Planning D: Society and Space**, 13, 631-760, 1995

WOLCH, J., EMEL, J., & WILBERT, C. Reanimating cultural geography. In K. ANDERSON, M. DOMOSH, N. THRIFT, and S. PILE (Eds.), **Handbook of cultural geography** London: Sage.2000.

WOLCH, J., WEST, K., & GAINES, T. E.. Transspecies urban theory. **Environment and Planning D. Society and Space**, 13, 735-760, 1995

WOLCH, Jennifer et al. Guest-edited issue: Bringing the animals back in. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 13, p. 631-730, 1995.

WOLCH, Jennifer, EMEL, Jody, WILBERT, Chris. Reanimating cultural geography. **Handbook of cultural geography**, p. 184, 2003.

WOLCH, Jennifer. Anima urbis. **Progress in human geography**, v. 26, n. 6, p. 721-742, 2002.

WOLCH, Jennifer. Zoöpolis*. **Capitalism nature socialism**, v. 7, n. 2, p. 21-47, 1996.

WOLFE, Cary (Ed.). **Zoontologies: the question of the animal**. U of Minnesota Press, 2009.

WOLFE, Cary. **Animal rites: American culture, the discourse of species, and posthumanist theory**. University of Chicago Press, 2003.

WOLFE, Cary. **What is posthumanism?**. U of Minnesota Press, 2010.

WOLLOCH, Nathaniel. **Subjugated animals**: Animals and anthropocentrism in early modern European culture. Humanity Books, 2006.

YARWOOD, Richard; EVANS, Nick. New places for " Old Spots": The changing geographies of domestic livestock animals. **Society and Animals**, v. 6, n. 2, p. 137-165, 1998.

YEO, Jun-Han; NEO, Harvey. Monkey business: human–animal conflicts in urban Singapore. **Social & Cultural Geography**, v. 11, n. 7, p. 681-699, 2010.

YUSOFF, Kathryn. Aesthetics of loss: biodiversity, banal violence and biotic subjects. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 37, n. 4, p. 578-592, 2012.

ZERZAN, John. **Future primitive: and other essays**. New York:: Autonomedia, 1994.